

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANA CECÍLIA DURIGAN

Família e Cultura: Um estudo psicológico acerca das vivências familiares para a formação humana

Maringá
2015

ANA CECÍLIA DURIGAN

Família e Cultura:Um estudo psicológico acerca das vivências familiares para a formação humana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientadora: Profa. Dra. Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal

Maringá
2015

Ficha catalográfica – elemento obrigatório

Elaborado somente pela Biblioteca Central da UEM

ANA CECÍLIA DURIGAN

FAMÍLIA E CULTURA: Um estudo psicológico acerca das vivências familiares para a
formação humana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Zaira Fátima de Rezende Gonzales Leal (Orientadora)
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Profª. Dra. Nilza Sanches Tessaro Leonardo
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Profª. Dra. Iracema Neno Cecílio Tada
MAPSI/Universidade Federal de Rondônia

Dedico esta dissertação à memória de “Flora”, minha avó, que me nutriu de perseverança para a realização desta e que partiu antes que a mesma fosse concluída. Seu acolhimento e afeto incondicional germinaram em mim o respeito pelo saber das gerações anteriores, a autoconsciência e a busca pela construção do conhecimento, condições que floresciam em cada uma de nossas longas e alegres conversas. Gratidão.

AGRADECIMENTOS

No caminho percorrido ao longo do Mestrado pude contar com fecundos encontros os quais enriqueceram meu conhecimento e, por assim dizer, penso que todos aqueles presentes nesta trajetória contribuíram para o meu desenvolvimento. Sou grata a todos, a construção deste percurso não se faz sozinho.

Aos meus pais, que possibilitaram minha formação. Agradeço imensamente aos ensinamentos e às vivências promovidas junto a eles, proporcionaram-me a consciência e os limites de minhas próprias potencialidades.

À Antônia, por todo amor e auxílio empenhados a mim, sua solidariedade deu-me condições de realizar esta pesquisa.

Ao Tadeu, pelo desmedido apoio e empenho em dividir comigo as inquietações, os obstáculos e as alegrias presentes desde o ingresso no mestrado incentivando-me, incansavelmente, a desempenhar o meu melhor e aprender com as vivências que constituíram todo este processo.

Aos meus irmãos que, cada um à sua maneira, contribuiu com meu crescimento pessoal e profissional, inspirando-me a desenvolver o pensamento crítico e a ser resiliente.

À Carmen, que me nutriu de confiança, fortalecendo-me de maneira profunda. Sua ética e credibilidade, que hoje são exemplos para toda vida, contribuíram para que a trajetória de desenvolvimento deste trabalho fosse sabiamente construtiva e criativa.

À professora e orientadora Dra. Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal, que se dedicou à orientação desta pesquisa.

À professora Dra. Iracema Neno Cecílio Tada, que aceitou prontamente a fazer parte da banca e que se dedicou cuidadosamente à correção e avaliação deste trabalho, fornecendo um grande auxílio e importantes apontamentos.

À professora Dra. Nilza Sanches Tessaro Leonardo, que também compõe a banca, cujas orientações serviram de valiosas contribuições e orientações para o encaminhamento da dissertação.

Aos meus amigos, os quais estiveram tanto presentes em minha formação acadêmica na graduação e na pós-graduação, quanto àqueles presentes durante meu trabalho como

psicóloga e docente, todo este caminho percorrido até aqui se tornou mais leve e feliz devido a esta família construída pelos laços do afeto.

Agradeço aos professores do mestrado, em especial, Marilda Facci, Sônia Barroco, Silvana Tuleskie Maria Lucia Boarini, pelo forte empenho em transmitir o imenso conhecimento nas aulas e encontros, sou grata pelo comprometimento envolvido em nossa formação.

À Universidade Estadual de Maringá, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e aos professores e funcionários presentes no processo de formação na graduação, que são parte fundamental da minha constituição profissional e pessoal. Em especial agradeço aos professores Claudio, Lenita, Olímpia, Maria Therezinha, Sônia, Marly Sanches, Roselania, entre outros.

A luta do homem contra o poder é a luta da memória
contra o esquecimento (Milan Kundera, 1979).

Durigan, A. C. Família e Cultura: Um estudo psicológico acerca das vivências familiares para a formação humana. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, PR.

RESUMO

Esta dissertação consiste em uma pesquisa teórico-conceitual, de cunho bibliográfico, vinculada ao programa de pós-graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Como tema central de investigação esta pesquisa aborda a existência de distintos arranjos familiares na atualidade antea prevalência ideológica de um modelo hegemônico concebido como ordem “natural” e suas múltiplas determinações para a formação humana. Ao se compreender a família como um espaço de aprendizagem e de desenvolvimento, portanto, de humanização, esta pesquisa tem como objetivo investigar e esclarecer as potencialidades e os entraves que suas modificações histórico-culturais promovem na formação humana, bem como analisar sua influência na sociabilidade e na constituição dos indivíduos. Busca-se, conseqüentemente, contribuir à efetiva compreensão da importância das vivências familiares no processo de formação do psiquismo partindo-se de um viés histórico acerca do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, sendo estas promovidas na cultura. Nesta proposta realiza-se um levantamento do percurso social das diferentes configurações familiares dentro dos grandes períodos históricos no intuito de se esclarecer as manifestações das dinâmicas familiares contemporâneas e de superar concepções que reduzem a ideia de família a um modelo (a)histórico e “naturalizador” sobre a conduta humana e as relações sociais. Tais análises apresentam como justificativa a existência de diversas manifestações a respeito das relações familiares e suas supostas “crises” que, corriqueiramente, estão expostas na mídia, nas próprias pesquisas acadêmicas e, inclusive, nas discussões políticas, as quais concebem a família a partir de um princípio explicativo restringido a um único modelo pré-definido que, não correspondendo à realidade de uma parcela significativa de famílias, gera discussões e estigmas que compete ao campo das ciências humanas, como a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia e a Educação, analisar. Parte-se, para tanto, de um exercício de análise por meio da perspectiva teórica e do método materialista histórico e dialético, que permite a análise da gênese dos fenômenos mencionados e a utilização da Psicologia Histórico-Cultural, a qual fornece um aporte teórico-metodológico capaz de identificar a relação dialética entre a formação do psiquismo e a cultura. Como expoentes de tais fundamentos buscou-se em

Vygotsky a análise teórica acerca formação histórica das emoções e das vivências humanas e em Leontiev o conceito de atividade humana para que se compreenda, assim, as características presentes na periodização do desenvolvimento e as implicações das vivências afetivas promovidas entre os membros da família para sua promoção. Como hipóteses espera-se proporcionar discussões e reflexões, a partir da Sétima Arte, sobre as transformações que as vivências familiares enfrentaram nas últimas décadas do período contemporâneo, identificando que a dimensão socioafetiva, tanto para a formação da personalidade, quanto para a estrutura dos laços familiares, tomou uma importância predominantenas relações atuais. No entanto, tais fenômenos, desenvolvidos na sociedade capitalista, são germinados em conjunto com as condições de apropriação da dimensão simbólica e material inerentes às formas de organização e de reprodução desse mesmo sistema, o que implica a existência de entraves e de impedimento para o desenvolvimento de relações afetivas plenas calcadas no pensamento coletivizado.

Palavras-chave: Famílias, Contemporaneidade, Formação humana, Psicologia, Teoria-Histórico-Cultural.

Durigan, A. C. Family and Culture: A psychological study regarding the family experiences to human formation. Master's Dissertation, Postgraduate Program in Psychology, State University of Maringá, Paraná, Brazil.

ABSTRACT

This dissertation consists of a theoretical-conceptual, of bibliographic nature, research bound to the Psychology Graduate program by the Universidade Estadual of Maringá. This research approaches as its central investigation theme the existence of distinguished family arrangements at the present against the biological prevalence of a hegemonic model designed as “natural” order, and their multiple determinations to the human formation. Understanding the family as a place of learning and development, therefore, humanization, this research aims to investigate and clarify the potential and the barriers to their historical and cultural changes promote the human, and to examine their influence on sociability and the constitution of individuals. Seeks, therefore, contribute to the effective realization of the importance of family experiences in the psyche of the training process starting with a historical bias on the development of higher psychological functions, which are promoted in the culture. Within his proposal it's done a listing of the social course of the different familiar configurations inside the big historical periods with the intention of clarifying the manifestation of the contemporary familiar dynamics and of overcoming conceptions that reduce the idea of family to a (a) historical and “naturalizer” model about human conduct and social relations. Such analyzes present as justification the existence of diverse manifestations about familiar relations and their supposed “crisis” that once in a while are exposed on the media, in academic researches and in political discussions, which conceive the family from an explanatory principle restricted to an unique predefined model that, not corresponding to the reality of a significative amount of countless families, generate discussions and stigmas which are to be analysed by the field of human sciences, as Psychology, Sociology and Education. Starting from an analysing exercise through the theoretical perspective and the historical and dialectical materialist method, that permits the analysis of the genesis of the mentioned phenomena and the utilization of the Historical-Cultural Psychology, which provides a theoretical-methodological contribution capable of identifying the dialectical relation between the psyche formation and the culture. As exponents of such foundations it's been looked in

Vygotsky for the theoretical analysis about the historical formation of emotions and the human experiences, and in Leontiev for the concept of human activity in order to understand the development periodization characteristics and the implications of the promoted affective experiences among family members to its promotion. As hypothesis it's expected to provide discussions and reflexions, starting from the Seventh Art, about the transformations that familiar experiences faced over the last decades of the contemporary period, identifying that the socio affective dimension took a predominant importance in the current relations both to the formation of personality and to the familiar bond structure. However, such phenomena, developed within the capitalist society, are germinated along with the conditions for appropriation of the symbolic dimension and the material inherent to the organization and reproduction modes of this same system, which implies the existence of obstacles and impediments to the development of full affective relations paved on collectivized thinking.

Key-words: Families, Contemporaneity, Human formation, Psychology, Historical-Cultural-Theory.

SUMÁRIO

I - A FAMÍLIA NA HISTÓRIA: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DA FORMAÇÃO HUMANA NO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	21
1.1. As configurações históricas da família construídas na formação social do homem	27
1. 1. 1. Pré-História da Civilização.....	28
1. 1.2. Antiguidade e o início da Civilização.....	32
1. 1. 3. Idade Media	34
1. 1. 4. Modernidade	37
1. 1. 5. Contemporaneidade	41
1. 2. As forças ideológicas que perpassam os vínculos sociais.....	45
1. 2. 1. Representação social: dimensão da vida societária que é marcada pela ideologia na sociedade de classes.....	47
1. 2. 2. Os desdobramentos da ideologia neoliberal na Contemporaneidade e suas implicações na Família.	51
II - SOCIABILIDADE FAMILIAR PARA A FORMAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.	58
2. 1. Os vínculos sociais e afetivos como base das vivências e unidade psicológica para a atividade humana.	61
2. 2. Singularidade e genericidade humana: duas dimensões que se unem com a promoção da família.	69
2. 2. 1. Filogênese: os laços entre os homens na passagem da hominização para a humanização.	76
2. 2. 2. Ontogênese: os laços entre os homens no desenvolvimento do indivíduo	79
2. 3. A universalidade da Sétima Arte: quando a totalidade das relações humanas é colocada em cena.	95
III - AS MODIFICAÇÕES DA FAMÍLIA CONTEMPORANEA A PARTIR DA SÉTIMA ARTE	102
3. 1. As obras selecionadas	104
3. 1. 1. Downton Abbey.....	110
3. 1. 2. 1900.....	119

3. 1. 3. Os boas vidas.....	132
3. 1. 4. O Sorriso de Mona Lisa.....	141
3. 1. 5. Os incompreendidos	149
3. 1. 6. Beleza americana.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
BIBLIOGRAFIA	178
REFERENCIAS DOS FILMES	182

INTRODUÇÃO

A presente dissertação consiste no trabalho realizado por uma pesquisa teórico-conceitual, de cunho bibliográfico, vinculada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), que corresponde à área de concentração “Constituição do Sujeito e Historicidade”, referente à linha “Processos Educativos e Práticas Sociais”.

O **tema** da dissertação aborda a existência de diferentes arranjos familiares na contemporaneidade, que se manifestam de forma distinta ao modelo hegemônico o qual, de maneira genérica, predomina no ideário social e se reproduz no plano superestrutural das relações pela propagação de padrões de conduta normativos para a sociabilidade na família e fora dela. Diante disso, o **objetivo** se pauta em investigar e esclarecer as potencialidades e os entraves que as modificações histórico-culturais da família promovem na formação humana, bem como analisar sua influência na sociabilidade e na constituição dos indivíduos. Busca-se, desse modo, contribuir à efetiva compreensão da importância das vivências familiares no processo de formação do psiquismo partindo-se de um viés histórico acerca do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, sendo estas promovidas na cultura.

Diante deste objetivo, esta pesquisa se propõe em realizar discussões acerca da existência de concepções “naturalizantes” da dinâmica familiar remetendo-se ao fomento de superação social das mesmas, em analisar o caráter qualitativo dos laços familiares e sua influência no desenvolvimento humano e em estabelecer os nexos causais entre as condições socio-históricas e as vivências entre seus membros na formação da personalidade, cuja construção se realiza no movimento dialético entre individualidade/sociabilidade, considerando-as, portanto, como produto da sociedade e das formas de produção da existência.

Tais considerações apresentam como aporte teórico as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural e o método materialista histórico e dialético, além das correlações e análises de estudiosos acerca do tema que compreendem a família não como uma estrutura isolada das outras instâncias da sociedade, mas como uma unidade social que se articula historicamente com o desenvolvimento da cultura, com as formas de se organizar e produzir a economia, a política e a educação.

Os **motivos** que conduziram a realização da pesquisa remontam à própria graduação em Psicologia, cujo curso oferece o embasamento teórico que fundamenta a natureza humana como essencialmente social, ao passo que também é constituído por correntes que consideram as relações humanas a partir de princípios explicativos exclusivos à sociedade burguesa, como condutas e manifestações “normais” ou “patológicas”, chegando a considerar, muitas vezes, a família como “desnaturada” e problemática quando não atende aos predicados do modelo nuclear burguês dominante.

Diante das contradições que as diferentes leituras se pautam, embasadas em concepções biologizantes que estão presentes na ciência psicológica, exclui-se o olhar ampliado acerca da totalidade humana, carecendo-se de fundamentos teórico-metodológicos de se aprofundar a análise acerca das construções sociais pela história do gênero humano e aquilatar, assim, a real impossibilidade de inúmeras famílias se apropriarem do modo de vida burguês. Tais perspectivas não concebem as famílias como um produto das próprias relações humanas, mas como uma entidade inalterada e atemporal, estigmatizando os próprios sujeitos.

Muito se discute acerca do papel da família e suas modificações nos dias atuais, revelando discursos que, em sua maioria, assumem algum grau de importância de sua dinâmica para a formação social, física e psicológica de seus membros. No entanto, considerá-la por uma ótica (a)histórica impede não só que enxerguemos suas articulações com o desenvolvimento da sociedade, bem como suas possibilidades e necessidades políticas e educacionais, mas, sobretudo, impede que se aprofunde a análise da natureza das relações produzidas nas dimensões do plano privado e da intimidade, características da cultura contemporânea.

Tal movimento tornou-se mais evidente no trabalho como psicóloga educacional em um programa de orientação profissional a adolescentes da rede pública do Estado do Paraná. Na prática exercida, observou-se claramente a influência da sociabilidade doméstica nos discursos dos jovens ao se referirem às suas escolhas profissionais e aos planos de vida que formaram em relação ao futuro.

As escolhas de trabalho evidenciavam, na maior parte das vezes, um peso significativo por parte das condições econômicas de suas famílias, sua posição na estrutura da sociedade e os laços de união que conduziam seus interesses, marcando motivações para conquista de um trabalho para poderem contribuir com a renda familiar e ou seguirem as profissões de parentes, com a necessidade de cooperarem com os negócios da família ou, ainda, enfatizando a possibilidade de não mais dependerem financeiramente dos pais e responsáveis.

Neste processo, tornou-se evidente que a produção dos interesses e das motivações dos indivíduos apresenta, como base, as vivências familiares como constructos de sentido pessoal, indicando, de tal modo, que as condições objetivas, a partir das quais os membros das famílias se organizam para sua manutenção, referem-se, inclusive, ao compartilhamento de ideais, valores e crenças que assumem, dialeticamente, uma interação orgânica entre objetividade/subjetividade na totalidade do ser social.

Assim, a pesquisa **justifica-se** pela necessidade de “desnaturalização” de concepções que tendem a estigmatizar as famílias e a própria conduta humana cuja crença restringe a dinâmica familiar a um modelo hegemônico normativo e pré-estabelecido, ao passo que, tal fenômeno, em sua gênese, explicita os engendramentos sociais a partir dos quais a subjetividade contemporânea se reproduz e se articula entre o público e o privado.

Busca-se, ademais, investigar os mecanismos sociais pelos quais as configurações familiares tornam-se produto de um processo ideológico que cumpre pré-determinar sua função e sua prática dentro da sociedade. Como implicação de tais mecanismos, a família, segundo Barroco (2004), é considerada como “desnaturada” quando inevitavelmente demonstra a incompatibilidade de sua dinâmica real atender ao modelo dominante “ajustado” apenas a uma parcela da sociedade, bem como torna-se alvo do julgamento de causalidade sobre os fracassos e os sucessos do indivíduo ao ser considerada como uma extensão social formada de maneira linear.

Não obstante, as modificações das configurações da família são manifestadas em inúmeros discursos que, de acordo com Silva (2004), encontram-se em estudos, discussões e relatos de pais, educadores, psicólogos, pesquisadores e familiares, em geral, que, sem a devida contextualização socio-histórica, associam à figura da família uma ideia de fracasso, como se ela não cumprisse sua função.

Assim, Silva (2004) afirma que as modificações manifestadas na dinâmica da família correspondem às determinações sociais, cuja maneira de se concebê-la na atualidade distingue-se inclusive no campo teórico. Segundo a autora, deparamo-nos com tal fenômeno, cuja origem remonta a transformações culturais como a conquista feminina cada vez maior no mercado de trabalho, o aumento do número de divórcios e de casos de gravidez precoce, o contexto político e econômico cada vez mais em crise; tudo isso apontado como “crises” que configuram uma problemática acerca da função da família em “comentários corriqueiros, em matérias jornalísticas, livros científicos” (p. 01), que generalizam a dinâmica da família dentro de um modelo dominante, calcada na família nuclear burguesa. Nos dizeres de Silva (2004),

Percebemos, também, reflexos dessa “crise” quando ligamos a televisão e assistimos a entrevistas destinadas a explicar as formas pelas quais os pais devem se relacionar com seus filhos e como estes devem se relacionar com seus progenitores. O mesmo acontece quando abrimos um jornal e lemos artigos sobre a alta incidência de acidentes, brigas, maus tratos e abusos entre pais e filhos; quando observamos em uma livraria o grande número de livros destinados a auxiliar os pais no ato de educar, entender e impor limites aos seus filhos. Vários exemplos, que podem ser somados a tantos outros, sobre as inseguranças, as incertezas e crises existenciais, apontam para uma modificação na organização, concepção e desempenho dos papéis sociais inerentes à família, e, portanto, para a necessidade de adoção de novas regras e valores (p. 02).

A partir do exercício de análise por meio do método materialista histórico e dialético compreende-se que as expressões das “crises” discutidas por Silva (2004) são geridas por forças contraditórias que ora atendem a uma imposição, ora orientam-se por uma (re)definição de modelos acerca do funcionamento da família em nossa sociedade. Isso implica analisar que o cenário referido em torno da família se revela, em grande parte, pelas mudanças sociais historicamente recentes, promovidas na defesa de grupos minoritários que não atendem ao modelo tradicional de família nuclear, que, segundo Romanelli (2002), se baseia na figura do casal heterossexual e dos filhos, instituída na esfera relacional do patriarcado, daí a exigência de se falarem (re)definição.

Em nota, alguns indicativos da necessidade de se promover maiores estudos acerca do conceito de família são expressivos diante do lançamento de um “Estatuto da Família” em 2013, projeto de lei 6.583 (2013), que está em tramitação no Congresso Federal, e que tem gerado significativa polêmica por considerar a família como um núcleo formado exclusivamente por um homem e uma mulher e os filhos.

Nesta proposta, a Câmara dos Deputados abriu para votação popular em 2013 a seguinte questão: “Você concorda com a definição de família como o núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, prevista no projeto que cria o Estatuto da Família?” e, tendo-se alcançado um percentual de 4,6 milhões de brasileiros votantes, na enquete mais votada até então, obteve-se 49,98% para “sim” e 49,71% para “não”.

As divisões entre as opiniões são profundamente acirradas expressando, sobretudo, a compreensão de que existem inúmeros valores, crenças, lutas de poder, interesses políticos e

econômicos, que atravessam o plano ideológico e as condições sociais entre esses dois posicionamentos.

Além disso, e frente ao delimitado parâmetro que este modelo de família nuclear pode representar na realidade das famílias brasileiras, não se pode negar que uma grande parcela da população não comporta os ditames ideológicos de seus predicados, incompatíveis com os avanços culturais, as conquistas do feminismo, a legalização da união homoafetiva, a luta pela igualdade de gênero, a pluralidade exercida no papel social de pai e mãe por parentes e pela comunidade, dentre outras dimensões que serão abordadas nas três seções que compõem a presente dissertação.

A primeira seção, denominada de **A família na história: uma investigação acerca da formação humana no desenvolvimento da cultura** é formada pela investigação sobre a gênese da família entrelaçada na cultura e a maneira pela qual ela se torna uma instituição ao longo da história, podendo, assim, resgatar sua essência social e identificar as diferentes configurações estabelecidas em determinados contextos. Neste ponto inicial, compete compreender os aspectos históricos dos arranjos familiares pertencentes ao gênero humano desde suas primordiais formas de existência, por assim dizer, bem como sua função social e sua dinâmica, dependendo dos modos de produção em cada época e em cada cultura (Engels, 2006).

Na segunda seção, intitulada **Sociabilidade familiar para a formação humana: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural**, realiza-se a pesquisa acerca da função das inter-relações familiares no desenvolvimento humano em nossa cultura. A partir da Psicologia Histórico-Cultural expõe-se o caráter fundamental das relações e das vivências dos afetos e das emoções na formação humana e na constituição do psiquismo, levando-se em consideração as fases de periodização do desenvolvimento de acordo com Vygotsky (1996) e a teoria da atividade de Leontiev (1983).

Como ponto de partida desse entendimento, os postulados de Beatón (2001) orientam ao entendimento de que a relação com o “outro” consiste em uma condição primária para o desenvolvimento humano em todas as fases de sua periodização. Neste aspecto, o autor coloca que o homem é o animal que mais depende de um adulto da mesma espécie por um longo período do seu desenvolvimento e que, em seu processo de crescimento, como se constitui enquanto ser social, necessita do “outro” para o estabelecimento da mediação do conteúdo cultural ao qual está inserido para desenvolver suas funções psicológicas superiores, que são construídas exclusivamente na vivência social.

Assim sendo, o caráter da qualidade da mediação entre a criança e a cultura, estabelecida na sociabilidade doméstica, considerada por Beatón (2001) como um aspecto socioeducacional, representa um elemento primordial para se analisar o papel do entorno familiar na constituição do sujeito. Partindo disso, apresenta-se também, a utilização da Sétima Arte, por meio de seis obras selecionadas, para se discutir as características mais predominantes que se fazem presentes nas modificações dos arranjos familiares da sociedade Ocidental no período Contemporâneo.

As obras cinematográficas são, então, apresentadas e discutidas na terceira seção, denominada **Compreendendo as mudanças na família contemporânea a partir da Sétima Arte**, na qual se analisa, com base no exercício do método materialista histórico e dialético, a partir da Sétima Arte, a articulação entre o movimento histórico e cultural presente nas transformações sociais deste período e as manifestações mais específicas que modificaram a família e foram modificadas pela mesma.

O **interesse** em utilizar o cinema como instrumento de análise acerca do conteúdo proposto consiste em sua implicação artística e genérica, enquanto criação humana e produto cultural, cuja essência se constrói na mediação entre o homem e a cultura e se objetiva na reprodução social (Barros & Gasparim, 2008). Nesta perspectiva, a obra de arte tem como função, segundo Lessa (2014), manifestar o conteúdo estético produzido e acumulado pelos homens, do ponto de vista emocional e afetivo, ao longo da história.

Frente ao exposto, o crescente estudo acerca das bases socioafetivas das famílias na atualidade, e, além disso, a atividade do trabalho e as forças ideológicas das relações sociais corroboram, ao longo da discussão, um processo de definição como categorias de análise que contribuiriam na busca pelos resultados acerca das discussões e indagações levantadas no decorrer da pesquisa.

Assim, as **Considerações finais** tecem a análise do que se pôde identificar e alcançar, acerca da importância do presente tema considerando-se, a relação entre Família e Cultura na contemporaneidade e os esforços da ciência psicológica contemplar suas implicações para a constituição do psiquismo, uma vez que é verificado que tal objeto de estudo na perspectiva histórica do psiquismo carece de maiores materiais de pesquisa em vias de se complementar e enriquecer nosso conhecimento.

I – A FAMÍLIA NA HISTÓRIA: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DA FORMAÇÃO HUMANA NO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

Se quisermos fazer do mundo o nosso lar,
devemos ter um lar no mundo.

Agnes Heller

As profundas transformações que a instituição da família apresenta ao longo dos séculos confirmam sua especificidade histórica como uma unidade social tão antiga quanto é a própria formação humana na produção da cultura. Compreender o seu caráter público, nas dimensões sociais do plano político, educacional e econômico, bem como seu caráter privado, pelas esferas da constituição psicológica, emocional, física do sujeito e etc., implica identificar as bases sócio-históricas engendradas nas modificações referentes às suas necessidades e possibilidades construídas em conjunto com o desenvolvimento do plano societário.

A título de evidenciar tais nuances a partir dos desdobramentos sociais, culturais e econômicos que se propagam na sociabilidade doméstica e que, assim, refletem-se em distintas representações e condições reais de arranjos familiares na contemporaneidade, Barroco (2004) aponta para a existência de perspectivas (a)históricas acerca da instituição da família, denominando-as como concepções “fetichizadas¹”, por estas considerarem a dinâmica familiar exclusivamente a partir da estrutura nuclear burguesa, não enquanto modelo social hegemônico apenas, mas como uma configuração natural e atemporal das inter-relações humanas.

Junto a isso, pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que atualmente o número de casais brasileiros sem filhos vem crescendo ao longo dos anos, demonstrando uma porcentagem de 19,9% em 2014, o que era de 14,7% em 2004 e 19,4% em 2013. Além disso, o número de famílias compostas por casais com filhos vem diminuindo, passando de 51% em 2004 para a porcentagem de 42,1% do total dos arranjos familiares em 2014, ou seja, em dez anos tal índice obteve uma queda de quase 10%.

¹ A autora utiliza o termo “fetiche” como menção à prática de se conceber as famílias dentro de uma dinâmica isolada da vida material e naturalizada a um modelo burguês. A própria expressão “fetichização” indica, nesse sentido, uma concepção de família que não corresponde à realidade histórica dos homens, sendo que, nesta perspectiva, a ideia de família passa a ser associada a um modelo ideal como uma ordem natural e inalterada das relações sociais.

Em comparação, as mulheres sem cônjuges e com filhos consistem na porcentagem total de 16,3%, sendo interessante retomar um dos apontamentos presentes na análise feita pelo Instituto com o índice de 2010, o qual revela que a maior proporção do número de casais com filhos diz respeito a uma etapa considerada inicial no ciclo de vida familiar, enquanto que os índices que demonstram os arranjos familiares onde existe apenas a pessoa de referência sem o cônjuge correspondem a uma etapa de tempo maior da vida familiar, o que, segundo a referida pesquisa, aponta para 51,4% das famílias.

Os apontamentos realizados pela pesquisa também revelam a existência de “outros” arranjos familiares com 6,3% e de arranjos sem parentescos com 0,3%, demonstrando que menos da metade das famílias brasileiras hoje em dia é formada pelo arranjo hegemônico tradicional, configurado pela existência de um casal heterossexual e filhos, muito embora, segundo o IBGE (2015), sua preponderância ainda prevaleça em comparação com a porcentagem dos distintos arranjos separadamente.

Nesta perspectiva, Romanelli (2002) já havia demonstrado que na composição da família e em suas inter-relações domésticas predomina o modelo nuclear, sobretudo no que tange a sua importância no plano simbólico, cujo arranjo doméstico foi incorporado por grande parte das distintas camadas sociais existentes.

Desse modo, além da análise estatística, o autor considera a investigação dos aspectos sociais que revestem o ideário cultural acerca do predomínio da família nuclear, bem como as condições econômicas enfrentadas pelas diferentes camadas, essenciais para compreender a realidade da sociabilidade doméstica das famílias atuais e sua relação com as outras instâncias da sociedade. Por definição, Romanelli (2002) coloca que,

Em linhas gerais, esse modelo de família tem como atributos básicos: uma estrutura hierarquizada, no interior da qual o marido/pai exerce autoridade e poder sobre a esposa e os filhos; a divisão sexual do trabalho bastante rígida, que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas; o tipo de vínculo afetivo existente entre os cônjuges e entre esses e a prole, sendo que neste último caso há maior proximidade entre a mãe e filhos; o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual [...]. De fato, o modo como as características desse modelo articulam-se entre si, organizando a vida doméstica, depende da camada social em que se inserem as famílias e do seu repertório cultural.

Assim, pelos apontamentos de Romanelli (2002), embora haja a adoção dos padrões hegemônicos na vida doméstica, suas condições reais de adequação e de reprodução variam conforme as diferentes camadas as quais ela está inserida, sendo que as produções culturais em cada classe social são revestidas de significado próprio, vivenciadas por seus integrantes na sociabilidade doméstica, havendo, portanto, uma flexibilidade na maneira pela qual as representações dos padrões de conduta são apropriadas pelos arranjos familiares que se objetivam na prática.

Não obstante, verificam-se, apesar dos reflexos das transformações sociais presentes na formação das famílias, formas de discriminação e culpabilizações das dinâmicas familiares apontadas como ‘desnaturadas’, de acordo com Barroco (2004), por não se adequarem necessariamente ao ideário hegemônico propagado nas dimensões do simbólico e da vida material.

Nesta perspectiva a autora afirma que os diversos discursos presentes tanto no cotidiano quanto na produção de correntes teóricas que concebem a dinâmica familiar por meio de uma imagem pré-definida e por um único modelo, torna estigmatizada toda e qualquer dinâmica familiar cuja realidade concreta e subjetiva não satisfaça aos requisitos normativos do arranjo dominante já desenhado pela ordem vigente.

Como respaldo para o entendimento de tais discursos, Asbahr (2006) afirma que as concepções e crenças que tendem a isolar os fenômenos sociais de sua essência histórica “tomam como natural o que é social, como social-natural o que é político, como causa o que é consequência, como abstração o que é realidade concreta dos homens, o que é produto de relações sociais engendradas na história” (p. 61).

Dessa maneira, Barroco (2004) defende a desnaturalização do conceito de família idealizado, a partir do modelo hegemônico, como único e imutável. Esta proposta incide em um processo educativo da sociedade, da própria produção do conhecimento científico, incluindo a Psicologia, a Sociologia, a Educação, e os órgãos públicos e privados, que devem buscar a superação de ideologias pautadas em princípios e ideais individualistas e particulares que a enxergam por um horizonte estanque do movimento sócio-histórico que esta instituição estabelece organicamente com a formação do gênero humano:

[...] estou marcando que *desnaturalizar* as famílias é, portanto, permitir-lhes compreender por que *são o que são*, saindo da cilada do *como naturalmente deveriam ser*. Isso não significa retirar dos pais e dos filhos responsabilidades civis e sociais que

devam observar, adentrando uma condição de anomia, mas permitir que os sujeitos pensem diferentes formas de existência possíveis, num vir-a-ser (Barroco, 2004, p. 192, *grifos do autor*).

Compreende-se que a imposição do modelo nuclear nas relações sociais muitas vezes corresponde a uma prática forçosa que se distancia cada vez mais da realidade dos indivíduos contemporâneos, sendo um processo que prevalece, de maneira conjunta, no campo ideológico da cultura e no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

Assim sendo, a família nuclear prevalecendo com grande densidade no imaginário das inter-relações privadas e públicas, atua como unidade de referência superestrutural para outras instâncias como a educação e o jurídico. Diante desta proporção as modificações nos modelos de família que se deslocam do padrão nuclear são instituídas conforme sobressaia sua legitimidade real na sociabilidade doméstica.

Dentro do aparato legal, segundo Kusano (2015), existe a aceitação de diferentes espécies de família constitucional, devido a sua comprovação significativa na sociedade como um todo, embora ainda haja o modelo hegemônico como conceito comparativo. Dessa forma, vale destacar sinteticamente os tipos de família que constam nas pesquisas da área do direito acerca da constituição da família brasileira a partir de Kusano (2015).

Em primeiro plano encontra-se a *Família matrimonial*, a qual consiste na primeira forma de família, a qual já existia antes mesmo da formação do Estado e se caracteriza pela união de um homem e uma mulher com a finalidade de reproduzir suas gerações. Nesse sentido, a formação do Estado veio regulamentar os aspectos da família pautada na relação patriarcal, com base no patrimônio masculino, hierarquizada e heterossexual.

Kusano (2015) aponta que, como a nossa ordem jurídica foi elaborada com base no direito romano, herdamos esta estrutura como cerne de orientação para as famílias brasileiras que, na Antiga Roma, era praticada por rígidas normas em uma espécie de contrato cerimonial, no qual se estabelecia a negociação da mulher como uma propriedade, além dos filhos que se seguiam, o que acabou sendo legitimado pelo Estado no exercício do *pátrio poder* (direito paterno). Hoje esta configuração, redigida pelo tempo, atende aos formatos do matrimônio tal como se concebe nas relações atuais, pela vontade mútua do casal e com intervenção mínima do Estado, apenas no que tange a certas formalidades.

Já a *Família Monoparental* é a família formada por apenas um dos genitores, cuja denominação foi utilizada na França desde a década de 1960 e, segundo Kusano (2015), é a

estrutura de família mais encontrada no Brasil na atualidade. O crescimento dessa espécie da família está atrelado ao declínio da relação patriarcal e das conquistas feministas do século XX, que demarcam a introdução da mulher no mercado de trabalho. Para além desse cenário mencionado, a família monoparental é perpassada por fatores como o fim de um relacionamento, por viuvez, por vontade própria de se ter um filho sozinho (monopaternalidade) na adoção ou inseminação artificial (Kusano, 2015).

A *Família Informal*, cuja formação é tão antiga quanto o matrimônio, segundo Kusano (2015), em tempo não muito remoto era considerada ilegal, ganhando juridicidade por resultar, em grande parte, em matrimônio. Houve, de acordo com a autora, grande pressão social para que os tribunais reconhecessem a união informal e só depois de alguns anos de discussão acerca dos princípios que contradizem a estrutura tradicional do matrimônio foi, então, reconhecida esta forma de relacionamento denominada como *União Estável*, em 2002, passível de convivência familiar estável e de direitos sobre os bens que forem construídos na família, em caso de dissolução da união.

A *Família Substituta* é contemplada pela a autora como uma estrutura bastante antiga que se configura pelo processo de adoção, guarda ou tutela de crianças e adolescentes pelo casal, ou adultos sem cônjuges, na constituição do espaço familiar.

A *Família Homoafetiva*, como coloca Kusano (2015), se estrutura pela existência de um casal homossexual e o procedimento deste ao processo de adoção filial. A *Família Substituta* como um todo já existia há tempos remotos, mas não comportava a possibilidade de um casal homossexual formar uma família. A busca por este direito gera, na atualidade, fortes discussões, com opiniões distintas atravessadas por valores de inúmeras dimensões, como religiosa, política e educacional, por exemplo, que se opõem a aceitar legalmente as próprias uniões homoafetivas.

A própria união homoafetiva encontrou grande resistência por muito tempo até ser legalizada, sendo que, segundo Kusano (2015), se analisarmos sem a presença de preconceitos, veremos que a família homoafetiva não é diferente das demais famílias, como as pautadas no matrimônio ou na união estável, pois não deixa de estabelecer um vínculo afetivo embasado na presença de amor e educação. A família homoafetiva, segundo a autora, é considerada como entidade familiar duplamente, visto que ela também se especifica como família substituta.

Essa estrutura familiar vem a garantir que crianças e adolescentes ganhem um lar com o provimento de uma vida digna que suas famílias consanguíneas não desempenharam, o que, como ressalta Kusano (2015), não consiste apenas em bases materiais, mas bases afetivas de amor, atenção e cuidados ao desenvolvimento físico e psicológico da criança e do adolescente.

A *Família Pluriparental* é baseada na pluralidade de vínculos estabelecidos em casos de desuniões, divórcios e novos casamentos, por relações matrimoniais e estáveis, sendo o núcleo da família formado por casais ou ambos que já se casaram antes e que podem ou não trazerem os filhos para constituírem essa nova família. De acordo com Kusano (2015), os entraves maiores encontrados no estabelecimento destes vínculos são os filhos existentes na primeira relação que, por diversos motivos, encontram dificuldade em se adaptarem em um novo formato familiar.

A *Família Paralela* é uma espécie de família considerada adúltera, por se constituir a partir de uma relação extraconjugal de um dos cônjuges de um matrimônio ou união estável, e que, segundo Kusano (2015), é impedida de converter-se em casamento. A *Família Eudemonista* é caracterizada por fatores específicos do nosso sistema social, pautada no individualismo originário das próprias relações sociais contemporâneas. Kusano (2015) referindo-se à Dias (2009) aponta que esta espécie de família consiste na relação através da qual seus membros, embora convivam no mesmo espaço físico e pertençam à mesma família, não compartilham dos mesmos ideais e objetivos, ou seja, os membros da família caracterizada como eudemonista buscam sua realização pessoal baseada em uma “felicidade” individual em detrimento, ou de maneira independente, de um projeto familiar desenvolvido grupalmente.

Nesta análise a família atua como meio de se aplicar os interesses públicos ao indivíduo, o que expressa o estabelecimento dos vínculos marcados pelo interesse maior em si mesmo, uma vez que esta prática recorre à valorização maior da pessoa-indivíduo em consonância a uma menor consideração da realidade do grupo e do coletivo.

Perante o exposto, busca-se compreender a trajetória que a instituição da família percorreu ao longo dos séculos junto às transformações sociais, o que implica aquilatar suas múltiplas formas de se produzir ao longo do desenvolvimento da organização da existência. Parte-se, portanto, do princípio de que sua dinâmica não deve ser compreendida como um dado natural da realidade. Desse modo, a investigação histórica permite que se analise as reais transformações que esta instituição já promoveu ao longo da construção do gênero humano

investigada em todos os grandes períodos históricos até chegarmos à análise sobre as discussões que pairam no ideário contemporâneo, assim, pensarmos sobre as suas potencialidades e possibilidades distintas de existência atual.

1.1. As configurações históricas da família construídas na formação social do homem

Ao recorrermos à investigação histórica da institucionalização da família, torna-se interessante observarmos que a gênese da palavra família origina-se do termo “*famulus*” que, segundo Engels (2012), é derivado do latim para designar “escravo doméstico”. A produção deste conceito remonta à formação da família monogâmica no antigo império romano que, criada com o advento de uma nova organização social, política e econômica, na passagem do estágio da Barbárie para a Civilização, consagrou à figura do gênero masculino a detenção de poder e de domínio do homem sobre os membros da família, da qual este era proprietário, como da mulher e dos filhos, além dos escravos e terras conquistados:

Famulus quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Nos tempos de Gaio, a família *id est patrimonium* (isto é, herança) era legada por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles (p. 60).

Conforme a descrição referida acima, a concepção de família foi produzida pelos princípios do direito do Antigo Império romano que, segundo Kusano (2015), influenciou a formação das leis criadas em relação à família na constituição brasileira atual. Nesta perspectiva, admite-se que o desenvolvimento da família relaciona-se diretamente com as outras instâncias sociais como a política e a educação, fato que se pode observar pela presença do legado de valores e princípios do pátrio poder romano, mencionado por Engels (2012), referente à institucionalização histórica da monogamia até os dias de hoje, o que será analisado logo adiante.

Desse modo é necessário compreender tais mudanças e o papel da família nesta relação. Engels (2012) elaborou seu estudo acerca da evolução da família que tem início desde os primórdios da humanidade até a formação da monogamia na Antiguidade. A análise do

autor oferece um importante aporte teórico a respeito da relação orgânica que a instituição da família estabelece com as outras instâncias da prática societária, atuando não só como um órgão que reproduz a sociedade, mas como uma unidade particular que compõe a universalidade do gênero humano e que, segundo Engels (2012), se faz presente desde os primeiros vestígios da produção da cultura.

A instituição da família será apresentada em suas formas embrionárias de existência social, de acordo com Engels (2012), baseada nos grupos rudimentares da Pré-história que, com o desenvolvimento do trabalho e da linguagem simbólica, tornou-se uma instância essencial à composição da sociedade contemporânea e à formação humana em nossa cultura.

Esta discussão, para uma melhor compreensão, será dividida conforme cada grande período histórico, subdividido em: Pré-História da Civilização (parte do aparecimento das primeiras produções humanas até a criação da escrita alfabética, caracterizada pelo início da civilização com a passagem para a idade antiga, no séc. 3.500 a.C.), Antiguidade (3.500 a.C. ao séc. V d.C.), Idade Média (séc. V ao séc. XV), Modernidade (séc. XV ao séc. XVIII) e Contemporaneidade (séc. XIX até os nossos dias).

1. 1. 1. Pré-História da Civilização

A Pré-História da civilização corresponde ao período a partir do qual se observa o surgimento dos primeiros resquícios da espécie humana, e que avançaram em dois estágios subsequentes até se chegar ao processo civilizatório, segundo Engels (2012), denominados como estado Selvagem e Barbárie. De acordo com o autor, a força motriz da passagem de tais estágios se dá pela ampliação dos meios de se produzir e organizar a existência e pela realização de diferentes formas de família, como dimensão superestrutural da sociedade, caminhando em paralelo a estes estágios.

A princípio, o estágio Selvagem se configura, de acordo com Engels (2012), por uma relação imediata do homem com a realidade, sendo o momento em que a espécie se caracteriza pelo emprego de produtos da natureza sem uma mediação simbólica construída culturalmente. De acordo com o autor, na fase mais arcaica deste período, denominada de fase inferior, o homem se desenvolvia por meio do consumo imediato de produtos naturais como os frutos, raízes e nozes.

Ao longo de milênios a prática humana desenvolveu o uso de artifícios que serviram como mediação entre o homem e a natureza, como a atividade da pesca e a produção do fogo, o que possibilitou outra forma de alimentação e de agrupamentos, sendo que, ao seguirem os cursos dos rios, junto com a pesca e o aquecimento proporcionado pelo fogo, alguns grupos tornaram-se mais independentes das localizações e do clima, o que levou ao povoamento de novos lugares em conjunto com novos descobrimentos (Engels, 2012).

Dentro deste estágio se inicia a *família Consanguínea*, primeiro indício de relacionamento em grupo, que implica para este período uma espécie de avanço preliminar nas relações de parentesco, as quais eram inexistentes até se conquistar uma noção de agrupamento por ascendência e descendência, mas pautado em uma realidade na qual se permitia, de forma comum, o mercado sexual entre irmãos:

É a primeira etapa da família. Nela, os grupos conjugais classificam-se por gerações. Todos os avôs e avós, dentro dos limites da família, são, em conjunto, maridos e mulheres entre si. O mesmo ocorre com os respectivos filhos, quer dizer, com os pais e mães. Os filhos destes, por sua vez, constituem o terceiro círculo de cônjuges comuns e seus filhos, bisnetos dos primeiros, o quarto círculo. Nessa forma de família, portanto, só os ascendentes e descendentes, os pais e filhos, estão, reciprocamente, excluídos dos direitos e deveres (como poderíamos dizer) do casamento. Irmãos e irmãs, primos e primas, em primeiro, segundo e restantes graus, são todos, entre si, irmãos e irmãs entre si e, precisamente por isso, todos maridos e mulheres uns dos outros. Nesse estágio, o vínculo de irmão e irmã pressupõe por si a relação carnal mútua. Exemplo típico de tal família seriam descendentes de um casal, na qual, por sua vez, os descendentes de cada geração sucessiva fossem todos entre si irmãos e irmãs e, precisamente por isso, maridos e mulheres uns dos outros (Engels, 2012, p. 42-43).

Engels (2012) ressalta que as primeiras formas de casamento eram grupais e sua característica primordial era o fato de serem essencialmente matriarcal. O autor coloca que “em toda parte onde subsiste o casamento por grupos, a descendência só pode ser estabelecida do lado materno, e, portanto, reconhece-se apenas linhagem feminina” (p. 47), desse modo, as sociedades formadas até a Antiguidade eram baseadas em famílias matriarcais, pois além da linhagem ser reconhecida por meio da relação materna, as mulheres ficavam responsáveis pela prole, o que, de forma geral, significava poder político e territorial.

O desenvolvimento do estágio selvagem se caracteriza pela invenção do arco e da flecha, que deram outro significado às relações de trabalho entre os homens, permitindo o aprimoramento da caça e de residências fixas em aldeias: “O arco e a flecha foram, para a época selvagem, o que a espada de ferro foi para a barbárie e a arma de fogo para a civilização: a arma decisiva.” (Engels, p. 31).

Este processo de avanço das condições sociais de existência modificou inclusive formas do relacionamento em grupo, sendo uma delas a proibição de relacionamento sexual entre os membros consanguíneos, como era comum ocorrer na família Consanguínea.

Com tal desdobramento surge a *Família Punaluana*, a partir da qual seus membros passaram a obedecer a maiores critérios no casamento em grupo onde não se admitia mais relação sexual entre consanguíneos direto, contribuindo para uma significativa diferenciação em relação ao que eram os grupos primitivos para um novo círculo coletivo referente à família. Por meio deste processo se une o corpo social da comunidade, baseada em organizações políticas e religiosas pertencentes ao incremento de uma singularidade cultural, denominado por Engels (2012) de *gens*:

Uma vez proibidas as relações sexuais entre todos os irmãos e irmãs, inclusive os colaterais mais distantes por linha materna, o grupo de que falamos se transforma numa gens, isto é, constitui-se num círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina, que não se podem casar entre si. A partir de então, esse círculo se consolida cada vez mais por meio de instituições comuns, de caráter social e religioso, que o distingue das outras gens da mesma tribo. [...] naturalmente teremos fundamento para considerar quase indubitável a existência anterior dessa forma de família em todos os povos em que podem ser comprovadas instituições gentílicas, isto é, em quase todos os povos bárbaros e civilizados. (p. 47)

A família Punaluana é baseada ainda no casamento por grupo no qual os maridos das irmãs de uma mulher da *gens* são considerados também seus maridos e as esposas dos irmãos de um homem da *gens* são consideradas também suas esposas. Dessa maneira, os filhos das irmãs de uma mulher são considerados seus filhos, mas os filhos de seus irmãos são considerados seus sobrinhos, enquanto que os filhos dos irmãos de um homem são considerados seus filhos, mas os filhos de suas irmãs são considerados seus sobrinhos. A condenação da relação sexual entre irmãos pela família Punaluana permitiu a produção das categorias de primos e sobrinhos na sociedade.

Até o final do estágio Selvagem verifica-se o predomínio da família Punaluana, no entanto, também já se apresentam algumas características da *Família Pré-Monogâmica*² que se consolida definitivamente no estágio da Barbárie, o qual é identificado pela produção da cerâmica, pela criação de animais e pelo cultivo de plantas, sendo que, em decorrência das diferentes condições geográficas, de clima e de cultivo, puderam-se domesticar determinados animais e cultivar alimentos.

Engels (2012) aponta que na Barbárie há uma demarcação territorial entre as fronteiras das moradias das famílias onde se define o espaço doméstico entre a população local da *gens*, reforçando a condição da relação familiar, uma vez que o homem desenvolve cada vez mais a noção do pertencimento coletivo e esta ideia está ligada tanto com as normas do grupo quanto à sua necessidade de vida em sociedade.

No decurso deste desenvolvimento, encontra-se, então, o estabelecimento da família Pré-Monogâmica, demarcada em um contexto de maior produção cultural. Verifica-se, a partir dela, o estabelecimento de normas mais rígidas no matrimônio e na conduta sobre as mulheres, pois enquanto a relação de infidelidade passou a se constituir como um direito exclusivo ao homem, para a mulher essa prática passou a ser proibida e violentamente castigada, devendo ela se resguardar e demonstrar sua lealdade absoluta ao homem, processo que, segundo Engels (2012), refere-se a um movimento transitório que culminará nas bases do patriarcalismo produzido na Antiguidade.

Isso ocorre em conjunto ao processo histórico no qual o homem, de predador passa para produtor, e chega a um ponto no qual seu o trabalho coletivo começa a se especializar devido a criação de novos instrumentos e técnicas, como a tecelagem, a cerâmica e o arado de ferropuxado por animais, fundamental para a derrubada dos bosques, transformando-os em terras cultiváveis, ao plantio da terra em grande escala, e, dessa maneira, contribuindo para o crescimento constante dos meios de subsistência, chegando-se, assim, a uma produção excedente.

De acordo com Engels (2012), isso fez com que se desenvolvessem diferentes graus de atividades e segmentos na sociedade em relação ao trabalho, provocando o acúmulo rudimentar da propriedade privada e de bens econômicos. Diante disso, passou-se a exigir que as mulheres casassem com um único homem e que mantivessem fidelidade a ele no intuito de

²A Família Pré-Monogâmica diz respeito a uma forma transitória de família até se chegar à monogamia, podendo ser denominada em outras traduções como Família Sindiásmica, cujo significado é o mesmo, mudando apenas de nomenclatura.

se garantir a concentração e a transferência da riqueza conquistada pela força de trabalho do homem, o qual podia exercer a poligamia livremente.

Com os desdobramentos deste contexto, a supremacia do homem foi se consolidando tanto no trabalho quanto no interior das relações domésticas, tornando-se uma espécie de chefe, cuja família passa a se individualizar cada vez mais do corpo da *gens*. Tais desdobramentos culminarão de maneira transitória na formação do direito paterno, ou pátriopoder romano, na Antiguidade, processo pelo qual se solidificará a monogamia e o declínio absoluto do poder materno, diante disso, “abriu-se uma brecha na antiga ordem gentílica: a família individual se tornou um poder e se ergueu ameaçadoramente perante a *gens*” (p 153).

Observa-se que as modificações das instâncias econômica, cultural e política determinaram e foram determinadas pelas modificações da instituição da família desde o início da sociedade, de tal forma que não se podem isolar umas das outras na medida em que suas condições reais e objetivas indicam o conteúdo simbólico e subjetivo das relações entre os homens. Com isso, Engels (2010) aponta que a finalização deste estágio, nomeado como fase superior da barbárie, apresenta como uma característica fundamental a mediação entre o homem e a cultura graças à produção da escrita alfabética:

Nos poemas homéricos, principalmente na *Ilíada* encontramos a época mais florescente da fase superior da barbárie. A principal herança que os gregos levaram da barbárie para a civilização é constituída dos instrumentos [...] das epopeias homéricas e de toda a mitologia. Se compararmos com isso as descrições feitas por César, e até por Tácito, dos germanos, que se dispunham a passar para um estágio mais elevado, veremos como foi esplêndido o desenvolvimento da produção na fase superior da barbárie (Engels, 2012, p. 34).

1.1.2. Antiguidade e o início da Civilização

Como já destacado, o movimento transitório entre a família pré-monogâmica para a *Família Monogâmica* caracteriza-se pela substituição do matriarcado pelo patriarcado, no qual emerge o direito paterno, através do qual, coloca-se a figura do homem chefe da família como autoridade irrevogável, por este ser responsável pelo acúmulo de bens econômicos e pela transmissão desses bens às suas gerações. Dessa forma, a relação de transmissão da propriedade privada e do acúmulo de riquezas conquistadas pelos homens gerou a imposição

da monogamia à mulher na Antiguidade, como forma de garantir que os herdeiros fossem, de fato, filhos do dono dos bens adquiridos. (Engels, 2012):

A monogamia surgiu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos desse homem, excluídos os filhos de qualquer outro. Para isso era necessária a monogamia da mulher, mas não a do homem, tanto assim que a monogamia daquela não constituiu o menor empecilho à poligamia, oculta ou descarada, desse (p. 75).

Assim, a família monogâmica passou a existir como um grupo individual do corpo coletivo, representando a força econômica e política do chefe da família. O predomínio desse poder social que o homem adquire se revela pela supervalorização histórica de sua força de trabalho em detrimento do trabalho doméstico da mulher e, como aponta Engels (2012), devido à primeira grande divisão social em classes na Antiguidade, onde a sociedade se divide em duas classes, os senhores livres e os escravos.

Engels (2012) revela que a causa da divisão da sociedade em classes ocorre devido à divisão social do trabalho que, com suas especializações e um maior acúmulo de riqueza dos chefes das famílias, produz a diferença entre ricos e pobres e a destruição das antigas *gens* comunistas, assim: “a família individual começou a assumir o papel de unidade econômica da sociedade” (p. 154). Não obstante, surge uma nova categoria social formada pelos escravos, homens conquistados nas guerras, a qual se tornara comum neste contexto social cujos povos passaram a guerrear uns contra os outros em busca de mais riquezas, mais territórios e poder político (Engels, 2012).

Nesta perspectiva, constrói-se a estrutura do Estado em torno da figura do chefe militar, responsável pela administração das contradições entre as classes sociais nascentes, incluindo a classe incipiente dos comerciantes, e a perpetuação da riqueza da sociedade ampliada na prática da guerra. Junto a isso, a constituição do Estado foi delegada aos chefes militares, função legitimada pela lógica da hereditariedade que instaurou na sociedade normas, forças de coerções e leis no intuito de se administrar os antagonismos gerados pelas diferenças de classes dessa nova organização social (Engels 2012).

Em suma, o estágio da Civilização nascente, que emana na Antiguidade, é palco da elaboração do conceito do patriarcado, que introduz nos ditames da família monogâmica uma nova estrutura social, na qual o homem, proprietário dos bens privados, da terra e da riqueza, é também proprietário dos membros da família e dos escravos. A figura da mulher neste ponto

da história é profundamente representado como serva do homem, conforme Engels (2012), legado que persistiu ao longo dos séculos até os dias atuais:

A derrocada do direito materno foi a derrota do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, porém de modo algum eliminado. O primeiro efeito do domínio exclusivo dos homens, desde o momento em que foi instituído, pode ser observado na forma da família patriarcal que então surgia [...] Para assegurar a fidelidade da mulher e a paternidade dos filhos, a mulher é entregue incondicionalmente ao poder do homem. Mesmo que ele a mate, não faz mais que um direito seu (p. 60).

Assim sendo, a partir da Antiguidade verifica-se a consolidação da estrutura monogâmica, cujas características primárias perduram até a Idade Média, período no qual veremos a formação de diferentes arranjos dentro da configuração basal monogâmica, mas devido a ascensão de um novo sistema social com a construção do feudalismo, verifica-se o acompanhamento conjunto e dialético da família a um novo ideário social.

1.1.3. Idade Média

Na Idade Média, cujo sistema socioeconômico define-se pelo feudalismo, encontram-se, de acordo com Reis (1984), duas estruturas de família – a *Família Aristocrata* e a *Família Camponesa*. A aristocrata é composta pela classe nobre da sociedade, que se baseia na figura dos reis – que dominavam os territórios e concediam terras aos senhores feudais – e os senhores feudais, os quais administravam os feudos concedidos pelos reis e arrendavam uma parte de terra aos plebeus e aos escravos em troca de sua servidão. A estes últimos corresponde a classe dos servos, que compõem a família camponesa, cujas relações se distinguem expressivamente em relação à família aristocrata.

Grande parte do desenvolvimento dos feudos é fruto das guerras que impuseram o poder da nobreza em um processo de ruína das pequenas produções rurais, das quais resultaram milhares de camponeses na qualidade de servos, por entrarem em situação de

desproteção e pobreza, estabelecendo com os senhores feudais acordos de moradia e trabalho nas terras em troca de sua servidão.

A família camponesa se estruturou com base na relação comunitária construída dentro do povoado. A realidade econômica dos camponeses era de grande desigualdade social e condição de serventia em relação aos detentores de riqueza, fator que reforçou o caráter coletivo das famílias entre si pertencentes ao povoado. Desse modo, Reis (1984) aponta que mesmo com a existência da relação monogâmica, existia uma preponderância coletiva da aldeia sobre o parentesco entre o casal, pais e filhos, exprimindo um caráter público das relações.

De acordo com Ariès (2012), as crianças no feudalismo não são consideradas domínios dos pais; seus laços de parentesco eram estendidos à sociedade, não existindo, desse modo, um sentimento específico de família nem de infância. Na família camponesa, é responsabilidade dos aldeões transmitirem os ensinamentos e conhecimentos aos jovens. Essa relação mantinha a aldeia pela base do convívio mútuo e da tradição, transmitida aos jovens no convívio cotidiano; as mulheres idosas e solteiras, por exemplo, auxiliavam nos cuidados dos filhos das genitoras e as mais velhas ensinavam às mais moças os conhecimentos aprimorados sobre aleitamento e serviços domésticos (Reis, 1988).

O caráter público das relações também caracteriza a família aristocrata, a qual é composta por muitos membros que preservavam uma rede de linhagem e parentesco, cujo ambiente residencial contava com ampla interação de criados, parentes e crianças, as quais eram enviadas muito cedo para serem criadas em outras famílias nobres. Segundo Ariès (2012), as casas da família aristocrata, bem como os castelos, assinalavam-se em um ambiente público e político. O matrimônio, por exemplo, obedecia ao destino da linhagem para a manutenção da riqueza das famílias, cuja transmissão ficava a legado do filho primogênito, único herdeiro.

De acordo com Ariès (2012), os pais na família aristocrata ocupavam-se, sobretudo, em representarem seus papéis sociais, enquanto que os filhos, ao nascerem, ficavam aos cuidados das amas de leite e da criadagem. O autor destaca que a família aristocrata limitava-se à tirania da reputação, manutenção e conquista do patrimônio; já nas camadas pobres da família camponesa, os indivíduos conviviam entre si mais pelo ímpeto de sobrevivência, necessidade de ajuda mútua e satisfação das necessidades básicas, como alimentação e moradia, do que na relação de mérito ou de envolvimento entre os membros.

As crianças eram cuidadas pelos adultos desde o nascimento até por volta dos sete anos de idade, depois disso passavam a ajudar no trabalho doméstico junto dos adultos, atividade que era considerada como aprendizagem, por meio da qual se constituía a educação, na transmissão dos conhecimentos e valores sociais (Ariès, 2012). Além disso, as crianças passavam por esta experiência de aprendizes não com suas próprias famílias, mas em famílias distintas e desconhecidas, cuja função era transmitir todo o ensinamento necessário sem a afeição de que a família original poderia lhe dispor.

Sendo assim, o que conhecemos hoje em dia como infância era, naquele período, um processo marcado pela entrada dos pequenos aprendizes no universo adulto pela atividade de ajudantes do trabalho adulto, com o aprimoramento de valores transmitidos e vivenciados em famílias distintas, ressaltando a afirmação de Ariès (2012) sobre a inexistência do sentimento de infância e de família tal como conhecemos hoje.

A ideia que se tinha das crianças e adolescentes até a Idade Média misturava-se com a dos adultos e a forma de educá-las era por meio da aprendizagem prática na transmissão direta de valores e conhecimentos das relações que não se restringiam a uma noção particular de família em contraste com a vida pública. Pelo contrário, as esferas do privado e do público misturavam-se, o que nos evidencia que a família “era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (Ariès, 2012, p. 158).

Engels (2012) já havia destacado que os casamentos na Antiguidade e na Idade Média não se baseavam no amor romântico. Neste percurso os casais se uniam por forças sociais e econômicas, sendo que o sentimento amoroso e a noção de intimidade, que se contrapunha a vida pública, era algo inexistente nos matrimônios. O autor ainda ressalta que a primeira forma de expressão do amor sexual na história foi o amor cavaleiresco da Idade Média, constituindo um caráter específico de impulso sexual, o qual não consistia de maneira alguma a um sentimento conjugal, mas sim ao adultério, o que era uma prática comum, sobretudo pelos homens: “em sua forma clássica, entre os provençais, ruma abertamente para o adultério que é cantado pelos seus poetas” (Engels, 2012, p.71).

A realidade afetiva e íntima dos cônjuges, pais e filhos, corroborando um sentimento de família, só se estabelecerá na sociedade moderna com o advento da classe burguesa junto às diversas transformações inerentes ao mundo do trabalho, da economia e da política, de modo geral, realizadas com a consolidação do sistema capitalista.

1.1.4. Modernidade

O período da Modernidade, de acordo com Hobsbawm (1995), é caracterizado pela grande revolução industrial, processo que marcou profundamente a sociedade ocidental, por meio do qual as relações humanas, vivenciadas essencialmente no campo, passam a se reorganizarem na vida urbana, travando uma série de novas condições socioculturais.

Com os desdobramentos do trabalho industrial houve a separação do mundo do trabalho, o que inclui as relações da vida pública, do âmbito pessoal e privado dos indivíduos, o qual é exercido na intimidade das relações domésticas na família. Assim, os espaços do trabalho e doméstico foram sendo separados à medida que foi sendo desenvolvida esta nova categoria social que diz respeito à vivência íntima no interior dos lares.

Além disso, a sociabilidade cada vez mais retraída pelas novas relações de mercado, competitivas e individualistas, encontrou, no sentimento da família, uma “sociedade fechada” que, como aponta Ariès (2012), foi considerada como um repouso à instabilidade social que se instalara: “como se a família moderna tivesse substituído as antigas relações sociais desaparecidas para permitir ao homem escapar a uma insustentável solidão moral” (p.191).

Isso se destaca pelo declínio e isolamento das relações externas de tradição e vizinhança, por um movimento cada vez mais individualizado no qual os sujeitos passam a se preocuparem cada vez mais com as questões particulares de suas condições de vida, com o trabalho, com seus filhos e cônjuges, e se sentem livres dos tradicionalismos e das obrigações da comunidade, que outrora lhes exigiam compromisso.

Este movimento histórico é assinalado por Tocqueville (1987), o qual destaca a solidificação da família burguesa no século XIX com a passagem do sistema feudal para o sistema capitalista, resultando na família burguesa como núcleo vigente da sociedade liberal-democrata. Para o autor este processo no qual os sujeitos libertam-se do antigo tradicionalismo social é produzido pela influência do movimento iluminista que levou os princípios de “igualdade, liberdade e fraternidade” ao ideário social predominante, transformando, assim, as bases das relações entre os homens.

Diante de tal ideário, a família moderna fica encarregada da criação e educação dos filhos, os quais não são mais enviados como aprendizes a outras famílias, segundo Reis (1984). Além disso, concebe-se a igualdade entre os filhos, deixando de exercer o antigo costume que colocava o filho primogênito como único herdeiro da propriedade e bens da

família, fazendo com que os bens sejam divididos democraticamente. Os princípios liberais também influenciaram, segundo Tocqueville (1987), a aproximação de pais e filhos numa relação horizontal, pressupondo uma menor força da autoridade dos pais e um aumento da afetividade entre os membros.

Tocqueville (1987), então, destaca o quão profundas foram estas transformações em torno das mudanças econômicas, sobretudo na relação da família com a propriedade privada. No entanto, o autor, aponta que os ideais revolucionários que elevavam os princípios liberais de igualdade democrática afastavam-se cada vez mais da realidade societária, sendo que, por meio de suas considerações, pode-se compreender a condição do modelo de família burguesa como um produto das relações contraditórias geradas pelo e no sistema capitalista.

Tocqueville (1987), nesse sentido, coloca que os ideais revolucionários se inverteram no horizonte da sociedade em tal contexto econômico, uma vez que a liberdade, a igualdade e a fraternidade, por exemplo, não serviam para todos, mas apenas para uma parcela da sociedade, que se tornara hegemônica por unir a moral aristocrata e religiosa cristã com o capital da burguesia.

Entende-se, portanto, que o sentimento de família nuclear, formado com a ascensão da classe burguesa, corresponde inclusive a um sentimento de classe, uma vez que sua formação estabelece, como vimos, uma relação direta com as condições de expansão econômica, sobretudo em torno do capital e da propriedade privada. No que se refere a esta característica predominante marcada pelas relações materiais de vida e também assimilada nas vivências familiares onde se cria um clima de privacidade, Reis (1984) identifica que:

Para o burguês, o trabalho era o espaço no qual as relações deveriam ser regidas pela frieza e pelo calculismo, qualidades imprescindíveis para se vencer no mundo dos negócios. Sendo o mundo dos negócios o império da razão, o lar passou a ser espaço exclusivo da vida emocional, no qual a mulher passaria sua vida em reclusão. Outras separações se fizeram; a mais rigorosa foi a divisão de papéis sexuais. O marido passou a ser o provedor material da casa e a autoridade dominante, considerada racional e capaz de resolver quaisquer situações. Antes de tudo deveria ser um homem livre e autônomo, conforme o ideal burguês (p. 110).

À margem deste processo, desenvolve-se a classe operária, a qual não pode manter o mesmo padrão de vida dos indivíduos burgueses, o que expressa formas específicas de organização familiar em decorrência da realidade objetiva dessas famílias, que compreendem

a constituição da *Família proletária*. Segundo Reis (1984), os membros da família proletária vendem sua força produtiva em troca de ínfimos salários e continuam sendo destituídos de acesso material e social numa relação exploratória.

É necessário observar que, segundo Hobsbawm (1977), no desenvolvimento do processo de industrialização que a Europa passou, com exceção da Inglaterra pioneira, grande parte dos Estados nacionais passaram de uma realidade essencialmente agrícola para uma modernização nacional e industrializada no século XIX pela aceleração da construção de ferrovias, das chamadas indústrias e dos grandes centros comerciais.

À sombra disso, verifica-se uma imensa parcela da população camponesa perdendo seus postos de trabalho no campo, além de suas casas e meios de produção. Essa população se configura na família proletária que, frente ao processo de mecanização agrícola, protagoniza a condição marginalizada e de extrema penúria que pairou neste cenário social, evidenciando a contradição da existência da fome em pleno “desenvolvimento” econômico. Podemos encontrar uma síntese deste panorama pela seguinte descrição:

As transformações econômicas e sociais tornaram-se mais evidentes no século XIX, que pode ser chamado de a era da civilização burguesa. Gerada em séculos precedentes, a hegemonia burguesa ganhou força e desenvoltura, modificando a relação do homem com os meios de produção e desenvolvendo, no indivíduo, o espírito “natural” de acúmulo de propriedades e riquezas que levaram à busca incessante do lucro (Silva, p. 53, 2004).

Reis (1984) aponta que a nova classe operária nasce com a ida forçada dos camponeses desabrigados aos centros urbanos. De acordo com o autor, todos os membros da família proletária tinham de trabalhar, inclusive os idosos e as crianças pequenas, que muito cedo eram postas em situações de risco, em trabalhos pesados e insalubres. Portanto, o sentimento de família para os operários e a sua vivência de intimidade continua marcado pelo ímpeto de sobrevivência nas condições de uma realidade desumana.

O modelo de família nuclear configurada dentro dos padrões normativos da classe burguesa passa a se evidenciar de maneira predominante no ideário da sociedade, mas, no entanto, Engels (2012) afirma que na realidade da classe oprimida, as vivências dos indivíduos são marcadas por outras dinâmicas que têm como prioridades suas necessidades básicas e, por isso, a convivência privada entre os membros dessas famílias se expressa de acordo com suas condições particulares. O autor segue afirmando que:

Neste caso, o papel decisivo cabe a outras relações pessoais e sociais. Além disso, sobretudo desde que a grande indústria arrancou a mulher ao lar para atirá-la no mercado de trabalho e na fábrica, convertendo-a, frequentemente, em sustentáculo da família, ficaram desprovidos de qualquer base os restos da supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com a mulher, muito arraigada desde a introdução da monogamia. Assim, a família do proletário já não é uma família monogâmica no sentido estrito da palavra, apesar do amor mais apaixonado e a fidelidade mais absoluta de ambos, e apesar de todas as bênçãos espirituais e temporais possíveis. Por isso, o heterismo e o adultério, eternos companheiros da monogamia, desempenham aqui um papel quase nulo. A mulher reconquistou, na prática, o direito de divórcio e os esposos preferem se separar quando já não se podem entender um com o outro (p. 72).

Reis (1984) coloca que a família proletária consolida-se até o início do séc. XIX, cujo desdobramento dependeu das mudanças socioculturais provenientes do processo cada vez mais intenso da divisão social do trabalho no cenário industrial. A partir do séc. XIX, já constituída, a família proletária passa por três fases, segundo Reis (1984), que se desenvolverão até os nossos dias concluindo um processo no qual a família proletária se inclina a adotar e se apropriar do modelo da família nuclear burguesa em sua dinâmica, nesta perspectiva, o autor aponta para a dimensão ideológica da família nuclear burguesa atuando como um modelo hegemônico na Contemporaneidade, dessa forma este processo será descrito logo adiante.

Nesta compreensão, Engels (2012) ressalta que o predomínio da ideologia burguesa neste processo ocorre junto de sua defesa pelo Estado. Para o autor, o Estado consiste em uma instituição cujos interesses públicos não se direcionam necessariamente a todos os homens, à vida coletiva e à necessidade do povo. Na realidade, o Estado consiste em instrumento privado para administrar e conter as contradições e os conflitos das classes sociais, sendo a objetivação prática e legítima do interesse da classe economicamente mais poderosa, a qual utiliza meios de exploração e repressão justificados pela criação e regência de leis à ordem pública. Dada essa forma de reprodução do horizonte vigente pelo Estado burguês, Engels (2012) descreve que:

O Estado não é, portanto, de modo algum, um poder que é imposto de fora à sociedade e tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um

determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições irreconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, essas classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado (p. 160).

Em suma, é na passagem do feudalismo para o capitalismo, configurada pelas revoluções burguesas na tomada do poder político na concepção do Estado burguês, que a família nuclear passa a ser uma unidade sentimental, não existente anteriormente, que interliga seus membros, por meio da qual, socialmente, se buscou segurança e proteção frente a uma realidade política e econômica cujos valores e relações humanas eram cada vez mais vulneráveis.

1.1.5. Contemporaneidade

Partindo do panorama histórico que consagra o início do período Contemporâneo, reitera-se o nacionalismo de países europeus, construído em um contexto de forte desenvolvimento industrial que, com base no avanço do ideal liberalista, segundo Hobsbawm (1977), forma-se a disputa e a concorrência entre os países e a edificação de Impérios econômicos. De acordo com o autor, o processo de industrialização destes países, como a Itália e a Alemanha, que competiam com a Inglaterra no horizonte da segunda revolução industrial, ao longo do século XIX, correu de maneira intensa e rápida, instalando o sentimento de progresso social nos países.

De forma geral o período da Contemporaneidade é considerado pelos historiadores dentro do espaço de tempo demarcado pela Revolução Francesa (1789) até os dias de hoje. Estabelece-se mais precisamente no decorrer do século XIX com as mudanças causadas pela revolução, assinaladas após a saída de Napoleão Bonaparte do poder, cujo Império se estendeu de 1799 a 1815 com a instauração de um novo ideário de Estado Nacional e transformações do espaço geográfico europeu, em contraponto ao Estado Absolutista moderno (Hobsbawm, 1995).

Têm-se como uma das principais características produzidas pelas modificações nas bases de produção a divisão social do trabalho, por meio da qual se estabelece uma relação de exploração e de enriquecimento desproporcional de uma camada hegemônica da sociedade com relação à força produtiva da classe proletária. A família proletária passou por três estágios assim que se consolidou, no início do séc. XIX, de acordo com Reis (1984), cujas mudanças se deram, sobretudo, na introdução de formas de sociabilidade doméstica pautadas no modelo hegemônico nuclear burguês.

Desse modo, Reis (1984) aponta que inicialmente a família proletária se configura em condições de marginalização em que as famílias desta camada se uniam coletivamente numa espécie de apoio comunitário de auxílio e dependência mútua no enfrentamento da extrema penúria social e econômica que passavam. Na segunda metade do séc. XIX verifica-se a segunda etapa da constituição da família proletária devido ao desenvolvimento de melhores condições de trabalho e da vida dos trabalhadores possibilitadas, segundo Reis (1984), pelo surgimento de setores mais qualificados do operariado e pelo crescimento do interesse e da preocupação de burgueses filantropos com a qualidade do trabalho de seus empregados.

Reis (1984) aponta que a partir deste estágio a família proletária começa a adotar padrões de conduta regidos pelo modelo de família nuclear burguesa, sendo a característica peculiar deste processo a estruturação da divisão sexual do trabalho, representada pela conservação da mulher dentro do espaço doméstico no exercício da função de cuidadora do lar e dos filhos. Este processo foi se consolidando até o início do séc. XX, momento em que as famílias das camadas mais baixas aderiram de tal forma ao modelo nuclear de família hegemônico, que foram dissolvidas as formas de sociabilidade comunitária de dependência e apoio mútuo entre as famílias.

Isso significa dizer que, de acordo com Reis (1984), a terceira etapa da família proletária se constitui na introdução do ideário burguês em sua sociabilidade doméstica, demarcando um movimento que deu início às moradias suburbanas resididas por estas famílias, agora voltadas a si mesmas, em detrimento dos vínculos comunitários. Por definição, a última etapa de formação da família proletária é marcada pela consolidação da hegemonia do ideário social burguês, caracterizada da seguinte forma:

A mulher, afastada das redes femininas típicas da fase anterior, ficou isolada no lar e o homem passou a valorizar a domesticidade e a privacidade. Ao mesmo tempo, a educação e o futuro dos filhos passaram a ser prioridade da família. Essas transformações foram acompanhadas de um reforço da autoridade paterna e de um

incremento do conservadorismo por parte de toda a família proletária. Um século depois de seu nascimento a família proletária quase não se distinguia mais da família burguesa, em termos de padrões emocionais que caracterizavam as suas relações internas. Isso significa que houve um aburguesamento ideológico da classe operária no que concerne à vida familiar (Reis, 1984, p. 109).

Assim, ao longo do séc. XX predomina no ideário societário do homem ocidental os atributos que concernem ao predicado da moral burguesa, que passariam a representar o padrão normatizado e ideal, referenciado para a o exercício da conduta dos indivíduos em todas as camadas sociais. Tais atributos são identificados por Reis (1984) levando-se em consideração as principais mudanças que o modo de vida burguês trouxe para a formação da subjetividade moderna. Para o autor os novos padrões emergentes pela classe dominante “se caracterizavam antes de tudo pelo fechamento da família em si mesma [...] uma clara separação entre a residência e o local de trabalho” (p. 109).

De acordo com Reis (1984), o ideal da família nuclear burguesa se pauta na defesa de uma rigorosa diferença entre o papel social dos gêneros, que se expressava tanto nos espaços do trabalho, na produção científica, na política, nos meios de comunicação, na vida pública em geral, na intimidade das inter-relações e na sexualidade, onde as mulheres deveriam atender ao papel de zeladora dos filhos, da casa, do marido e manter uma reputação considerada honrosa, enquanto os homens deveriam sair de casa para o trabalho, sustentar a família, ainda que sem grande envolvimento afetivo, mas com forte controle na manutenção da ordem familiar

Não obstante verificam-se de maneira mais específica alguns fatores como a dependência pessoal, material e social que a mulher passou a representar com relação ao homem, provedor da família, novos padrões de higiene correspondentes à limpeza da casa, do aleitamento materno, dos bebês, dos alimentos, contribuindo para novos hábitos sujeitos a uma supervalorização emocional em torno da necessidade de limpeza, além disso, também os filhos passaram a ser o objetivo central do casamento burguês, exigindo a atenção e o tempo integral da função materna diante das necessidades físicas, afetivas e educacionais de socialização. Assim,

O filho deveria ser educado para aquilo que a burguesia estabelecera como ideal: vir a ser um homem autônomo, autodisciplinado, com capacidade para progredir nos negócios e dotado de perfeição moral. Se por um lado a mulher era agora valorizada

por ser responsável pelo futuro dos filhos, por outro lado essa responsabilidade não deixava de lhe trazer grandes tensões ou mesmo qualquer doença que o prejudicasse. Ela deveria se uma mãe perfeita para que os filhos também fossem [...] As mulheres burguesas passaram a ser consideradas seres angelicais, acima das necessidades animais do sexo. Dessa forma o casamento burguês passou a caracterizar-se por uma dissociação entre sexualidade e afetividade. A família era o recanto do afeto, mas não do prazer sexual. Este passou a ser buscado fora do lar pelos homens, em geral através da conquista de mulheres das classes inferiores (Reis, 1984, p.110-111).

Diante disso, a delimitação da família contemporânea no lar, respaldada pela vivência pessoal com base nas relações domésticas endossadas pelo desenvolvimento da intimidade em uma sociedade cuja vida pública tornou-se profundamente vulnerável, promove em seu seio as relações afetivas como uma consequência benquista rumo a privacidade.

No entanto, as grandes irrupções e colapsos eminentes do sistema socioeconômico atual trouxeram, ao longo do séc. XX até os dias de hoje, um cenário financeiro, político e cultural extremamente instável para o mundo do trabalho, exercendo pressão no sentido de limitar e ou possibilitar o provimento básico das famílias das camadas médias e populares.

Tais aspectos estão objetivamente articulados com as formas reais da sociabilidade doméstica produzidas no último e no presente séculos, contribuindo para as modificações de outros segmentos da totalidade social que serão mais bem abordadas a seguir. Concluindo a trajetória da família contemporânea, é necessário ressaltar que houve grande investimento de ideologias modernas que normatizam a preponderância de uma classe social sobre a outra.

O ideário que inspira a estrutura nuclear da família burguesa emerge culturalmente como natural, impondo-se aos regimentos da família proletária extensa e comunitária, em defesa de princípios morais geridos pelo patriarcado, pela meritocracia, pela autoridade de gênero e pela divisão sexual do trabalho. A camada hegemônica da sociedade contemporânea propaga, de diferentes maneiras, sobretudo no plano da economia e da ideologia, seu modelo de família como um plano de vida ideal, estendendo-a a todas as camadas da população.

Por esta razão o seguinte tópico cuidará de apresentar as relações ideológicas produzidas no embate entre as classes sociais, pois o cenário em que se constituem as relações da família burguesa compreende não só uma realidade material contrária à família das camadas mais pobres e significativamente numerosas da sociedade, mas também, em termos ideológicos, corresponde a uma moral de classe, a ideias, a representações

simbólicas propagadas sobre um modo de vida difundido por relações burguesas, que é imposto em uma relação de hegemonia que coloca a sua realidade econômica e simbólica como uma realidade universal, segundo Heller (1989).

1.2. As forças ideológicas que perpassam os vínculos sociais.

A partir da análise histórica das transformações da família em conjunto com o desenvolvimento da prática societária, chega-se a compreensão das modificações culturais que culminaram em um modelo de família hegemônico na sociedade contemporânea. Com base nesta investigação, deve-se observar que as relações de dominância, assim como o estabelecimento da condição de supremacia de um determinado modelo, ou ideário cultural, se consolidam no cenário histórico propagado pelas construções sociais pelos próprios homens diante de uma teia de relações complexas e antagônicas que promovem a dominância de aspectos culturais sobre outros, portanto, passíveis de transformação.

Nesta perspectiva, Romanelli (1995) aponta para a importância da posição da família na estrutura da sociedade, demonstrando que as formas de sociabilidade doméstica distinguem-se de acordo com as camadas sociais existentes nos diferentes segmentos que compõem as classes sociais. Além disso, o autor aponta que a realidade econômica e cultural das diferentes classes determina as condições específicas de cada família organizar um projeto familiar perante suas formas de assimilar e incorporar as modificações das outras instâncias sociais como a educação, o mercado de trabalho e o plano da cultura.

Por definição, Romanelli (1995) explicita que se pode delimitar diferentes estratos sociais, que constituem a família, por meio de duas ordens de fatores que correspondem respectivamente às relações econômicas, referentes à vida material, e a representação social, que consiste no plano simbólico. Não obstante, o autor afirma que a família exerce o papel de mediação entre a vida pública e a vida privada, tal função destaca a contribuição das duas ordens de fatores reconhecidas pelo autor, as condições econômicas e as representações sociais, para a apropriação e modificação do movimento de reprodução da sociedade.

Nesta perspectiva, entende-se que cada grupo familiar incorpora o modelo dominante de família em consonância com “o vívido de múltiplas experiências coletivas” (Romanelli, 1995, p. 449), o que se diversifica profundamente em relação à posição que a família ocupa na estrutura da sociedade e se objetiva nas inter-relações familiares.

Isso implica dizer que os membros de uma família se organizam dentro da convivência doméstica para garantirem a sua manutenção e o desenvolvimento de seus projetos individuais que, alinhados dentro de um projeto comum e coletivo a todos os integrantes corresponde ao projeto familiar em específico, uma vez que “é no processo constantemente reposto da convivência doméstica que a família se constitui como grupo, tanto na prática quanto na representação de seus integrantes” (Romanelli, 2002, p. 75).

Com base nesta proposta de Romanelli (2002), verifica-se que as relações sociais travadas na vida doméstica não se limitam a uma reprodução da sociedade de forma inalterada, sendo que, pelo contrário, a sociabilidade doméstica constitui-se por formas de assimilação e apropriação da sociedade como um todo, introduzidas em diferentes práticas e arranjos possíveis de acordo com a realidade da vida material e cultural enfrentadas nos distintos segmentos sociais.

Dessa maneira, o autor defende que nas classes sociais correspondentes às camadas populares ocorre uma maior incorporação de novas formas de conduta entre os gêneros, que são desenvolvidas na sociabilidade doméstica, sobretudo em espaços nos quais há uma maior abertura às inovações culturais e um maior nível de escolarização, que são existentes com maior frequência em grandes centros urbanos, locais onde as modificações sociais ocorrem com maior densidade (Romanelli, 2002).

Assim, com as transformações econômicas e culturais, inerentes ao processo de desenvolvimento do plano societário, a realidade das camadas populares da sociedade não corresponde aos preceitos do modelo hegemônico de maneira estrita. No entanto, muito embora o modelo nuclear não seja o “retrato” da imensa parte dos homens, ele é propagado como algo natural a todas as dinâmicas familiares, ainda na Contemporaneidade.

Desse modo, para além de aclarar o trajeto histórico da instituição da família para compreender as implicações socioeconômicas e a maneira de concebê-las nos dias atuais, é necessário investigar as forças ideológicas presentes nas formas de representar a instituição da família na dimensão simbólica da sociedade.

Isso implica discutir as condições sociais e objetivas do cenário cultural atual, as quais atravessam a formação dos indivíduos e as relações humanas, sobretudo nas famílias das camadas populares, cuja realidade não atende aos predicados do modelo de família nuclear burguês.

1.2.1. Representação social: dimensão da vida societária que é marcada pela ideologia na sociedade de classes.

Mészáros (1983), ao analisar o caráter filosófico marxista, chama a atenção para o fato de que o próprio exercício do método materialista histórico e dialético concebe as ‘interpretações filosóficas’ como produtos do contexto histórico e social, mediadas pela realidade concreta e, portanto, são reflexo das demandas do seu tempo. Assim, a construção de valores e crenças está vinculada dialeticamente com as contradições inerentes às produções ideológicas manifestas nas dimensões socio-históricas do geral e do particular. Da mesma maneira, portanto, as contradições existentes entre aparência e essência de determinado fenômeno social produzem-se no próprio movimento dialético do processo da ‘história universal’, que é contínua e continuada pela prática societária na formação dos meios da existência material e espiritual de sua época.

A este respeito Mészáros (1983, p. 165) conceitua a relação de apropriação da vida material e espiritual como “a produção de uma totalidade de faculdades nos indivíduos, unida à explicitação de uma totalidade de forças produtivas e de instrumentos de produção na trama de intercâmbio universal”, apontando que o termo “apropriação”, neste contexto, vem a atender não apenas as relações concretas das forças produtivas, como a apropriação dos instrumentos materiais da atividade de trabalho, mas as relações ideológicas que determinam as crenças e os ideais de uma cultura acerca da vida material.

Por definição, os conceitos de universalidade e totalidade, portanto, podem ser encontrados na literatura como categorias abstratas de teor ‘especulativo’, mas que com base no materialismo histórico e dialético estes termos admitem consistentemente um significado empírico na historicidade genérica das relações sociais, das instituições e das ideias e valores, abordando, assim, suas relações orgânicas com o desenvolvimento material, intelectual e espiritual, historicamente promovidos pelo gênero humano.

Dessa maneira, ao nos referirmos à ‘história universal’ dos homens estamos, juntamente, concebendo o conteúdo historicamente adquirido pela humanidade que diz respeito às produções materiais da vida e à formação do espírito humano. No intuito de se esclarecer a continuidade deste tópico, o qual tratará de mostrar a função da ideologia na sociedade de classes, serão discutidas, em seguida, as implicações deste processo na sociedade atual permeando as famílias.

Tal análise reforça o significado do termo “determinação” postulado pelo materialismo histórico e dialético tal qual é empregado para conceituar a articulação das bases concretas da sociedade com o plano das instituições e das formas sociais de consciência como condições extrínsecas das relações sociais.

Marx (1982) nos orienta ao entendimento de que a determinação espiritual do gênero humano ocorre não em um sentido reducionista do desenvolvimento humano, mas da universalidade na relação orgânica que o homem, enquanto ser genérico, dialeticamente, promove com as condições materiais de produção da vida em cada momento histórico:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (p. 25).

Entende-se, assim, que as aquisições humanas promovem-se no âmbito essencialmente qualitativo da prática social; a consciência dos homens tomada como um produto do movimento objetivo/subjetivo da sociabilidade não deve ser reduzida à simples reflexo mecânico da prática material. Neste sentido, Marx e Engels (2007) apontam para a produção das ideias como superestrutura das bases econômicas em qualquer modo de produção, mas, além disso, explicitam, como ponto central de sua análise, os modos de produção capitalistas, bem como a formação do Estado político burguês; esclarecendo o processo de materialização de modos específicos de determinação da consciência humana exclusivas nas relações sociais no sistema econômico capitalista.

Diante disso, tem-se que a ideologia, ao contrário de ser uma estrutura isolada das relações humanas, produz-se pelo movimento histórico que atende ao reino das necessidades a partir das conjecturas das condições materiais das forças produtivas, constituindo-se pelo conteúdo do conhecimento, e do espírito humano, socialmente adquirido. Dessa forma, a

crítica proferida por Marx e Engels (2007) acerca da ideologia nos modos de produção capitalista diz respeito à natureza da luta de classes a qual produz, necessariamente, uma consciência de classe.

Esta análise nos indica que na sociedade baseada na luta de classes, tal qual é a nossa – constituída pela mesma estrutura burguesa discutida por K. Marx e F. Engels – as relações sociais dominantes são expressas em ideias dominantes, verificando-se que os interesses da economia política, travados no embate entre domínios ideológicos e o empoderamento social, são impostos por apologias e discursos que se autodenominam como universais. Neste aspecto, os autores descrevem que a classe dominante é não só a potência material de uma época, mas também a potência espiritual.

Os autores referidos, então, conceituam a ideologia dominante como uma falsa consciência, justamente pelo fato de que a consciência de classe refere-se ao reflexo das condições, interesses e necessidades objetivas que uma classe, ou um grupo específico, tem de si mesmo. Sendo assim, a consciência de classe é um produto da essência da vida material e subjetiva que uma classe constrói acerca de si mesma e, quando imposta predominantemente às outras camadas sociais, atua como falsa consciência.

Em consonância com esta análise, cabe observar que as relações materiais dominantes são expressas em ideias dominantes, compreendendo-se que, no embate entre a luta de classes, de acordo com Marx (1980), há sempre a classe dominante a qual detém os meios de produção, determinando o direcionamento das forças produtivas e ditando as ideias vigentes que regem os ideários sociais, impondo-se às outras classes por normas de conduta.

Tal como observamos a respeito da produção moral desenvolvida em torno do modelo da família nuclear, esta se realizou na defesa de ascensão ideológica (não apenas material, portanto) da classe burguesa e na manutenção de seus ideais por meio da coerção externa sobre os papéis sociais do homem, da mulher, dos filhos, de parentesco e da instituição da família como um todo.

Devemos analisar que é, sobretudo, no seio da família que valores de ordem coletiva, não só particular, são construídos a princípio. Entendemos que uma dimensão não exclui a outra, uma precisa da outra para se formar na ontogênese, sendo o homem um ser genérico e singular, que tem como essência a condição social e como particularidade suas relações travadas dialeticamente entre mundo interno e externo, como aponta Duarte (2003).

Na moral burguesa, portanto, difundida como uma moral universal, o conservadorismo é um discurso que se legitima pela postura reacionária contra outros modos de vida ou arranjos familiares que não o modelo hegemônico enquanto padrão normatizado da conduta. A imagem e a reputação de uma vida “correta”, nos moldes do conservadorismo da classe dominante, evidenciam-se na vivência de uma ideologia hegemônica que se pauta na manutenção das aparências, unida à formalidade entre seus próprios familiares que, em geral, camuflam desejos, necessidades e sonhos que não estejam de acordo com a moral externa às normas da classe a qual pertencem.

Frente a isso, Heller (1989) propõe que a conquista e o compartilhamento da coletividade pautada na essência do gênero humano só é possível na vivência prática em um sistema social que atenda às necessidades e potencialidades dos homens com base na construção histórica e social. Possibilidade inexistente dentro da sociedade capitalista, cujos meios de produção invertem, ao invés de atenderem, as relações humanas, pois, no capitalismo a sociedade não se apresenta como vínculo social para todos.

Para a constituição plena da consciência humana, agente da razão e da moral emancipada, é necessária outra estrutura social, pautada em valores éticos totalizantes do ser. Frente a isso, Heller (1989), afirma que:

Naturalmente, os filhos do capitalismo são dilacerados pelo conflito de motivações entre egoísmo e altruísmo. Para se tornarem indivíduos livres e universalizantes realizados, eles devem mudar. Os homens fazem a si mesmos. Eles não podem mudar sem mudar o mundo. Mas, mudando o mundo, eles mudarão a si mesmos, no processo de revolução. A revolução será total, e esta totalidade implica inclusive a mudança total dos homens (Heller, 1989, p. 115).

Assim sendo, as inter-relações travadas na família são historicamente promovidas por uma gama de diversidade muito maior e ampla perante o conjunto normativo, socialmente recente, vislumbrado pelo modelo nuclear hegemônico.

Para além da naturalização das famílias, que, via de regra, segrega e estigmatiza a pluralidade da vida, das relações e diferentes formas de vivência real dos homens, a presente análise busca discutir a concepção de família não por meio de um padrão ideológico que justifique as condutas individualistas da sociedade, mas como estruturas que admitem as diversas representações sociais que estão presentes em todas as camadas e se formam e consolidam na sociabilidade doméstica.

Nesse aspecto, defende-se a leitura sócio-histórica que se aprofunda na real articulação desta instituição em relação a universalidade e não como um agente deslocado das transformações e entraves materiais da sociedade, e sendo potencialmente capaz de promover a função que Duarte (1993) considerou de base para a “ontogênese dos Sujeitos”: a vivência coletiva pela justaposição entre a liberdade pessoal e os deveres sociais, pela individualidade em conjunto com a sociabilidade.

Desse modo busca-se a seguir identificar as características específicas deste movimento presente na atualidade para, assim, promover um possível entendimento de suas implicações na instituição da família que, por sua vez, fornece a sociabilidade primária para o desenvolvimento humano. Propõe-se, então, discorrer sobre tais aspectos com enfoque nas relações sociais travadas na Contemporaneidade, no intuito de compreender as forças ideológicas que estão especificamente presentes na subjetividade atual.

1.2.2. Os desdobramentos da ideologia neoliberal na Contemporaneidade e suas implicações na Família.

Diante da discussão realizada que se pauta na análise da dimensão simbólica, e das forças que os processos ideológicos operam na sociedade, torna-se necessário compreender os mecanismos deste processo em específico no período Contemporâneo, que se estende do século XIX até os dias de hoje, por ser nele em que são reproduzidas as formas, as representações e as condições socioeconômicas da família na atualidade.

Neste horizonte, é de suma importância retomar os aspetos referentes a elementos qualitativamente novos nas relações sociais produzidos pela dominância de padrões de conduta normativos aos interesses de uma classe hegemônica, e que, de forma geral, se faz presente na atualidade.

Assim, em referência às características específicas às transformações do contexto das famílias que se deram na passagem da Modernidade para a Contemporaneidade, Tocqueville (1987) salienta que na base das relações burguesas há uma reorientação dos membros da família em direção às suas necessidades particulares com base nos ideais econômicos liberais que se fazem presentes nas inter-relações sociais, inclusive no tocante a afetividade que se torna mais presente.

Dentro deste panorama encontramos a nova categoria, não tão nova, mas completamente formada, da família proletária em contraste com a família burguesa, sendo que, como vimos, o período Contemporâneo se caracteriza pela institucionalização do modelo de família nuclear burguesa como expoente de sua consciência de classe em um cenário já configurado pelo predomínio das diferenças sociais, expandindo-se ao longo do século XX e que chega ao séc. XXI com formas ainda mais profundas de hegemonia ideológica.

Este cenário de intensas modificações e agravamento da produção econômica se desdobra na atualidade, determinando objetiva e subjetivamente as relações humanas, mas, em primeiro plano, corrobora a dinâmica familiar por constituir-se como agente social primário do homem em nossa cultura:

A história da família corresponde às transformações no processo de trabalho que determinam as relações que os homens mantêm entre si nas diferentes instâncias da vida. Transformar a sociedade e produzir novos comportamentos e relações humanas são tarefas, portanto, que se sobrepõem à família, sendo consequência de uma prática social. Compreender a família como produto do processo histórico significa, em última instância, compreender o próprio homem no processo de transformação social (Silva, 2004, p. 46).

As mudanças promovidas na sociedade Contemporânea rearticulam-se em novos valores de um extremo oposto do pensamento coletivo historicamente herdado nos séculos passados para a busca de independência individual, que é reproduzido na família por meio das ideias formadas nas novas relações mercadológicas que se intensificaram pela consolidação do sistema capitalista no decorrer do sec. XX até o séc. XXI.

Nagel (2007) coloca que a subjetividade na atualidade se reproduz em decorrência de um processo histórico no qual ocorre um declínio total dos valores coletivos que fundamentavam as relações dos séculos passados, para dar lugar a valores centrados no individual. De acordo com a autora, verificam-se as implicações deste processo no plano da sociabilidade pública e privada, com a manifestação de um significativo afrouxamento dos laços afetivos, da autoridade e da tradição transmitida entre as gerações, dando lugar a relações cada vez mais superficiais e com ínfimo caráter de envolvimento com o “outro”.

Já na dimensão das transformações materiais, Cavazotti (2010) aponta que a prosperidade econômica aparente ocorrida nos países de “primeiro mundo” no pós-guerra, se deu com base em investimento de bens de consumo, contando com o avanço expandido da

tecnologia na guerra e a adesão da classe consumidora. Este processo é palco da intensificação das relações capitalistas materializadas em essência na produção da subjetividade, identificado por diversos autores como Ferry (2010) que apontam que este movimento passou a ser representado por expressões como “capitalismo tardio”, ou “pós-fordismo”, ou “pós-modernidade”, expressões usadas, em grande parte, como sinônimo de uma intensificação da organização dos modos capitalistas de produção.

De forma geral, o Ocidente, na segunda metade do “Breve Século XX”, segundo Hobsbawm (1995), apresenta-se por ondas de enfretamento entre os ideais socialistas e capitalistas e, sobretudo, os colapsos representados pelo capital mundial. Após a década de 1970 o conflito ideológico marca um cenário cada vez mais profundo representado pela intensificação da crise econômica e a instauração do neoliberalismo, enfrentado pela luta do operariado e de movimentos estudantis, em diversos países, que foram combatidos pelo conservadorismo de governos anticomunistas.

Segundo Anderson (1999) o neoliberalismo ascende como uma reação contrária à política de bem-estar social exercida pelo Estado, considerada por seus economistas idealizadores como geração de gasto e entrave para a produtividade e negociação empresarial em âmbito nacional e internacional. Hobsbawm (1995) afirma que, na década de 1980, concretiza-se a privatização do setor público, aplicado junto ao retrocesso da regulamentação dos direitos trabalhistas e do próprio movimento operário com cortes em serviços sociais e na redistribuição de renda.

Como base, o cenário do mundo do trabalho também se apresenta mais competitivo, demarcado pela exigência integral de homens e mulheres ao âmbito concorrencial do trabalho, o que produz implicações na família que, para sua manutenção, necessita que pais e responsáveis se lancem ao mercado de trabalho acirrado, gerando um menor envolvimento físico e emocional com os filhos, devido ao próprio sistema social. Este cenário consolidou um aumento abrupto da desigualdade social e das taxas de desemprego, a privatização completa das empresas e órgãos, além da anulação de políticas e investimento estatal em ações sociais (Anderson, 1999).

O marco deste processo no Brasil ocorreu com a implantação do regime militar na década de 1960 que, segundo Romanelli (1995), introduziu a busca por avanço econômico no país com base na expansão das relações capitalistas, privilegiando setores privados da sociedade, o que gerou o enriquecimento de algumas parcelas da sociedade, enquanto que os seguimentos mais pobres passaram a enfrentar condições de trabalho ainda mais difíceis.

O autor salienta que com isso houve uma modernização da vida societária ao mesmo tempo em que ocorreu um grande aumento do número de membros de uma família no mercado de trabalho em busca de maiores condições de consumo doméstico. Este processo também é identificado por uma das mudanças mais significativas da dinâmica familiar no séc. XX que se refere ao advento das mulheres no mundo do trabalho. A título de embasar as mudanças deste cenário, Romanelli (1995) esclarece que:

Tal forma de modernização, fruto do desenvolvimento do sistema produtivo, altera o quadro onde se desenrolam as relações domésticas, corroendo as formas de sociabilidade e submetendo-as aos imperativos da racionalidade exigida pelo processo de reprodução do capital (p.447).

Ao mesmo tempo, a busca pela promoção de abertura econômica de investimentos e concorrência do capital internacional passa a ser atrelada ao ideário de progresso social pelo acúmulo de capital e pela pretensa crença na estabilidade monetária com investimento externo de multinacionais isentas de impostos sobre seus altos rendimentos. Assim, assinala-se que, da passagem do séc. XX ao XXI vemos a ideologia neoliberal se intensificar de forma mais profunda, como parte estrutural do pensamento contemporâneo; a alienação nas relações sociais se amplia na mesma forma em que avança a reprodução do capital, em uma onda de colapso iminente.

Este conflito entre forças ideológicas chegou a um desfecho representado pela queda do Muro de Berlim, em 1989, sendo um acontecimento que passou a simbolizar o avanço do capitalismo de forma globalizada, demarcando o fim de um período de extremo conflito, mas longe de instaurar a paz e o desenvolvimento social pela extensão da hegemonia capitalista no mundo (Hobsbawm, 1995).

Diante disso, e como ponto de análise primordial acerca das relações sociais que imperam na Contemporaneidade, verifica-se, de acordo com Cavazotti (2010), a solidificação do neoliberalismo como base econômica com o fim da Guerra Fria e a consagração não só de uma nova forma de se conceber a vida econômica, mas também a social.

No movimento ideológico deste horizonte observa-se que as relações econômicas contraditórias, e as próprias crises inerentes à lógica socialmente insustentável do capital, apontadas por Hobsbawm (1995), passam a ser consideradas como uma reestruturação produtiva isolada da relação orgânica que a sua reprodução opera na sociedade.

Assim, o próprio desenvolvimento científico e tecnológico no cenário globalizado começa ser visto como revoluções pós-industriais da chamada sociedade do conhecimento. A família, como um órgão reprodutor e transformador da sociedade, é atravessada por estes aspectos e reformulada de acordo com a prática dos homens pela divisão cada vez mais alienante do trabalho e a vivência das contradições desse cenário.

Ao mesmo tempo em que ocorre o processo de desvinculação da singularidade individual da coletividade, verifica-se que a relação com o “outro” deixa de ser parte da construção do “si mesmo”, evidenciando-se uma necessidade do indivíduo se sobressair em relação aos demais na teia social, afirmada por Nagel (2005), que identifica uma geração de indivíduos voltados para si mesmos, demonstrando o declínio da complexidade nas inter-relações, sendo que “no limite na convivência real, os indivíduos não se reconhecem [...] A consciência do homem como ser social desaparece” (p. 04). Neste sentido, compartilha-se das contribuições de Silva (2004), nas quais é exposto o esvaziamento da noção de coletividade nos laços domésticos atuais que a autora relata da seguinte maneira:

Separações e recasamentos, dificuldades no relacionamento familiar, falta de percepção de limites por parte dos filhos, dificuldade dos pais definirem limites na relação com seus dependentes, [...] confiança, lealdade, compromisso e ética se perdem e se afrouxam os seus laços. Pois nessa sociedade, baseada na propriedade privada, não existe um código de ética/moral completo para todos. Os valores são muito complexos e dependem dos indivíduos. Os indivíduos, por se considerarem livres para buscar tudo o que desejam, passaram a se comportar como se não dependessem de ninguém. Em função de sua soberania, voltavam a si mesmos, não se deixando influenciar pelos outros. Nos tempos de igualdade e liberdade de escolha cada um sente ser responsável pela conquista de seu bem estar pessoal e material. Assim, não sobra muito tempo e disponibilidade para a solidariedade aos outros, acarretando o esvaziamento dos vínculos afetivos nas relações sociais e familiares (Silva, 2004, p. 99-100).

Assim, admite-se que estes fatores produzidos pelas modificações da vida material trouxeram mudanças na coletividade que, ao longo de sua estruturação na Contemporaneidade, intensificaram-se. Com o aumento do consumismo no cerne das relações sociais, estas se pautam nos valores do individualismo e da lei de mercado global, vinculados à necessidade artificialmente imperiosa da competitividade e da livre concorrência, os valores humanos refletem-se na lógica da obsolescência na mesma forma pela qual um produto do

mercado entra; e as esferas da vida pública e privada perdem suas linhas de dissonâncias e se fundam numa só vivência efêmera e veloz.

Entende-se, portanto, que a ideologia neoliberal perpetuou-se tanto na descrença dos homens sobre as instituições sociais, quanto na crença de que o indivíduo é responsável por seu 'sucesso', 'fracasso' ou pela sua imagem bem ou mal sucedida, que será taxativamente aferida pelas aparências do poder aquisitivo, de títulos e *status* social.

Os desdobramentos deste ideário nas relações da sociabilidade doméstica são marcados pelo personalismo exacerbado que produz o esvaziamento entre os laços familiares, o que reitera um horizonte de busca pela aparência que, longe de admitir um envolvimento real e profundo com o "outro", parte da satisfação pessoal como um fim em si mesmo. Conferindo o presente cenário como promotor de tais características, Nagel (2005) descreve os predicados da subjetividade atual que acometem tanto a família como outras instituições socioeducacionais e o mercado de trabalho:

O descompromisso com o outro, a falta de percepção do outro concretiza-se, de fato, quando o sujeito não se identifica com ninguém. A falta de identificação com quem quer que seja, ou a incapacidade de se ver fora de si mesmo, faz com que desapareçam as condições para o reconhecimento, em qualquer figura humana, de qualidades, potencialidades, desejos, necessidades, similares às suas. A ninguém é outorgada a possibilidade de igualdade, de paridade, de semelhança, quer de emoções, de experiências, de conhecimentos, ou melhor, de vida. O sujeito sem identificação com seus pares, torna-se incapaz de dimensionar e/ou perceber alguém que não seja ele próprio. Não conta com um sistema decodificador, ou receptor, a não ser dos próprios interesses, por isso não estabelece laços de reciprocidade. Conseqüentemente, não estabelece vínculos. As amizades são fugidias, extemporâneas. [...] Sem pares e sem perspectivas, nele não brota, conseqüentemente, o sentimento de responsabilidade. Sem sentir-se responsável, ou com compromissos, potencializa sua infância, preservando, em idade avançada, os privilégios de criança (p. 05).

Os apontamentos de Nagel (2005) reafirmam o caráter alienante e empobrecedor dos vínculos entre os homens, na mesma proporção em que este sistema calcado na propriedade privada se germina cada vez mais profundamente no cerne da produção da subjetividade. Assim, as diferentes camadas da sociedade compõem-se por famílias que embora não compartilhem das mesmas condições materiais de vida retroalimentam-se da mesma

dimensão superestrutural que compete ao nosso tempo, dada a imposição hegemônica da consciência de classe.

Esta ordem estrutural, vigente em nossa cultura, não favorece o alcance do desenvolvimento pleno das faculdades do gênero humano, mas impede a formação do pensamento coletivo como condição da prática social e emancipada, ou seja, a humanização do homem não se concretiza e, via de regra, as famílias, como mediadoras entre a vida pública e privada, manifestam este entrave em uma organização social individualista.

A partir disso, busca-se na Psicologia Histórico-Cultural a análise do desenvolvimento humano com base em sua vivência profunda constituída por afetos, valores, interesses, orientações, criações, sonhos e etc., cujas aprendizagens são sempre construídas em conjunto com o “outro”, que inicialmente diz respeito aos membros familiares e, de certa maneira, nunca deixam de se articularem com os mesmos ao longo do desenvolvimento humano.

Além disso, a presente investigação acerca das características da subjetividade contemporânea, sobretudo na cultura neoliberal, demonstra que os fatores predominantes de nosso tempo apregoam-se pela negação do compromisso coletivo entre os pares dando lugar a supervalorização de “si mesmo” como suficientemente sustentável em detrimento da totalidade, das diferenças sociais e da responsabilidade dos mesmos na formação das novas gerações.

Tais atributos, de acordo com os autores da Psicologia Histórico-Cultural, referem-se justamente às condições contrárias e essenciais para a promoção do desenvolvimento do psiquismo humano e a constituição da família como agente da formação humana que se buscará discorrer no capítulo que se segue.

II -SOCIABILIDADE FAMILIAR PARA A FORMAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.

Na ilha por vezes habitada do que somos [...] dizem-se as palavras que a significam.
Levantamos um punhado de terra e apertamo-la nas mãos.
Com doçura. Aí se contém toda a verdade suportável:
o contorno, avontade e os limites.
Podemos então dizer que somos livres,
com a paz e o sorriso de quem se reconhece
e viajou à roda do mundo infatigável,
porque mordeu a alma até aos ossos dela.
Libertemos devagar a terra onde acontecem milagres
como a água, a pedra e a raiz.
Cada um de nós é por enquanto a vida.
Isso nos baste.

José Saramago

Partindo do caminho traçado e dos aspectos pesquisados até aqui, a presente investigação propõe estabelecer uma profunda análise acerca da individualidade do homem, tanto no que se refere ao desenvolvimento da sociabilidade quanto da individualidade do homem. Entende-se que na transmissão da humanidade historicamente construída entre as gerações, dos valores socialmente alcançados e da prática conjunta que permitem as mudanças no plano micro e macro social, o contato com o “outro” é primordial para a condição de nosso desenvolvimento, tal como somos, essencialmente sociais (Leontiev, 2004).

Beatón (2001) afirma que o “outro” é fundamental para a constituição do psiquismo, visto que ele atua como mediador predominante na relação entre o indivíduo e o meio, sendo o adulto responsável em oferecer, desde as vivências mais precoces da criança, o conteúdo e os instrumentos culturais necessários ao desenvolvimento infantil.

O autor afirma que o homem é o único animal que não consegue se desenvolver sem a ajuda de outro ser da mesma espécie por um prolongado período de tempo após seu nascimento, e que esta competência organicamente pouco adaptativa é acompanhada por uma transformadora capacidade de aprendizagem mediada socialmente por meio da vivência humana.

Frente a isso, o entorno familiar é assinalado por Beatón (2001) como sendo um mediador socioeducacional que não só oferece condições para o desenvolvimento, mas potencializa a formação de estruturas psicológicas do sujeito, que serão promotoras de múltiplas formas de sua constituição singular e genérica. Dessa maneira, a mediação, de acordo com a Psicologia Histórico-Cultural, consiste em uma relação de encontro do psiquismo com a cultura essencial para a humanização dos homens, isso significa que, nesta relação, o primeiro não se restringe a pontos cerebrais receptivos das informações por vias adaptativas, mas pelas conexões mentais que resultam das relações do indivíduo com o meio, contribuindo para a formação de processos de aprendizagem e desenvolvimento presentes na constituição integral do ser social.

Nesse sentido, Silva (2011) aponta que a mediação entre a criança e o adulto que cuida dela já constitui, desde os primórdios do desenvolvimento, resquícios da consciência que irão se enriquecer e se estruturar ao longo do desenvolvimento, cuja base é a vivência estabelecida pela criança na relação com as pessoas que a cercam e nas condições reais em que vive.

Este processo consiste, para a autora, na especificidade da formação humana em todo estágio de desenvolvimento ontogenético, sendo que a unidade vivencial que compõe a produção das funções psicológicas numa relação dialética, em sua totalidade, não se limita ao âmbito do intelecto, mas depende também dos aspectos afetivos e emocionais constituídos pelos significados sociais que são compartilhados no contexto da família (Silva, 2011).

Sendo assim, compreende-se que, embora sejam necessárias as bases de formações elementares e orgânicas do aparato biológico para o desenvolvimento humano, sem o estabelecimento das relações sociais e as condições de vivência com o “outro” não há como ocorrer o desenvolvimento das funções psicológicas superiores como memória, pensamento, atenção, linguagem, percepção e imaginação, que se desenvolvem nas relações sociais presentes no processo de apropriação do meio ao qual o sujeito pertence. (Toassa, 2009).

Neste aspecto, Beatón (2001) afirma que o desenvolvimento psicológico, por ser um processo complexo realizado por meio de uma relação dialética constituída na história singular e genérica entre o indivíduo e o meio externo, envolve inúmeros fatores, inseridos num determinado contexto social, que multideterminam e interagem na formação da criança e nas suas condições de aprendizagem. A família, para o autor, pode agir de forma a potencializar tal desenvolvimento e criar “um ambiente emocional-afetivo positivo garantindo a independência e a autonomia do menor” (p. 27), de maneira que pode garantir, ou não, o

desenvolvimento de formações básicas para possíveis aquisições psicológicas futuras, que continuarão a se fortalecer dentro e fora da família.

Beatón (2001) destaca, inclusive, a contradição aparente que o papel do “outro” pode expressar no desenvolvimento da criança, considerando a importância do adulto que, de acordo com o autor, de um lado: “participa, dirige, promove, facilita e ensina, versus o papel do sujeito no desenvolvimento, que participa, cria, projeta e realiza livremente e de maneira espontânea as tarefas” (p. 20). Diante disso, o autor propõe que o método histórico e dialético, que embasa a Psicologia Histórico-Cultural, oferece os fundamentos teóricos para se superar tais contradições aparentes, demonstrando e dando condições de se compreender a “relação complexa e dialética deste processo de ensino-aprendizagem” (p. 21).

No intuito de se conceber a humanização integral do homem por meio da investigação de como este se desenvolve na cultura, parte-se das considerações de Beatón (2011), o qual destaca o entendimento de que os processos de aprendizagem e de desenvolvimento se constituem como duas instâncias que se articulam socialmente em todas as fases da vida humana, não apenas no contexto escolar, portanto, admitindo que “na família e em toda sociedade se produz um processo de ensino através do qual o sujeito aprende e se desenvolve” (p. 21).

De acordo com Vygotsky (2000), a aprendizagem é uma superestrutura do desenvolvimento, sendo que à medida que a criança aprende, por intermédio do “outro”, promove novas funções mentais, essencialmente humanas, em seu desenvolvimento psicológico. Assim, Vygotsky (2000) demonstra que as funções humanas desenvolvem-se no seu contexto objetivo e concreto, no âmbito da sociabilidade, destacando que a relação de aprendizagem está presente em todo o percurso do desenvolvimento humano, não apenas no contexto escolar.

Desse modo, o estabelecimento da aprendizagem, que ocupa um lugar integral na vida do sujeito, pode ser identificada na capacidade que a criança vai adquirindo ao longo de sua humanização de estabelecer nexos causais entre o saber social e as experiências que vivencia.

O vínculo formado pelos membros da família estrutura, então, as bases psicológicas que tornam possível a representação simbólica do “outro” e do meio à sua volta na constituição da personalidade humana, exercendo as condições integrais que ligam a afetividade, as emoções, os aspectos físicos e mentais que darão continuidade às

possibilidades do sujeito estabelecer relações conscientes, ou não, entre a construção de sentidos, criados em sua vivência, e a motivação de suas atividades no mundo.

Dessa forma, a atividade da criança é preenchida de significado inicialmente pelos adultos do seu entorno, depois ela se apropria aos poucos desta bagagem pelas palavras compartilhadas com ela no convívio familiar e passa a fazer uso da linguagem como função comunicativa, segundo Vygotsky (1996), vivenciando o sentido que ela própria confere à sua atividade no mundo.

Este processo remete às condições de tomada de consciência que a criança vai adquirindo ao longo do tempo a partir das vivências na sociabilidade doméstica, constituindo-se em um percurso dialético de autoconstrução e auto diferenciação que a mesma passa a estabelecer com relação aos indivíduos com os quais se relaciona.

A autoconscientização, assim, necessariamente, integra todas as faculdades humanas, como as transformações das emoções e dos sentidos em funções superiores, e corrobora um movimento psicológico que, em essência, corresponde à humanização do homem e, portanto, depende da vivência social e afetiva realizada na família. Compreende-se, assim, que os possíveis arranjos que a dinâmica familiar possa apresentar na contemporaneidade, influencia na formação humana, uma vez que é na qualidade da mediação, potencializadora da constituição do psiquismo, que se fundamentam os processos de aprendizagem e desenvolvimento.

2.1. Os vínculos sociais e afetivos como base das vivências e unidade psicológica para a atividade humana.

Em busca de se compreender a importância da família na formação integral do ser social, parte-se do entendimento das vivências como base da formação de vínculos, da consciência e da atividade humana que se formam na família e se farão presentes ao longo da existência do indivíduo. Toassa (2009), ao analisar os estudos de Vygotsky acerca das emoções, afirma que as ideias do homem, marcadas pelo plano cultural, definem as formas de vivenciar as emoções e os afetos em uma relação de atribuição de significados às vicissitudes sentidas.

Magiolino (2010), nessa mesma perspectiva, afirma que Vygotsky descreve as emoções como função psicológica superior, destacando o aspecto histórico do

desenvolvimento, “na medida em que elas estão intimamente ligadas à volição e, também, à memória e à imaginação”. (p. 52).

Dessa maneira, na defesa do caráter histórico das emoções na formação do psiquismo, Vygotsky (2004) afirma que os aspectos emocionais estão presentes em cada nova etapa do desenvolvimento humano e relacionados às novas aquisições mentais produzidas na relação do indivíduo com a cultura.

Pode-se, assim, dizer que as bases emocionais presentes nas relações intersíquicas promovidas desde a infância, pautadas na vivência familiar, ligam-se de forma específica com as condições de aprendizagem, de interesse aos objetos e ao “outro”, bem como aos valores do meio ao qual a criança pertence, que possuem uma carga afetiva de sentido singular e pessoal atribuída pela mesma.

Estes fatores tornam-se estruturantes na periodização do desenvolvimento, conforme veremos mais adiante, no sentido de que as funções adquiridas em cada nova fase da periodização não se constituem em oposição às vivências já construídas até então, mas pela transformação destas como elementos constitutivos da relação entre objetividade e subjetividade e expressos por formações qualitativamente novas (Vygotsky, 2004).

Compreende-se que tais formações partem do desenvolvimento real do indivíduo e das condições sociais concretas, para a criação de algo novo, o que implica a produção das emoções constituídas neste processo, uma vez que elas não desaparecem da vivência e da atividade humana, mas se transformam junto às funções psicológicas adquiridas ao longo do desenvolvimento e da apropriação do conteúdo social pelo indivíduo. Por definição, Toassa (2009) afirma que:

A vivência designa tanto a experiência do mundo externo pelo sujeito, quanto seu mundo interno, passíveis de simbolização e tomada de consciência [...] Vygotsky entende que todo o conteúdo vivenciado implica numa tonalidade afetiva e a vivência demanda a suspensão de qualquer julgamento imediato. (p. 274)

Desse modo, o estudo do aspecto histórico das emoções em Vygotsky (2004), enquanto constitutivo das vivências, está entrelaçado com o postulado teórico da Psicologia Histórico-Cultural que embasa o desenvolvimento humano, a constituição de funções tipicamente humanas e as novas formações presentes na ontogênese em mediação com o “outro”. Dessa maneira, propõe-se, a partir da categoria de vivência, teorizada por Vygotsky (2004) e elencada em seus estudos acerca das raízes históricas e sociais das emoções, refletir

acerca das formações psicológicas presentes no entretencimento da representação dos papéis familiares, constituídos historicamente na cultura.

Nesse sentido, Toassa (2009) descreve a evolução do conceito de vivência³ em toda obra de Vygotsky e aponta que este termo toma sua significação mais ampla à medida que o autor formula e desenvolve seus postulados sobre a consciência por meio de um sistema conceitual.

Tal afirmação remete-se aos avanços que o autor estabelece dentro de seu sistema teórico de conceitos que elucida a importância das emoções na formação integral do homem, demonstrando que toda emoção é uma orientação que se direciona à prática da ação ou anulação da mesma, ou seja, pela organização do próprio comportamento, pois relacionado às outras funções psicológicas, toda emoção tende a organizar a vivência interna no sentido de estimular ou inibir as relações humanas (Toassa, 2009).

Por definição, o termo vivenciar, segundo Toassa (2009), implica um processo imediato da experiência humana constituído, a princípio, fora da consciência, ou no inconsciente, mas que por meio do pensamento, transforma-se em processo consciente. De acordo com a autora, o processo de vivenciar é defendido por Vygotsky de maneira sistematizada como unidade psicológica dentro de processos conscientes, constituída de afeto e organizada pela linguagem, o que “autoriza-nos a afirmar que toda função psíquica superior, na obra madura de Vygotsky, tem uma face vivencial – ao lado, propriamente, de sua ação no mundo”. (Toassa, p. 278).

Nesta premissa, Vygotsky (2004) postula que as vivências e o conteúdo afetivo só estariam no campo do inconsciente na medida em que não forem traduzidos pelo pensamento. Este processo ocorre, segundo Magiolino (2010), porque, na formação dos homens, dada socialmente, a emoção é mediada pelo significado ao longo da história do indivíduo e, dessa maneira, verifica-se que a autora identifica uma diferenciação em relação às emoções inferiores, que se referem às sensações elementares correspondentes a estímulos cuja base é instintiva, como a agressividade e o medo, e as emoções complexas ou superiores, cujas sensações já são traduzidas pelo pensamento e mediadas pelo significado social internalizado

³Toassa (2009) coloca que o termo vivência era tratado por Vygotsky como um estado imediato e irracional até suas produções de 1930 cujo conteúdo passa a elencar sistematicamente o desenvolvimento humano em um processo de conscientização relacionado à “operações semióticas e conceituais”(p. 238) na experiência da criança no mundo e apresenta a afirmação de que “a consciência e a personalidade são relações com o meio” (p.241) unidas ao desenvolvimento das emoções e dos afetos, admitindo o conceito de vivência por esta expressar a dimensão ativa da criança no curso de sua tomada de consciência e construção de sentido.

na relação com o meio, caracterizando-se em sentimentos como gratidão, empatia, alegria, nostalgia e outros apontados pela autora.

Assim, para a Psicologia Histórico-Cultural, o conceito de vivência, dessa forma, está presente em uma ótica qualitativa acerca da intensidade da existência e dos atos de consciência, cujo entendimento não se reduz à consideração de eventos impactantes ou a um estado psicológico diferenciado, segundo Toassa (2009), mas sim ao desenvolvimento da natureza social presente na singularidade de cada homem, enquanto ser social, e constituída nas relações objetivadas com o meio.

Junto a isso, Toassa (2009) ressalta que o caráter qualitativo e singular das vivências torna-se efetivo pela linguagem, a qual tem em seu núcleo a palavra como signo das relações humanas colocando que nas “formações afetivas: a criança passa a não atribuir sentido apenas a aspectos externos das suas vivências [...] mas às próprias vivências de si, às características estáveis de sua personalidade” (p. 279). Sendo assim, as vivências implicam uma unidade psicológica que compõe a experiência profunda da atividade humana que é constituída de sentidos internos ligados à consciência e à afetividade:

[...] A vivência torna-se unidade dinâmica da vida consciente, marcada pela referência ao corpo, às representações e ideias, ou ao mundo externo; com maior atividade desta ou daquela função psíquica. A lógica empregada é dialética, pois observa o humano em permanente movimento, relações de parte do todo, síntese e mudança histórico-cultural pela qual o sujeito reconhece-se tanto como objeto do meio, como se nega como algo coincidente com o que o rodeia, como com outros homens, afirmando suas relações com as condições particulares encontradas (Toassa, 2009, p. 278-279).

Desse modo, Silva (2011) entende que os sentimentos superiores são a mola propulsora dos sentidos pessoais que motivam a ação humana, caracterizando-se em atividade. A autora chama a atenção para o fato de que, como os afetos são as funções predominantes na primeira infância, ocorrem interpretações equivocadas ao se concluir que os afetos e as emoções se restringem apenas a aspectos rudimentares e inferiores do psiquismo infantil, no entanto, a afetividade está presente em todo o desenvolvimento humano, desde a infância à vida adulta, cujas bases são transformadas, e não abafadas, à medida que as funções psicológicas são formadas em uma unidade junto à personalidade integral como um todo e permite à criança, aos poucos, identificar e dar significado aos afetos e às emoções. Assim, a

autora descreve a dimensão histórica das emoções e dos afetos no desenvolvimento do psiquismo,

A emoção, unida às demais funções superiores, adquire um caráter histórico e social, com formas de manifestação totalmente diferentes das funções elementares que predominavam sobre o comportamento durante a primeira infância. Suas expressões estão presentes na atividade cultural, relacionadas à arte, ao patriotismo, aos processos de criação científica. A emoção superior encontra-se presente em todas as suas criações e torna-se uma função psíquica fundamental para o desenvolvimento humano, da personalidade do indivíduo e, conseqüentemente, do mundo em que ele vive (Silva, 2011, p. 181).

Toassa (2009) afirma que Vygotsky apontava para o papel das emoções na formação da consciência, da personalidade e das bases da atividade humana no desenvolvimento infantil, até a organização motivacional de sentidos no psiquismo adulto. A autora salienta que os interesses de Vygotsky acerca das emoções já se apresentavam em suas principais obras embasadas no desenvolvimento infantil, mas o autor buscou concretizar estes estudos anos mais tarde, quando já teria estruturado conceitos teóricos acerca da formação da consciência e da personalidade, vinculados a uma unidade psicológica, que é a vivência, na qual não separa os afetos, os sentimentos e as emoções das outras funções psicológicas como a memória, o pensamento, a linguagem, a atenção, mas ligam-se em composição com as mesmas, cuja relação transforma-se e produz novas formações mentais.

Frente a isso, Silva (2011) coloca que as reações instintivas herdadas geneticamente transformam-se de funções elementares em funções sociais no decurso da humanização dos sentidos, abrindo campo para que o aparelho sensorio-motor desenvolva uma sensibilidade superior na relação entre a criança e o “outro” reformulada em sentimentos. Esta análise identifica novamente a necessária diferenciação entre a compreensão das emoções humanas presentes nas funções psicológicas superiores, sendo que por meio de uma leitura simplista restringem-se as emoções à infância ou à psicologia do animal. Neste sentido, Magiolino (2010) defende a superação da crença reducionista comumente difundida que limita a natureza da afetividade por um olhar, segundo a autora,

retrospectivo das emoções que são compreendidas como restos, resquícios de nossa origem ancestral animal, ou distúrbios, enfermidades, vícios [...] dentre as quais destacamos: as proximidades ou identificação das emoções humanas com as emoções

animais; a inutilidade funcional e biológica das emoções no psiquismo humanos, a tendência ao desaparecimento e à involução; a natureza estritamente biológica e corporal ou visceral das emoções (pg. 58).

Assim, no processo de periodização do desenvolvimento, no qual as próprias relações sociais exigem determinadas condutas e realizações de papéis culturais instituídos, a construção da personalidade parte da unidade psicológica da vivência, marcada pelos sentidos e pela afetividade e é considerada, por Toassa (2009), como base de constituição da consciência. Não obstante, a autora observa que em alguns pontos da periodização, sobretudo na crise dos sete anos, a criança entra em conflito não só com os motivos externos postos a ela, mas consigo mesma, no plano intrapsíquico, configurado pelas vivências, sendo que a criança pode entrar em conflitos verbais entre os sentidos motivacionais:

Parece-nos óbvio deduzir que a história do núcleo interno das vivências – num corte transversal, das dimensões mais profundas da personalidade infantil – também é a história de anteriores interações da criança com a realidade social, e especialmente, das crianças para consigo mesmas a partir dessa realidade social. Esse importantíssimo conceito aguarda futuras implicações, pesquisas práticas e novos campos de problematização (Toassa, 2009, p. 280).

A comunicação pela linguagem é reelaborada internamente no processo que Vygotsky (1996) denomina de internalização, o qual ocorre pela relação dialética entre o psiquismo e o meio, através de uma unidade psicológica formada por processos interpsíquicos – atividade externa entre os indivíduos – exercidos na relação interpessoal da criança com o outro e com os significados empregados pelo seu meio; e processos intrapsíquicos – atividade interna ao indivíduo – nos quais a criança reconstrói internamente a sua vivência por meio da linguagem simbólica e das formas culturais de ação e das palavras que foram apresentadas a ela.

Dessa forma, segundo Vygotsky (1988), todas as funções psicointelectuais superiores aparecem duas vezes no decurso do desenvolvimento da criança, a primeira vez, nas atividades coletivas, nas atividades sociais, ou seja, como funções interpsíquicas; a segunda, nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento da criança, ou seja, como funções intrapsíquicas; o processo de internalização não consiste na simples passagem do mundo externo para o mundo interno, mas implica na transformação estrutural da relação do homem com o mundo, cujas bases consistem em um salto qualitativo que o psiquismo humano dá em relação à psicologia do animal.

Assim, tomemos como ponto de vista o psiquismo infantil, ao compreendermos que as primeiras vivências da criança consolidam processos de tomada de consciência pelas formas particulares que se principiam a internalização de conteúdos específicos pela criança. Este processo, para Toassa (2009), é indissolúvel às formações psíquicas decorrentes do desenvolvimento e imprescindíveis para a resolução das possíveis crises presentes na periodização do desenvolvimento humano, no qual a vivência humana se faz presente de forma pessoal.

Estes preceitos determinam, no centro da atividade humana, o papel predominante das relações entre o homem e o “outro”, marcando sua condição necessariamente social para o desenvolvimento integral, o que promove a mediação entre mundo interno e externo, além de orientarem os interesses e os motivos da criança em relação ao meio, produzido, por excelência, na sociabilidade doméstica como uma condição socioafetiva da família contemporânea.

Na apropriação dos signos, a linguagem, ao ser internalizada pelo sujeito, de acordo com Vygotsky (1996), é reformulada no seu mundo interno, constituindo a capacidade de pensar sua existência e estabelecer nexos causais com a realidade circundante a qual é construída com o “outro” do seu entorno, cujo vínculo é perpassado por afeições e sentimentos como empatia, gratidão, despeito, tristeza, visto que as relações na família consistem na base vivencial de sensações e de sentidos no desenvolvimento da individualidade.

Assim, tem-se que o conteúdo da linguagem, lapidada em palavras, é preenchido por significados construídos pela atividade humana ao longo da história, cujo sentido na ontogênese é atribuído por cada indivíduo e repaginado por conotações singulares do plano afetivo e emocional frente às condições de constituição da personalidade e da consciência. Dessa maneira, a linguagem é uma ação exclusivamente social por meio da qual organizamos o nosso pensamento, sendo que a relação que a criança estabelece com o “outro” realiza-se por uma reelaboração de sua sociabilidade e não por um desenvolvimento mecânico.

Para melhor compreensão, busca-se nos estudos de Leontiev (1983) o entendimento acerca da atividade humana a partir dos quais o autor elucida que as ações do homem correspondem às condições concretas da realidade em um processo de formação da personalidade orientada pela base motivacional interna do sujeito, cuja relação só se efetiva em atividade humana quando um motivo interno é deslocado para os fins da ação do sujeito e,

desse modo, os motivos que constituem a atividade humana correspondem a elementos intencionais de ordem social.

Assim, o homem internaliza os elementos externos que passam a fazer parte dele próprio, sendo que essa relação contribui para o desenvolvimento da consciência, cujos fatores constitutivos de sua formação remetem, segundo Leontiev (1983), ao conteúdo sensível, à significação social e ao sentido pessoal. O sentido pessoal é criado pela relação objetiva entre aquilo que incita a ação no sujeito – motivo da atividade – e pela relação subjetiva, aquilo para o qual sua ação orienta-se como resultado imediato – fim da ação.

O sentido traduz a vivência que o homem estabelece entre seus motivos pessoais ao realizar suas ações, enquanto que o significado social corresponde às representações socialmente criadas na história dos homens e é internalizado junto ao conteúdo sensível do indivíduo no processo de construção de sentido pessoal deste (Leontiev, 2004).

O conteúdo sensível, por sua vez, diz respeito às sensações, à percepção, às imagens e representações da criança constituídas de afetividade que, segundo Leontiev (1983), é o conteúdo imediato da consciência. De acordo com o autor, a consciência é uma espécie de reflexo psíquico da realidade, sendo que o reflexo tem como fonte primária a atividade objetual, que no desenvolvimento periódico da primeira infância está ligada às emoções da criança para com o meio externo, além desta atividade, como aponta o autor, ser estruturante para a formação da consciência e da personalidade humana.

Assim, a atividade humana e a formação da consciência, segundo Leontiev (1983), constituem uma unidade dialética, pois a consciência é produto subjetivo da atividade que o homem estabelece na relação com a realidade concreta, com os objetos e com os outros homens e, ao mesmo tempo, regula a atividade produtora da vida social. Nesta compreensão, o autor demonstra que o nível de desenvolvimento de uma criança, bem como sua inteligência, pode ser identificado pelos recursos e riqueza simbólica que ela utiliza em sua prática com a realidade.

Os sentimentos, assim, como desenvolvimento das emoções e dos afetos, dizem respeito a algumas das faculdades humanas sem as quais o homem não se emancipa integralmente. Com base nisso, Silva (2011) esclarece que os sentimentos, por representarem as experiências captadas pelos órgãos dos sentidos, através dos quais se gera uma vivência singular que cabe ao indivíduo atribuir sentido, integram a autoconsciência elaborada internamente em relação à atividade humana em todas as fases do desenvolvimento como um

todo: “[...] o sentimento constitui-se como motor da atividade, ou seja, seu motivo. O indivíduo se realiza e se humaniza por meio de sua atividade, pois vê nela sentido pessoal, atrelado ao significado coletivo (Silva, 2011, p. 182)”.

Desse modo, no processo de construção de sentido pessoal, as relações de âmbito afetivo e emocional são essencialmente presentes e relacionadas às outras funções psicológicas superiores. A família e as relações que nela se estabelecem são fundamentalmente importantes na formação do psiquismo porque é nesta convivência socioafetiva que, historicamente, os homens têm formado, reforçado e modificado valores e sentimentos que, desde muito cedo, são enraizados na personalidade da criança e vão determinar diversas outras condições de construção sentido em sua própria existência.

Frente ao exposto, podemos compreender que existe uma necessidade humana em nossa cultura, historicamente construída, que coloca a família não só como um agente externo de regimento institucional, mas como um órgão intrapsíquico do sujeito que, socialmente, entretece os aspectos da cultura no processo de sua formação, justamente por ela oferecer, ou impedir, ao mesmo o estabelecimento conjunto de aprendizagem e de desenvolvimento. Assim, cumpre investigarmos a dinâmica pela qual os laços familiares conduzem a formação humana no plano da personalidade, ou seja, na individualidade, e os seus traços presentes no plano da sociabilidade, ou seja, partindo do gênero humano.

2.2. Singularidade e genericidade humana: duas dimensões que se unem com a promoção da família.

A transmissão do conteúdo cultural entre as gerações familiares, cuja mola propulsora longe de se restringir apenas ao mecanismo de descendência e herança genética, se estabelece na acumulação contínua das produções realizadas na prática societária, a qual, historicamente, se complexifica pelas transformações da atividade dos homens modificando-a e sendo modificados por ela.

Dessa maneira, a formação da identidade humana realiza-se a partir de sua vivência em coletividade, no tocante ao seu aprendizado e desenvolvimento que se faz predominante no entorno familiar, por este permitir a mediação entre vida pública e privada, pois se consolida como constituição integral do ser social, no processo de diferenciação entre si e o “outro”.

O homem, por construir-se pelo vínculo com o coletivo, tendo, em nossa cultura, o arranjo familiar como base de desenvolvimento físico, afetivo e psicológico, se forma na diferenciação de si com relação ao grupo com o qual convive e cujas ideias e valores permeiam sua formação. Assim sendo, admite-se que o processo de individuação do ser humano não deve ser considerado isoladamente do seu contexto sociocultural, como se suas características individuais já fossem inerentes ao plano da pessoa desde seu nascimento, visto que, como aponta Martins (2004), a unidade entre o homem e o gênero humano é indissolúvel e “o indivíduo é um ser singular única e exclusivamente na medida em que é um ser genérico” (p. 84).

Partindo disso, entende-se que o conteúdo partilhado com a criança, por meio da vivência familiar, que se constitui como espaço de aprendizagem, de desenvolvimento e, portanto, de humanização, passa a estruturar sua personalidade, não em uma relação mecânica e determinista, mas em um movimento no qual os afetos e os sentimentos, tornam a natureza humana e suas relações repletas de pluralidade, de multiplicidade de interesses, orientações e escolhas singulares.

Um bom exemplo dessa diversificação apontada se encontra no fato de que em uma única família, cujas condições materiais podem ser as mesmas para todos os membros, pode-se apresentar, no sentido das características individuais entre cada um, diferenças gigantescas de personalidades. Tal fato se faz presente na constatação de que o indivíduo é indubitavelmente único, embora necessite, em essência, do “outro” para se constituir integralmente.

A título de evidenciar a diversidade e a importância das vivências elementares que se estabelece nos diferentes arranjos familiares para a formação humana e para a identidade do sujeito, considera-se os apontamentos de Martins (2004), que, embora aponte que o processo de personalização depende da atividade cerebral, partindo dos registros sensoriais, percepções e emoções primárias, estabelece como determinante o conteúdo psicológico resultante da construção do sentido pessoal que a criança produz vinculada às suas vivências, processo que se transforma histórica e socialmente em sentimento frente aos significados sociais:

Os sentimentos são específicos dos homens, possuem natureza histórico-social, originando-se de necessidades e vivências culturais e organizando-se em função das condições sociais de vida e das atitudes do homem perante suas experiências. Embora possuam uma dimensão individual, por sua natureza são sempre sociais e históricos [...] os sentimentos dependem sempre de objetos e fenômenos em conjunto e não de suas propriedades isoladas, motivando-se por complexas relações temporais

estabelecidas entre a experiência passada, as expectativas futuras e a realidade presente (Martins, 2004, p. 90).

Assim, Martins (2004) afirma que a construção da personalidade não deve ser vista a partir de modelos estáticos, por meio dos quais se conceba o indivíduo como um centro organizador, cujo desenvolvimento se dá de dentro para fora, de forma unidimensional.

Para a autora, a personalidade deve ser entendida por meio da mediação que, qualitativamente, estabelece-se nas relações vivenciadas pelo indivíduo, o que sugere que a transformação da personalidade implica, de início, as transformações do contexto grupal ao qual o indivíduo pertence, sendo a família, em primeira instância, o núcleo formador de vínculos na constituição da personalidade e da atividade humana correspondendo à sua história de vida real. Frente a isso, a autora afirma que a atividade humana se produz e se transforma na relação de tomada de consciência do sujeito que integra a totalidade de suas vivências, entendendo-se que:

A atividade humana, que por sua natureza é consciente, determina nas diversas formas de sua manifestação a formação de capacidades, motivos, finalidades, sentidos, sentimentos etc., enfim, engendra um conjunto de processos pelos quais o indivíduo adquire existência psicológica. O estudo desses processos psíquicos nos leva necessariamente ao plano da pessoa, do homem como indivíduo social real: que faz, pensa e sente, e é neste plano que nos deparamos com a personalidade. (Martins, 2004, p. 84)

Assim, de acordo com a presente análise, toda personalidade humana é construída e permeada pelo material concreto e abstrato que advêm dos laços entre os homens. Este conteúdo social que corrobora a personalidade é constituído de sentido e afeto no interior do sujeito a partir de um processo psicológico, que diz respeito ao aparato da memória, da imaginação, da percepção, da linguagem, dos sentimentos, e que o vincula, particularmente, no plano das vivências pessoais.

Nesta perspectiva, compreende-se que o homem se individualiza pela relação histórica e social que, em sua dimensão singular, é travada no âmbito da família, iniciando a primeira individuação social que delimita o grupo familiar da vida social pública. Dentro da vida privada, essa individuação é determinada pelas inúmeras vivências possíveis pautadas na particularidade das histórias e das condições sociais da família. Esta relação dialética entre a vida pública e a vida privada, de maneira geral, vincula-se com o processo de personalização,

segundo Martins (2004), o que deve ser entendido a partir do homem histórico e social que, para construir sua individualidade, deve, dialeticamente, coletivizar-se.

A família, portanto, representa uma unidade das relações micro e macro sociais, que passa por diversas configurações, adquirindo funções culturais como reprodução e transformação da sociedade a qual pertence. No seio deste grupo social, reproduz-se e modificam-se formas de pensamento que, de alguma maneira, vão limitar, promover ou dar infinitos contornos de caráter subjetivo, os quais servirão de base para a experiência do sujeito no mundo sem deixar de se articular às determinações gerais e superestruturais da sociedade, “quer ocorra em dada família, dada classe social, dada nação, dada época e etc.” (Martins, 2004, p. 93).

Diante disso, Martins (2004) chama a atenção para a proposta de Sève, sobre a ciência da personalidade, afirmando que o homem, necessariamente, para constituir-se como ser integral, deve ter condições de estabelecer atividade consciente entre suas demandas internas e a do meio, sendo que, como condição para tanto, deve existir uma coerência entre a vivência interna e as práticas objetivadas no meio externo, pois, “o princípio da unidade entre consciência e atividade demanda reconhecer o entrelaçamento entre ambas.” (p. 88).

Duarte (1993) esclarece tal premissa por meio de sua conceituação do processo pelo qual o indivíduo toma consciência de si mesmo, denominado pelo autor como ‘individualidade para-si’. Segundo sua proposta, o homem, ao objetivar o gênero humano em sua vivência singular pela apropriação social consciente, estabelecida na relação de sentido pessoal e significado social neste contexto, mantém uma relação emancipada e consciente com o “outro” e com ele mesmo, denominada, então, pelo autor, de individualidade para-si.

A objetividade da individualidade pode se definir, nesta perspectiva, por meio da atividade e da consciência que se representa pelo processo de superação de uma individualidade ‘em-si’ para uma individualidade ‘para-si’ (Duarte, 1993). Nesse sentido, o conceito de individualidade para-si embasa-se não só na capacidade intelectual, mas na ampla correlação vivencial que o sujeito estabelece em suas condições reais de existência unidas à relação dialética subjetiva/objetiva:

Entendo que o indivíduo para-si não elimina de sua vida o âmbito da individualidade em-si qualitativamente, que é preponderantemente o âmbito da vida cotidiana. Ocorre que essa individualidade em-si torna-se qualitativamente distinta, na medida em que o indivíduo para-si mantém com ela uma relação consciente, sendo capaz de se

distanciar dela, de ter autoconsciência e de redirecioná-la em função dos valores genéricos que assume conscientemente enquanto individualidade para-si [...] o que ocorre é que sua vida é dirigida não pela genericidade em-si, mas sim pela generacidade para-si. (Duarte, 1999, p. 180).

Duarte (1993) descreve que esse processo consiste na relação intrínseca entre apropriação e objetivação da atividade consciente no processo de construção da personalidade, que se dá pela diferenciação coerente entre particularidade e genericidade. Ao mesmo tempo que essas duas dimensões se constroem na diferenciação uma da outra, também formam entre si uma unidade que gera a individualidade social e histórica do homem.

Nesse sentido, compreende-se que os aspectos motivacionais presentes no sentido pessoal do sujeito e que embasam as ações do mesmo na atividade humana, são promovidos em união com as vivências subjetivas, as ideias, anseios e aspirações travadas no caráter inter-relacional da história e da realidade da família, enquanto grupo social pertencente à determinada classe, constituída de significado que se opõe ou que representa o pensamento dominante.

Assim, quanto menos existir possibilidades gerais de coerência interna frente às vicissitudes externas, maior será a prática de uma atividade alienada, marcada não mais pela genericidade do ser, mas pela identidade que se dilui na corrente externa. Esta compreensão tem como base a proposta referida por Martins (2004), segundo a qual:

[...] na estrutura motivacional da personalidade podem realizar-se movimentos de interpenetração entre significado e sentido pessoal, de produção do sentido a partir do significado, a proposição de novos sentidos pessoais a significados existentes re-significando-os ou, ainda, a ruptura, a alienação entre significados e sentido pessoal. É por esse movimento que tanto os significados quanto os sentidos pessoais se afirmam como processos psicológicos mediadores da hierarquia de motivos e atividades, núcleo da estrutura motivacional da personalidade (Martins, 2004, p. 89).

Compreende-se, então, que as contradições entre o conteúdo da apropriação social em conjunto com as vivências e a prática objetivada na sociabilidade, rompe a tomada de consciência do indivíduo sobre seus motivos para atuar no mundo.

Como se analisa, a alienação da atividade humana, que se forma na desarticulação entre a singularidade e a genericidade do ser, ou entre a totalidade de suas vivências e a sua

prática social, corrobora uma apropriação alienante por caracterizar-se pela não apropriação do gênero humano, não apenas no que compete ao conhecimento científico e à produção material já adquirida socialmente, mas do espírito humano e das formas universais de existência que se fundam na humanização dos sentidos, dos valores éticos universais do coletivo que implicam e que demonstram o caráter social da transformação histórica da afetividade em sentimentos nobres a partir da sociabilidade, o que, por exemplo, desenvolve condições ímpares de empatia e altruísmo já alcançados pelos homens.

Este processo consiste, portanto, pelo oposto da genericidade citada, limitando-se à expressão de uma particularidade alienada, uma consagração à figura da pessoa em si mesma, ou ainda por uma individualidade em-si, expressa na afirmação de Martins (2004):

A cisão criada pela alienação no interior da personalidade acaba por opor a atividade psicológica a si mesma, posto que os universos de significação social e pessoal que coabitam no indivíduo se tornam cada um deles o instrumento de negação do outro, comprometendo de forma decisiva a articulação entre as principais dimensões da atividade humana, isto é, entre suas dimensões objetiva e subjetiva (pg. 98).

A autoconsciência, nesse sentido, consiste, de acordo com Martins (2004), em um movimento interno que conduz as capacidades singulares do homem no processo de criação de vínculos cada vez mais conscientes, livres e plenos na vivência com o mundo externo. Com base neste estudo, conclui-se que a personalidade consiste em uma autoconstrução do homem no sentido em que, através da atividade e da autoconsciência, ele parte da sociabilidade a caminho de sua individualização. Como aponta Duarte (1993), a superação de uma individualidade em-si para uma individualidade para-si depende da conquista de sua genericidade em um processo pelo qual o indivíduo se autoconstrói com base em sua vivência real, socio-histórica e particular, consolidando, assim, sua personalização.

Assim, como apontado, na família o indivíduo internaliza a capacidade de sociabilidade desde a sua tenra idade e suas inter-relações no contexto familiar continuam culturalmente a se fazer presentes em todas as fases de sua vida, mesmo modificando-se a dinâmica, os arranjos, os membros e os papéis sociais de filiação e parentesco ao longo do tempo. Não obstante, observa-se pela ciência da personalidade que a qualidade da mediação que se dá na sociabilidade dos laços entre os homens e do espírito humano pode promover a superação das contradições da realidade e dos processos internos de individuação pela coesão

entre atividade e consciência, o que na família, pelos laços socioafetivos e socioeducacionais, podem potencializar ou limitar tal processo.

Junto a isso, com base na análise realizada acerca das forças ideológicas no neoliberalismo, reflete-se que os dias atuais são permeados por contradições ainda mais profundas entre as forças produtivas e as relações de produção, portanto, enfrentamos um contexto no qual se torna ainda mais alienante a atividade humana e a própria autoconsciência das vivências, pois, de acordo com Leontiev (1983), as determinações da divisão social do trabalho, as quais são intrínsecas ao capitalismo, acarretam a fragmentação da atividade humana ao separar a sua prática de seu produto final, dos motivos da atividade com relação a apropriação social, consolidando um cenário de desintegração da consciência.

Leontiev (1983) afirma que, no curso de desenvolvimento da atividade consciente, tem-se a assimilação da experiência universal da humanidade, o que está de acordo com Marx (1981), para o qual a contradição existente entre as forças produtivas da sociedade e as relações de produção se manifesta não só na vida material de maneira rigorosamente clara, mas pelas formas superestruturais reproduzidas na base das relações.

A qualidade da mediação, então, que permite a reprodução social consciente e a transformação da realidade, é garantida para todos os homens de forma igualitária ou desigual, conforme permita o próprio sistema social, uma vez que neste, de acordo com Marx (1981), o homem põe em prática suas forças de produção em conjunto com as formas universais de existência e esta relação envolve a humanização dos sentidos e o conhecimento socialmente produzido.

Nessa medida, a humanização também corresponde a uma singularidade do ser, que passa pela autoconstrução de uma individualidade em-si para uma individualidade para-si e que, no entanto, como este processo se caracteriza por uma relação de aprendizagem e desenvolvimento, a aquisição da individualidade para-si parte de uma coletividade que inicialmente pertence ao gênero humano e é apropriada e reconstruída pelo indivíduo nas vivências familiares. O sistema social tal como abordado, em que predomina ainda um modelo hegemônico de família com a imposição social de sua dominância, tende a segregar os outros possíveis arranjos familiares que a vida societária atual apresenta como fato real.

Os aspectos abordados, portanto, dizem respeito ao percurso do gênero humano que transcende a qualquer sistema social, pois o mesmo articula-se organicamente com o último de maneira historicamente transformadora, fazendo-se necessária a busca de se estudar o

predomínio dos laços entre os homens nas dimensões do desenvolvimento filogenético e ontogenético para se concluir a análise acerca da necessidade do “outro” para a constituição do ser humano. Desse modo, seguem-se considerações acerca dos dois pontos de desenvolvimento no intuito de se aprofundar a presente investigação.

2.2.1. Filogênese: os laços entre os homens na passagem da hominização para a humanização.

Os postulados da Psicologia Histórico-Cultural afirmam que o psiquismo humano é constituído pela cultura e o indivíduo se desenvolve como ser social ao dela se apropriar. Para a aquisição desta condição social dos homens, Leontiev (2004) aponta que no percurso histórico que culminou no desenvolvimento filogenético, o homem modificou sua natureza animal, submetida às leis biológicas, na superação de seus limites orgânicos em adaptação ao meio, produzindo funções essencialmente sociais que lhe permitiram avanços qualitativos no plano de existência e que são perpetuados e desenvolvidos ao longo da história.

Para Leontiev (2004), a humanidade superou o determinismo biológico e instintivo – característica predominante nas outras espécies animais – através da produção de funções sociais que só se verificam na espécie humana. Como propõe o autor, a espécie humana se desenvolveu até certo nível biológico e isso possibilitou a aquisição de formações cerebrais complexas que, em uma dada passagem da história do gênero humano, culminou com a formação do *Homo Sapiens*.

Daí em diante não se tratava mais de adaptação física ao meio, finalizando o processo de *hominização*, a partir do qual a evolução do homem liberta-se completamente da evolução biológica, transmitida por hereditariedade, para se aprimorar e se desenvolver, passando a ser regido pelas leis socio-históricas.

Esta mudança, que supera o mecanismo adaptativo configurado na seleção das espécies e se orienta à produção de funções “artificiais” na cultura, segundo Leontiev (2004), consiste no processo de *humanização*.

Contudo, o homem não deixa de se constituir em uma espécie animal com características e configurações biológicas próprias, mas as faculdades desenvolvidas na construção da cultura permitem que ele supere tais limites, transformando funções biológicas em funções socio-históricas, dentro do conjunto de possibilidades e potencialidades das faculdades humanas existentes na mediação entre psiquismo e cultura. Frente a isso, verifica-

se que a diferenciação entre a atividade humana e a atividade animal é caracterizada por um avanço gigantesco da primeira em termos qualitativos.

A atividade humana, segundo Leontiev (1983), difere da atividade animal pois este último, ao se apropriar de algum produto da natureza, não gera uma criação qualitativamente nova da realidade, enquanto naquela, historicamente, o homem desenvolve condições de criar instrumentos novos ao se apropriar de objetos da natureza e que, diferentemente dos animais, ultrapassa as leis biológicas e transforma a realidade pela capacidade de representá-la simbolicamente por meio de funções mentais, as quais se formam na relação dialética entre mundo interno e mundo externo.

Nesta perspectiva, a atividade do trabalho, segundo Marx (1981), consiste na prática do homem sobre a natureza em prol da realização de suas satisfações físicas e sociais. Por meio do trabalho, o homem procura satisfazer suas necessidades básicas e neste processo cria novas possibilidades e significados acerca da sua atividade e da própria existência, em conjunto com outros homens, produzindo novas necessidades e novas possibilidades, que se tornam cada vez mais complexas no caminhar da humanidade.

O autor coloca que nessa relação o homem age intencionalmente sobre a natureza transformando-a, transformando sua relação com ela, com os outros homens e consigo mesmo, o que foi possível por meio da aquisição das bases sociais do desenvolvimento, não mais regido por leis biológicas, mas agora por leis socio-históricas.

Frente ao desenvolvimento das primeiras formas de trabalho, Leontiev (2004) remete à fabricação de instrumentos e à produção de elementos novos, gradativamente introduzidos no processo de comunicação pela linguagem: o instrumento é produto da cultura material e, ao mesmo tempo, um objeto social, no qual estão encarnadas as operações de trabalho historicamente elaboradas.

Assim, segundo Engels (1986), o homem atua na natureza em busca de suprir suas necessidades por meio do trabalho, gerando transformações na sua relação, tanto no plano da objetivação da existência quanto no plano simbólico, das ideias. Dessa maneira o autor coloca que, com o uso da língua, o homem passa a usar ferramentas mentais complexas de simbolização e abstração. O trabalho e a linguagem são, para Engels (1986), mediadores universais que possibilitam a transformação da natureza e das relações sociais, exteriorizam o desenvolvimento social enquanto resultado das forças de produção da vida humana.

Marx (1981), na mesma premissa, explica que da prática do trabalho desenvolve-se a linguagem como função social entre os homens. Segundo o autor, a relação entre o trabalho e a língua consiste na ação planejada e internalizada pelo homem em produzir meios de satisfazer suas necessidades e se comunicar, tornando esta realização cada vez mais complexa, transformando as relações sociais de produção. Assim, a linguagem, permitindo ao homem a formação de um sistema simbólico articulado e organizado na e pela cultura, garante o salto qualitativo da espécie humana que está presente tanto na filogênese, quanto na ontogênese.

Assim, compreende-se que nos relacionamos por meio da mediação simbólica e objetivada nas relações sociais. Este processo é possível devido à transmissão da bagagem do gênero humano entre as gerações, o qual comporta o avanço dos processos históricos na produção cultural. Isso permite aos homens partirem da história contínua e continuada, sendo que, se assim não o fosse, cada indivíduo deveria começar a sociedade desde o início.

Portanto, as características essencialmente humanas são objetivadas na cultura e apropriadas a partir da cultura, sendo que as vivências individuais resultam da mediação possível entre o sujeito e a realidade. Assim, apropriação dos instrumentos e dos signos já desenvolvidos pela humanidade permite à criança desenvolver sua história pessoal dentro do contexto universal da totalidade histórico-social:

A função do instrumento é servir como um condutor da influência humana sobre o objeto da atividade; ele é orientado externamente; deve necessariamente levar a mudanças nos objetos. Constitui um meio pelo qual a atividade humana externa é dirigida para o controle e domínio da natureza. O signo, por outro lado, não modifica em nada o objeto da operação psicológica. Constitui um meio da atividade interna dirigida para o controle do próprio indivíduo; o signo é orientado internamente. Essas atividades são tão diferentes uma da outra, que a natureza do meio por elas utilizado não pode ser a mesma (Vygotsky, 1998, p. 72-73).

Como toda vivência humana apresenta como base seu percurso singular na história social a qual pertence, apresenta, também, como aspecto qualitativo das formas de apropriação do meio, as condições de vínculo social desde a infância, estabelecidas no entorno familiar. Tanto um esboço pessoal que retrata o vínculo humano pelo “outro” quanto o início de formação da individualidade são criados nas primeiras formas de vínculos.

Tendo já exposto, o homem apresenta em seu aparato orgânico as bases elementares para o desenvolvimento de suas funções humanizadas, mas só efetiva este processo na vivência social, com o “outro”. Assim, a maneira pela qual o indivíduo percorrerá o desenvolvimento ontogenético, inserido na filogênese, será abordada em seguida como extensão da vida humana em sua singularidade.

2.2. 2. Ontogênese: os laços entre os homens no desenvolvimento do indivíduo

Para Vygotsky (2006), a formação do homem ocorre por processos de transformações que partem da ligação entre as condições do meio e a construção da personalidade. Tais processos, segundo o autor, apresentam uma periodização demarcada não só pela faixa etária do indivíduo, mas pela representação social determinada pela cultura, que oferece subsídios simbólicos para a construção da personalidade em períodos de crescimento que correspondem aos papéis sociais instituídos culturalmente.

Contrapondo-se a concepções naturalistas acerca do desenvolvimento humano, Vygotsky (2004) considera a transformação dos aspectos afetivos do homem de maneira conjunta à formação de outras funções psicológicas, referindo-se à formação plena das faculdades humanas. Dessa maneira, compreende-se que o desenvolvimento humano não ocorre de forma unilateral, pois, além da maturação orgânica, depende da apropriação social da criança em sua vivência, a partir da qual os conteúdos externos são transformados em conteúdos internos, que passam a cumprir uma função constitutiva de sentido na atividade humana desde a infância até a vida adulta (Vygotsky, 2006).

Assim, de acordo com o autor, o desenvolvimento humano depende da possibilidade de a criança estabelecer vínculo social, passando por processos de mudanças dentro de uma estrutura periódica que comporta suas atividades dominantes em relação ao meio. O termo ‘atividade dominante’, de acordo com Elkonin (1987), significa que em cada período de desenvolvimento há uma atividade que ocupa um lugar central e estruturante no desenvolvimento psíquico, uma atividade principal que a criança realiza em função do meio e que tem por tarefa orientar as mudanças internas e externas mais importantes, definindo as transformações que ocorrem na personalidade da criança, com base em suas condições reais de existência. Nesta compreensão, Lazaretti (2009) coloca que:

É preciso ter a clareza de que esses períodos não são imutáveis ou universais, e sim dialeticamente contraditórios, e não são as leis biológicas que determinam esses períodos, mas as condições históricas concretas, objetivas, que exercem influência no conteúdo de determinado período do desenvolvimento. Portanto, cada nova geração e, assim, cada novo ser, ao nascer, já pertence a certa geração com determinadas condições de vida, que desdobra em conteúdo de sua atividade. Uma categoria fundamental para compreender a constituição do psiquismo humano, logo, do desenvolvimento da criança é a atividade (p. 3113).

Neste processo, conforme Vygotsky (2006), a atividade principal é incorporada pela criança num dado momento do seu desenvolvimento, fazendo parte da sua personalidade e, desse modo, passa a superar as condições daquele estágio e se orienta a uma nova atividade principal, que dará base para novas formações psíquicas, correspondentes a uma etapa de desenvolvimento mais elaborada e complexa.

Compreende-se que, para a Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento se dá em um processo de superação de um determinado nível de desenvolvimento por meio da internalização de novos conteúdos, cada vez mais complexos, mediados na relação com a cultura, sendo que, segundo Vygotsky (2006), a inter-relação da criança com o meio não é apenas uma mera adição do social, mas um entretecimento entre mundo interno e externo.

Portanto, a transformação de conteúdos externos em internos ocorre por um movimento histórico e dialético, pois a partir das bases que foram formadas no psiquismo, constroem-se novas formações, sem anular as antigas, mas transformando-as em algo qualitativamente novo e singular na personalidade do indivíduo.

Por constituírem-se em novas formações através de processos mentais revolucionários e não naturais, a passagem de um período a outro, por meio das atividades principais, pode apresentar crises que designam, segundo Toassa (2009), aspectos vivenciais, envolvendo a personalidade como um todo.

No que compete ao entorno familiar em relação às crises, Toassa (2009) aponta que as “relações com outras pessoas são o principal fundamento ontológico do desenvolvimento” (p. 234), pois as condições de superação ou a falta das crises serão fornecidas pela qualidade das relações no entorno da criança em nível de desenvolvimento e na prática dos papéis sociais inseridos na vivência familiar.

As crises de passagem de uma etapa a outra, segundo Vygotsky (1996), podem não ocorrer ou produzir-se de forma lenta ou gradual, com a duração de meses ou até dois anos no máximo, observando-se na criança mudanças súbitas, ou quase nenhuma. Desse modo, o autor define as crises em seis momentos específicos do desenvolvimento assinalando um espaço transitório de características que irão preceder o estágio sucessivo.

Assim, Vygotsky (1996) identifica que estas crises estão presentes nos seguintes períodos do desenvolvimento: período pós-natal, que consiste no primeiro ano de vida; depois a crise do 1º ano, referente à infância precoce, ou primeira infância, que vai até os três anos de idade; a crise do 3º ano, caracterizada pelo incremento do período pré-escolar e que vai até os sete anos de idade; a crise do 7º ano, que marca a idade escolar e que vai até os doze anos; a crise dos 13 anos, que configura a entrada na puberdade e marca a idade de transição estendida até os dezessete anos, mais ou menos; e a crise dos 17 anos, sendo que a partir dessa idade o indivíduo elabora a sua entrada na fase adulta. Acerca desta elaboração o autor afirma que:

A crise pós-natal separa o período embrionário do desenvolvimento do primeiro ano. A crise do primeiro ano delimita o primeiro ano da primeira infância. A crise dos três anos é a passagem da primeira infância para a idade pré-escolar. A crise dos sete anos configura o enlace entre a idade pré-escolar e a escolar. E, finalmente, a crise dos treze anos coincide com uma mudança no desenvolvimento, quando a criança passa da idade escolar à puberdade [...]. Os períodos de crise que se intercalam entre os estados, configuram os pontos críticos de mudança no desenvolvimento, confirmando uma vez mais que o desenvolvimento da criança é um processo dialético onde a passagem de um estágio ao outro não se realiza por via evolutiva, mas revolucionária (Vygotsky, 1996, p. 258).

Elkonin (1987) caracteriza as atividades dominantes presentes em cada estágio da seguinte maneira: a comunicação emocional no período pós-natal, a atividade objetal manipulatória na primeira infância, o jogo de papéis na idade pré-escolar, a atividade de estudo na idade escolar, a comunicação íntima pessoal na adolescência e o trabalho profissional na vida adulta. Assim, com base nas atividades dominantes apontadas em cada etapa subsequente do desenvolvimento, passemos a discorrer sobre suas características principais, com ênfase no papel dos vínculos socioafetivos, promovidos no espaço doméstico em nossa cultura, necessários à formação humana.

2. 2. 2. 1. Comunicação emocional e atividade objetal manipulatória: Primeira Infância – período pós-natal até os 3 anos de idade.

O período pós-natal é apontado por Vygotsky (1996) como um processo transitório no qual a criança inicia sua vida a partir das suas bases instintivas, ligadas às formas de afeto relacionadas às sensações de satisfação ou desprazer, no que tange às suas necessidades básicas como fome, frio, sede e etc. De acordo com Elkonin (1987), a crise pós-natal ocorre entre o segundo e o terceiro mês de vida e é marcada por uma diferenciação maior entre o ‘eu’ e o “outro”.

Dessa maneira, o bebê estabelece uma atitude emocional para com os que cuidam dele, sendo que seu sistema motor e sensitivo formam as bases das suas primeiras vivências “[...] A existência de estados emocionais agradáveis ou desagradáveis manifesta-se já nos primeiros dias de vida da criança, na expressão de seu rosto, na entonação de seus gritos, etc.” (Vygotsky, 1996, p. 281).

O autor chama a atenção para a compreensão de que, desde cedo, a criança é envolvida pelo meio social, o que corresponde ao espaço da família e inter-relações estabelecidas, que vão conduzindo externamente às transformações de afetos em sentimentos.

Vygotsky (1996) afirma que, com o tempo, as expressões faciais adquiridas pela criança ganham caráter social, como o sorriso e manifestações de alegria ou tristeza, sendo que a criança as assimila a partir das relações que estabelece com os adultos do seu entorno e que correspondem a condições primárias da função comunicativa da linguagem: “[...] A criança começa, aos poucos, a conviver com a linguagem que é usada para denominar suas expressões como sendo emoções específicas” (Silva, 2011, p.162).

Segundo Silva (2011), na primeira infância a percepção se apresenta como uma função predominante que forma a base para formações psicológicas futuras, sendo que a percepção, segundo a autora, está relacionada com o afeto, contribuindo para que a criança estabeleça relação afetiva com os objetos. Desse modo, a partir dos três meses, a criança passa a experimentar recursos afetivos e emocionais de comunicação entre ela e as pessoas do seu entorno.

Assim, até o primeiro ano de idade, observa-se a comunicação direta regida pelo funcionamento sensório-motor que, segundo Zaporózhets, citado por Facci (2004), tem como

princípio a relação filial amorosa na qual se forma a base dos sentimentos e afetos gerais que se transformarão e se enriquecerão ao longo do desenvolvimento:

O sentimento de amor filial, a simpatia por outras pessoas, o afeto amistoso, entre outros aspectos presentes na relação do bebê com outras crianças e o adulto, são enriquecidos e transformados no processo evolutivo da criança, tornando-se a base indispensável para o surgimento de sentimentos sociais mais complexos (p. 67).

Frente a isso, Toassa (2009) descreve que “o primeiro grande sistema psicológico a surgir na vida da criança é a consciência” (p. 234); em complemento, a autora chama a atenção para que, já no final do primeiro ano, a criança toma consciência de que ela é cuidada por alguém, reconhece o seu entorno por meio das relações estabelecidas entre ambos, sendo que os aspectos psicológicos que partem da criança têm, como base, uma estrutura afetiva e sensório-motora que se transformará em formas de interação que ela criará ao longo do seu desenvolvimento.

Silva (2011) aponta que a estrutura das bases sensório-motoras que orientam a criança é constituída pela existência de afeto e isso possibilita a relação dos sentidos com as ações. Frente a isso, a autora coloca que as pessoas que convivem com a criança não só proporcionam o contato significativo com os objetos, mas proporcionam o conteúdo afetivo e emocional os quais são vinculados às condições reais do plano objetivo de suas vivências. De acordo com a autora:

Neste sentido, é possível compreender que o papel da mediação entre a criança e o meio social é desempenhado pelos adultos que cuidam dela, ao estabelecerem elos entre palavras, situações, ações e objetos, colorindo afetivamente a realidade objetiva. Este processo de ensino e aprendizagem é constante desde o nascimento da criança, adquirindo novas características em cada fase de desenvolvimento (p. 163).

Desse modo, compreende-se que o elo afetivo criado entre a criança e os adultos do seu entorno forma o interesse pelo mundo concreto, que a criança vai estabelecendo ao longo do tempo. Conforme Silva (2011), já na primeira infância, com o primeiro ano de vida da criança, as condições do meio e as relações que os adultos estabelecem com ela determinam não só funções de comportamento, mas a orientação da vontade, que vai sendo criada na relação entre as suas necessidades e as possibilidades apresentadas pelos adultos que a cercam, denotando significados sociais às realizações da criança.

No decurso deste processo, segundo Vygotsky (1996), o bebê entra em contato com as formas sociais de conduta por meio da família e, ao completar um ano de vida, mais ou menos, esta mediação entre a criança e seus cuidadores lhe possibilita o desenvolvimento das primeiras formas de comunicação. Nesse momento inicia-se um ativo domínio das operações objetais-instrumentais, desenvolve-se a inteligência sensório-motora, a qual prepara o surgimento das funções simbólicas para formação da linguagem verbal.

A aquisição da linguagem e o uso de ferramentas são as funções psicológicas que marcam o início da constituição da consciência (Leontiev, 2004). Assim, a criança, ao se apropriar cada vez mais da linguagem mediada no relacionamento com seus familiares, também atribui sentido interno ao seu mundo sensível, uma vez que ela internaliza as formas sociais, significadas no meio, no curso de suas vivências.

A comunicação se forma como primeira função social da linguagem, segundo Vygotsky (1996). Aquilo que antes se realizava por um contato emocional sentido pelo bebê em relação ao seu entorno, dá lugar, a partir da primeira infância, a uma função prática com os objetos, enquanto atividade assimilada das ações dos adultos que procedem as práticas elaboradas socialmente. Dessa forma, o desenvolvimento da apropriação dos significados e das palavras, mediada por instrumentos, não é resultado de um processo individual e exclusivamente intelectual, mas uma prática social da criança em sua unidade vivencial, a qual se inicia no entorno colaborativo criado na família.

Da comunicação, então, como primeira função da linguagem a criança se utiliza das palavras e dos instrumentos do seu entorno para se expressar e faz uso de uma forma de discurso egocêntrico, segundo Vygotsky (1993), que, como aponta o autor, consiste na fala que a criança emite para si mesma, enquanto instrumento de apoio para organizar suas ações dentro de um processo transitório entre a função comunicativa e a função intelectual, cuja consolidação se efetivará no período escolar.

É importante chamar a atenção para a distinção que Vygotsky (1993) esclarece com relação a sua conceituação acerca do discurso egocêntrico em oposição ao conceito de pensamento e o discurso egocêntrico estabelecidos por Piaget. Enquanto este último utiliza os referidos termos fazendo menção à uma função comunicativa individual da criança que “brota” de uma interação privada da criança com o homem de forma natural e espontânea, Vygotsky (1993) critica as afirmações de Piaget e demonstra que o discurso egocêntrico precede a capacidade de a criança utilizar-se da linguagem como instrumento do pensamento efetivo a partir do conteúdo social ofertado a mesma, e não biologicamente, portanto,

prevalecendo a linguagem como instrumento comunicativo no sentido de manter o seu contato social partindo da fala social que ela se depara em seu entorno.

Compreende-se, pelos apontamentos de Vygotsky (1993), que a formação do pensamento ocorre em um processo de socialização no qual a linguagem é o instrumento fundamental, sendo a fala egocêntrica um estágio necessário e organizador para o desenvolvimento da capacidade da criança poder abstrair a fala social e pensar as palavras sem precisar dizê-las, culminando em um discurso interior, de caráter intelectual, no qual se pode verificar a ligação entre pensamento e linguagem. Por definição, o discurso interior, no qual a criança volta-se ao pensamento, segundo Vygotsky (1993), é presente na idade escolar, cuja atividade dominante é a atividade de estudo, o que trataremos mais adiante.

Para Vygotsky (1996), então, o período pré-escolar, que antecede o período escolar, é marcado pela crise do terceiro ano de idade e assinalado pelo aparecimento dos sentidos, processo que, por se constituir como um conflito sobre as relações sociais, de acordo com o autor, apresenta-se como uma espécie de insubordinação e negação da criança para com as imposições dos adultos do seu entorno.

De acordo com o autor isso ocorre devido à transição da atitude predominantemente emocional da criança para formas afetivas superiores, que passam pela frustração de suas fantasias em relação às pessoas ao seu redor e ao discernimento de aspectos positivos e negativos em sua experiência, por meio da produção de sentido frente ao significado das regras sociais (Silva, 2010).

2. 2. 2. 2. Jogo de papéis: Período Pré-escolar – dos 3 aos 7 anos de idade.

Com o desenvolvimento da experiência infantil que marca a crise de transição da primeira infância para a segunda, aos três anos de idade, promove-se gradativamente o interesse maior da criança em relação ao mundo externo e, da manipulação dos objetos, passa-se ao jogo de papéis, por meio do qual representa as relações sociais dos adultos que a cercam.

A partir do interesse pela representação dos papéis e do jogo de papeis, a criança se apropria de normas e condutas sociais; mas embora tenha necessidade de agir em função dos papéis que são fornecidos pelo seu entorno, ela também se depara com as limitações de suas

capacidades infantis e se orienta à representação imaginária, como forma de resolver as vivências que ainda não são possíveis de serem realizadas na prática. (Vygotsky, 2006).

Desse modo, a fala egocêntrica está presente em um processo psicológico que realiza, a princípio, a comunicação pela linguagem voltada para si mesmo, uma vez que o pensamento interno não está totalmente formado. Até a consolidação do pensamento interno, a base interna da criança é orientada pelos afetos e pelas emoções, sendo que, nesta etapa, a forma pela qual a criança organiza seus conflitos se dá por meio da brincadeira, tendo, como coloca Vygotsky (2006), o jogo de papéis sociais como atividade dominante.

Nesta fase a criança é ainda completamente ligada ao seu entorno e a crise deste período é marcada por um aumento de sua procura pelas relações sociais, o que produz grande interesse da criança pelos papéis sociais, e ela, assim, passa a imitar e representar simbolicamente estes papéis por meio da brincadeira. Nesta fase a criança começa a orientar sua conduta para o que é bom e o que não é, na elaboração de um sistema de valores fornecidos pela família e que passam a constituir a bagagem de sentido interno e pessoal frente aos significados que compõem seu entorno (Vygotsky, 2006).

Com a aquisição do conteúdo social, promovem-se certas funções psíquicas que contribuem para a formação da atenção e da memória voluntária, que, paulatinamente, se enriquecerão com os elementos culturais, os processos de imaginação no curso da sua atividade humana que correspondem, segundo Vygotsky (2006), aos significados que promovem as bases da consciência e a formação da personalidade como ‘neoformação típica’ dos três anos de idade.

Além disso, este processo é analisado por Vygotsky (1999) como base fundamental para a formação da criatividade, aspecto proposto pelo autor como elemento fundamental para a capacidade da criação de algo novo, que passa a se tornar presente no desenvolvimento infantil, dadas as condições concretas oferecidas pelo seu entorno familiar e que se fazem presentes nas produções artísticas. Frente a isso, Silva (2011) coloca que este processo, presente na primeira infância:

[...] já permite uma relação da criança com conteúdos artísticos, presentes nas músicas infantis, no contato com cores e desenhos dos brinquedos aos quais ela passa a ter acesso no primeiro ano de vida. Estes conteúdos já fazem parte das atividades mediadas, proporcionadas pelas relações familiares desde o nascimento da criança.

Eles também fazem parte da educação infantil formal, que ocorre no âmbito escolar e cujo acesso já ocorre por volta dos seis meses de vida em algumas culturas (p. 167).

Assim, de acordo com a autora, o processo de experiência social na infância depende predominantemente das relações familiares, que fornecerão subsídios reais e concretos para a formação imaginária da criança, contribuindo para que ela passe a discernir, aos poucos, as fantasias da realidade, o que antes não ocorria devido à sua pequena experiência cultural. Nesse momento, a criança se apropria das manifestações socialmente aceitas e ensinadas, sobretudo, na família, por ações e expressões a respeito do que sente ou a incomoda.

Por meio da brincadeira, a criança resolve seus conflitos e frustrações criando algo novo. Partindo da representação do mundo e das relações que a cercam, a criança reproduz no jogo de papéis as regras e formas sociais, cujo conteúdo ganha o enredo da sua imaginação que, segundo Vygotsky (1998), transita na dimensão do simbólico, não se limitando apenas à percepção, mas elabora situações mentais em que o caráter afetivo e emocional se faz fundamentalmente presente, sendo, desse modo, determinantes às relações vivenciadas com os familiares do seu entorno.

Assim, neste período, como a criança ainda não tem domínio total sobre suas ações através do pensamento, ao mesmo tempo em que ela se depara com a necessidade de agir no mundo pela atividade humana, a criança encontra na atividade lúdica exercida no jogo de papéis a possibilidade de agir e resolver o conflito entre as suas possibilidades, enquanto prática social, e suas necessidades pessoais.

2. 2. 2. 3. Atividade de estudo: Período Escolar – dos 7 aos 13 anos de idade.

O conflito entre a necessidade de resolução de problemas externos e a capacidade de pôr em prática as ações de forma mais adequada enfrentado no período pré-escolar diminui quando a criança avança para o período escolar, segundo Vygotsky (2006), momento em que a atividade de estudo é realizada como atividade dominante, sendo que, por meio dessa atividade, ela desenvolve o pensamento interno, ao entrar em contato com determinados conceitos científicos, adquirindo, assim, condições de elaborar internamente conflitos, o que leva a grandes mudanças na vida pessoal e social da criança, que se define pelo incremento do intelecto.

Como já discutido, o discurso egocêntrico antecede outra forma de discurso, o discurso interior, momento em que a palavra é pensada sem que a criança precise exprimi-la na fala. Esta forma de discurso se configura no psiquismo da criança por meio de um pensamento interno na resolução de problemas, sendo que na idade escolar este processo já está consolidado (Vygotsky, 2001).

De acordo com Leontiev (2004), a criança, ao entrar na escola, desenvolve mudanças na forma de ver o mundo e de se relacionar com os adultos, uma vez que o contato com conceitos científicos permite a formação do pensamento teórico, da análise crítica e exigências do próprio meio da criança, que oferecem outras conotações que serão incorporadas por ela como parte da sua personalidade (Vygotsky, 2006). Neste percurso, a aquisição da linguagem toma um caráter qualitativamente novo pela estreita ligação que estabelece com o pensamento.

A ligação entre pensamento e linguagem é constituída pela mediação simbólica do significado da palavra. Vygotsky (2001) aponta que o significado da palavra é um fenômeno da linguagem verbal em pensamento, pois, por consistir em generalizações acerca da realidade, é inerentemente ato de pensamento.

Como os conceitos também são generalizações e, portanto, atos de pensamento, Vygotsky (2000) aponta a diferenciação entre os conceitos espontâneos, construídos na educação informal e cotidiana, e os conceitos científicos, elaborados pela educação formal e adquiridos por meio do ensino sistemático. Enquanto os primeiros se formam com base em processos elementares, os segundos implicam o desenvolvimento de processos superiores do psiquismo, mediados pela aprendizagem sistematizada, que estabelece relação entre a teoria e a prática.

Desse modo, o desenvolvimento da fala e do pensamento ocorre em relação com o uso da palavra como forma de comunicação, em um primeiro momento e, depois, de compreensão, em um segundo momento, quando pensamento e linguagem se ligam pelo significado genérico das palavras (Vygotsky, 2001).

Esta relação comporta uma mudança não só na estrutura do pensamento, mas em seu conteúdo, correspondendo à forma da criança generalizar a realidade concreta. Assim, para a formação do próprio pensamento como uma unidade interna que organiza as ideias da criança, a crise dos sete anos diz respeito, segundo Vygotsky (1996), aos conflitos de suas vivências íntimas. Silva (2011) afirma que: “[...] Entre os seis e sete anos, período marcado por uma

nova crise, a criança adquire uma estrutura de suas vivências, o que lhe permite a consciência de suas sensações e sentimentos” (p. 170).

O conteúdo da imaginação, segundo Barroco (2007), depende da experiência histórica individual, que parte da vivência social, a qual oferece elementos a serem mentalizados, imaginados pelo indivíduo, o que faz com que a imaginação da criança seja empobrecida em relação a do adulto. Assim, as formas artísticas da criança, como os desenhos, expressam seu conteúdo interno situado em um estágio periódico do desenvolvimento que corresponde às determinações das condições sociais e históricas de cada cultura, bem como a classe social a qual pertence o grupo familiar dessa criança e as possibilidades de sucesso e aquisições que implica a qualidade das suas mediações.

2. 2. 2. 4. Comunicação íntima pessoal: Período da Adolescência – dos 13 aos 18 anos de idade.

Uma nova mudança no desenvolvimento ocorre na idade de transição, que é a adolescência. Com as mudanças da puberdade, que partem do próprio corpo do adolescente e geram necessidades, anseios e interesses novos, segundo Vygotsky (2006), o grupo social ao qual pertence também exige mudanças de conduta, que não se adequam mais às atividades infantis.

De acordo com Elkonin (1987), a atividade dominante do adolescente é a comunicação íntima pessoal, que se realiza entre seus pares. A crise dos 13 anos, descrita por Vygotsky (2006), é marcada por uma gama de mudanças temperamentais, sociais, emocionais e intelectuais, sendo que tais transformações são elaboradas, sobretudo, na relação entre os amigos, com os quais é possível compartilhar e identificar, nos iguais, os conflitos que se deparam.

A adolescência comporta um período crucial de desenvolvimento correspondente à consolidação do pensamento conceitual e da consciência, que vinham se desenvolvendo, mas que tomam forma e se estruturam nesta idade de transição.

Segundo Dragunova (1982), é neste período que se formam as funções psicológicas superiores, que o indivíduo estrutura o pensamento abstrato e elabora conceitos que permitem a ele a compreensão conceitual da realidade, estabelecendo sua visão de mundo e de si

próprio. A autora descreve que os interesses do adolescente começam a extrapolar os limites do seu entorno na busca de sentido mais profundo de sua existência e do mundo.

As transformações advindas do corpo do adolescente fazem parte das modificações biológicas pertencentes à puberdade, como a formação das características sexuais secundárias, as quais geram alterações hormonais que inclusive interferem em oscilações e estados de ânimo do adolescente, o que, segundo Vygotsky (1996), também estão ligadas às formações de novos interesses e orientações, como a sexual, e que, no entanto, não é restrito ao aparato biológico, uma vez que as formas pelas quais o adolescente constrói e realiza este processo se baseiam, sobretudo, em modos sociais construídos em sua cultura.

Além disso, como coloca o autor, os interesses que se desenvolvem na idade de transição, se voltam para a realidade externa e o adolescente busca e constrói o sentido para significar suas vivências que, de maneira geral, são partilhadas com o grupo com o qual se identifica. Este processo é descrito por Mascagna e Facci (2014) pelo seguinte:

O jovem gosta de estar junto com o grupo de amigos, de conversar e de sair com eles. Sua atividade principal passa a ser o estabelecimento da comunicação íntima pessoal, favorecida pela sua frequência à escola e pelo contato com seu grupo de amigos [...] O jovem entra em conflito porque imagina uma dada situação, acredita que pode mudar o mundo, mas, na realidade suas ações não o levam à realização. Então, o adolescente acredita que ninguém consegue compreender sua personalidade e seus sentimentos. Ele não é mais criança, pois já tem objetivos sociais, mas também não é adulto, porque não consegue realizar seus sonhos e atingir suas metas (p. 55).

Abrangendo uma experiência qualitativamente complexa do desenvolvimento, a adolescência registra a passagem da infância à vida adulta por meio de novas formações: “A importância da adolescência é determinante, pois nela se encontram as bases e o esboço da orientação geral na formação de atitudes morais e sociais da personalidade, que ainda está se desenvolvendo em sua juventude” (Dragunova, 1982, p. 122).

Além disso, Silva (2011) chama atenção para o fato de que este processo encontra inúmeras formas distintas de se expressar, em decorrência das diferenças de classe que colocam os conflitos e os interesses do adolescente em realidades muito distintas.

Nesse sentido, pode-se reconhecer que na adolescência, período no qual o jovem encontra condições de refletir acerca da realidade e de si mesmo, as condições sociais da família a qual o adolescente pertence podem constituir-se como uma unidade básica de

promoção (ou de impedimento) à integração de valores e interesses em relação à sociedade, uma vez que nela se realizam as necessidades e possibilidades básicas que o acompanharam desde a infância.

Frente a isso, observa-se o quão distinta pode ser a vivência de adolescentes que pertençam a diferentes classes sociais, visto que as próprias demandas produzidas no cerne da família lhe exigem e lhe direcionam a práticas completamente distintas, que se encontram no adolescente cuja classe social é economicamente favorecida e do adolescente que, por exemplo, tem que trabalhar para contribuir com o sustento da família.

Dessa maneira, é interessante retomar os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural que, ao propor o desenvolvimento humano não por uma via determinista, mas dialética, demonstra que a qualidade da mediação está presente na formação humana, independente da classe social ou do poder aquisitivo, visto que esta qualidade se realiza na interação com o outro e na atividade constituída pelos motivos sociais em sua formação.

O trabalho e as atividades culturais que visam à formação de aspectos integrais do jovem, como a sensibilidade e a autonomia, podem promover o desenvolvimento do mesmo, independente do poder aquisitivo da família e das instituições privadas com as quais ela se relaciona, determinando, nesta relação, os níveis qualitativos da mediação: “[...] as complexas sínteses que se produzem durante o processo de desenvolvimento cultural da criança e do adolescente se devem, antes de tudo, à vida social, ao desenvolvimento cultural e à atividade laboral.” (Vygotsky, 1996, p.56).

A transformação dos interesses e possibilidades de novas aptidões está ligada à vivência concreta do adolescente com a realidade produzida em uma unidade vivencial que comporta os aspectos totais, físico, afetivo, intelectual, artístico e social do indivíduo na estruturação de sua personalidade.

Cumprir dizer que os aspectos ideológicos da sociedade vigente, da classe e do grupo ao qual pertence o adolescente, exercem um papel muito importante neste período, pois em se tratando de uma fase crítica do desenvolvimento, as ideias com as quais o adolescente se identifica, tornam-se fortemente parte de si e correspondem à sua necessidade de se sentir pertencente a algum grupo social, contribuindo com o desenvolvimento da autoconsciência e autovalorização.

Na compreensão de que as forças ideológicas interferem e determinam a relação entre o homem e a cultura, o desenvolvimento, na fase de transição, por constituir processos de

caráter profundo na vivência da adolescência, a ideologia de classe discutida na seção anterior, é apropriada pelo adolescente, que busca situar seu lugar no mundo, sendo que a classe à qual pertence o influencia acerca de distintas ideias, condutas e maneirismos, que pertencem ao movimento superestrutural de sua cultura, referente às formas de organização e produção da realidade.

Nesta perspectiva, o adolescente apresenta possibilidades e necessidades cuja essência consiste em uma base criadora e produtora de características, aptidões e habilidades que antes não faziam parte de si, mas que agora podem se desenvolver numa relação transformadora com a realidade (Vygotsky, 1996). Esta nova estrutura permite ao indivíduo refletir acerca da realidade e de si mesmo, sobretudo, por meio de uma orientação integral, que inclui seus sentimentos, seus interesses e suas condições de pensar a totalidade, pela prática educacional familiar e escolar as quais podem identificar as potencialidades particulares de desenvolvimento do adolescente.

Dragunova (1982) explana que, ao entrar na adolescência, o indivíduo passa a tomar consciência e valorizar melhor suas próprias condições, vinculadas com a atividade do estudo e, com o decorrer do tempo, a noção sobre si mesmo se amplia, se aprofunda e cresce a independência e os juízos sobre si. A autora descreve que o adolescente passa a “pensar sobre si mesmo, a criar a si mesmo, a orientar-se em direção a determinados modelos [...] ligados às necessidades do presente e do futuro” (p. 175).

Compreende-se que os valores sociais também compõem a formação do adolescente e são determinantes na formação de sua individualidade que, com base em uma orientação positiva por parte dos adultos, pautados em relações de respeito, de amparo físico, emocional e social, o adolescente pode melhor desenvolver suas potencialidades (Dragunova, 1982).

Tal afirmação recorre à compreensão de que o sentido que o indivíduo constrói em relação à sua existência, às relações que partilha e ao meio social à que pertence não depende exclusivamente de aspectos intelectuais, mas da unidade vivencial na qual os aspectos do intelecto não excluem os sentimentos e sentidos, o universo da razão não é contrário ao da emoção, sendo estas funções complementares à estrutura da personalidade.

2. 2. 2. 5. Trabalho profissional: Período Adulto – dos 18 anos em diante.

As mudanças e as aquisições internamente promovidas e vivenciadas em sua história singular ao longo do desenvolvimento acompanham o homem e se fazem presentes na vida adulta, em possibilidade de novas transformações. A personalidade, em sua totalidade, depende, na vida adulta, das formações produzidas desde a infância e das vivências formadas na personalidade como condição da qualidade das mediações estabelecidas com o meio.

Com base na compreensão das emoções à luz do pensamento, Silva (2011) afirma que a emoção, bem como a razão, devem ser analisadas por seu caráter histórico dentro do processo de formação integral do homem, e, assim, sendo capaz de promover a autoconsciência e o controle do próprio comportamento. Nesta medida, pois, é possível que o sujeito contextualize suas emoções e afetos dentro de sua história de vida, o que se dá não por um controle sobre suas emoções em si, mas sobre o exercício de conscientização acerca de seus próprios sentimentos e às formas de expressá-los e transformá-los (Silva, 2011).

O homem adulto encontra no trabalho a sua atividade principal, por meio da profissão que lhe proporciona uma conduta mais definida na sociedade. Assim, diferentemente da criança e do adolescente, o adulto já se encontra em uma condição estável em relação ao meio em que vive, enquanto produto e produtor deste, além de possuir uma maior bagagem histórica de vivência em comparação à inexperiência infantil e a do adolescente.

Assim, como tratado anteriormente, o trabalho é um mediador universal, a partir do qual a linguagem se desenvolve como função social na filogênese, segundo Marx (1981), e está diretamente relacionado com a atividade consciente na ontogênese do homem adulto, sendo considerado pela Psicologia Histórico-Cultural como essência da formação humana.

Dessa forma, o homem possui uma capacidade criadora maior na atividade do trabalho e do estudo, que encontra recursos, segundo Vygotsky (1996), nos processos imaginários, os quais implicam, além da relação de significado e sentido, a capacidade de abstrair a realidade imediata para mentalizar elementos e situações fora do plano concreto. A abstração dependerá da elaboração conceitual e do conteúdo cultural internalizado pelo sujeito, unido aos sentimentos superiores produzidos ao longo de sua história. Silva (2011) afirma que esta relação ocorre em decorrência da:

[...] ação do pensamento conceitual junto às emoções, as quais ganham significado e um sentido em relação à realidade vivida pelo indivíduo. Este, ao adquirir consciência destes fatores, apresenta um comportamento regulado que permite seu bem-estar e

também daqueles com quem convive. Assim, razão e emoção constituem um funcionamento psíquico único (p. 187).

Frente a isso a autora chama a atenção para o fato de as psicopatologias do ser humano estar relacionadas à dissociação das funções psicológicas, incluindo as emoções. Nesse sentido, a autora propõe que as psicopatologias, desde as mais desagregadoras, como a histeria e a esquizofrenia, até síndromes de depressão e ansiedade, correspondem ao reverso, à desintegração ou mesmo a não formação das funções psicológicas superiores em união com as emoções, podendo fragmentar, ou mesmo nem chegar a formar, a consciência de si e da realidade que o envolve.

Este princípio, segundo Leontiev (1983), decorre da análise da atividade humana, pois o processo de objetivação humana parte de um motivo baseado no sentido pessoal, que se orienta para o resultado final da ação, constituindo-se em atividade; assim, a falta de vínculo ou a separação entre o sentido pessoal e a ação humana conduz a um processo de alienação, de isolamento da atividade humana e seu significado social, gerando, de acordo com Silva (2011), sofrimento e relações psíquicas patológicas.

O cenário social de desemprego e de más condições de trabalho, dessa maneira, afetam sobremaneira as camadas mais pobres, implicando, de acordo com a presente análise, em sofrimento humano aos indivíduos que vivenciam tal contexto. Não obstante, é de suma importância reforçar a análise de que a convivência doméstica, segundo Romanelli (2002), é exercida pelos membros da família no conjunto de práticas que buscam sua manutenção e a promoção de objetivos comuns.

A sociabilidade doméstica, portanto, se pauta sobre o projeto familiar específico que, para sua sustentação, depende das condições de renda e de consumo, além do acesso às produções culturais, sociais e educacionais, o que demonstra que a possibilidade de sua execução, de acordo com Romanelli (2002), está vinculada com as condições de integração dos membros da família no mercado de trabalho.

Conclui-se, além disso, que o âmbito socioafetivo construído e transformado ao longo do desenvolvimento humano, que chega até a idade adulta, a partir dos vínculos que o indivíduo estabelece, sobretudo, nas vivências familiares, fundamenta os aspectos e as características de sua personalidade as quais se fazem determinantes no processo de constituição integral das funções psicológicas superiores.

Nesta perspectiva, o vínculo afetivo comporta um caráter ativo realizado pelo homem a partir do qual ele é produtor dos sentidos, dos sentimentos e da conotação singular às determinações externas que objetivam sua vivência numa relação dialética que, ao mesmo tempo, é também produto das condições de sociabilidade existentes em seu contexto histórico-cultural.

Sendo assim, a pluralidade e a diversidade das relações humanas como fato histórico é proporcional à heterogeneidade dos arranjos familiares existentes e sua manifestação na sociedade se alarga e se enriquece conforme ocorra a superação de ideologias (a)históricas acerca da formação humana e sua constituição na família. Essa discussão será colocada em pauta a partir da utilização da sétima arte como forma de expressão das modificações da dinâmica familiar e suas inter-relações articuladas com o plano societário como produtos históricos e culturais, não como dados naturais.

2.3. A universalidade da Sétima Arte: quando a totalidade das relações humanas é colocada em cena.

A utilização do cinema como material de análise possibilita discutir a essência das modificações sócio-históricas e suas formas de manifestações nos diferentes arranjos familiares. A contemporaneidade, então, será tratada por meio de algumas obras do cinema selecionadas em ordem cronológica, de acordo com as mudanças paulatinas e movimentos sociais, contextualizadas dentro do cenário histórico que nos proporciona a compreensão tanto das possibilidades e necessidades das relações humanas na trajetória deste período, como as contradições inerentes às diferenças sociais.

O emprego da análise fílmica para corroborar estes aspectos se dá, justamente, pelo fato de o cinema ser considerado, segundo Brandão (2008), a sétima arte. De acordo com a autora, dentro das sete artes existentes, as seis primeiras se remetem, respectivamente, à música (som), à dança (movimento), à pintura (cor), à escultura/arquitetura (volume), ao teatro (a representação), à literatura (palavra), sendo o cinema, portanto, considerado a sétima arte, o qual constitui elementos das artes precedentes, conforme destaca Gusmão⁴ (2008), foi tomado como a arte integrada por todas as artes anteriores por reproduzir a realidade, a sensibilidade e o conteúdo afetivo das relações humanas.

⁴ A partir do “Manifesto das Artes”, de Riccioto Canudo, em 1911, publicado em 1923.

Em um aprofundado estudo sobre a Arte por meio da Psicologia Histórico-Cultural, Barroco (2007) chama a atenção para a crítica feita por Vygotsky à Psicologia burguesa da sua época, que compreende o fenômeno psicológico por meio daquilo que se mostra na relação aparente ou imediata com a realidade.

Segundo a autora, a produção vygotskyana vem superar esta visão que naturaliza as relações burguesas como se estas fossem a verdadeira forma humana, constituída de maneira inata, trazendo em cena a compreensão do homem como um ser essencialmente social, que comporta sua totalidade construída dialeticamente entre mundo interno e mundo externo: “Para este autor, é crucial que se estude o desenvolvimento no plano filogenético. Não porque o desenvolvimento ontogenético vá repeti-lo, mas por revelar as intrínsecas relações entre as condições externas e a constituição do psiquismo humano” (p. 15).

Esta constatação é reforçada por Barroco (2007) que, com base nos postulados de Vygotsky, reitera o entendimento de que a criatividade constitui-se como um processo essencialmente humano e caracteriza-se como aspecto de reprodução e transformação da vida social. Assim, a capacidade de criar e de imaginar algo novo, por exemplo, diz respeito a um processo necessariamente humano que comporta as condições de reprodução da história dos homens. Diante disso, assinalamos que as condições objetivadas de cada indivíduo na cultura corroboram as possibilidades de criação singular, as quais devem partir das construções já adquiridas nas gerações anteriores, por outros homens na história.

Desse modo, é preciso ressaltar que, de acordo com Vygotsky (2001), os processos criativos, produções essencialmente humanas, não se realizam isoladamente da história social constituída das criações históricas dos outros homens, uma vez que cada indivíduo se apropria da cultura a qual pertence e, a partir deste conteúdo, incorpora elementos que lhe servirão de base para a imaginação, a memória, o pensamento e outras funções psicológicas fundamentais para a atividade criativa. Como coloca Barroco (2007): “É este movimento de contínua criação e apropriação que o leva a sair da condição de espécie biológica e o credencia a ser gênero humano e, além disso, um genérico particular” (p. 15).

Assim sendo, a Arte, para Vygotsky (2001), é uma ferramenta humana que não só possibilita a produção humana evidenciada por aquilo que o gênero humano desenvolveu historicamente, do ponto de vista da sensibilidade, da afetividade e das emoções, como também, ao se deparar com uma obra de arte, o homem pode também, se apropriar deste conteúdo e transformar, dialeticamente, seu mundo interno.

Compreende-se, com isso, que quanto maior for o acesso à cultura e sua apropriação pelo homem e quanto maior for a qualidade da mediação estabelecida entre ele e a realidade, maiores suas condições de elaborar sua vivência e os elementos por ela constituídos, sendo que uma criança, como propõe Vygotsky (1997), teria menos condições internas de assimilar certos conteúdos culturais, uma vez que ela não dispõe de experiência de vida o suficiente e funções psíquicas desenvolvidas como um adulto.

Vygotsky (1997) propõe, dessa maneira, que a imaginação e a fantasia constituem-se como processos predominantes na atividade criadora e que, portanto, são funções pertencentes ao gênero humano, uma vez que podem ser desenvolvidas por todos os homens.

No entanto, o autor coloca que é na idade adulta, momento em que o indivíduo já desenvolveu determinadas funções psíquicas inerentes ao conteúdo apropriado ao longo de sua vivência, que a sua capacidade criativa pode se tornar plena e, portanto, maior que a de uma criança, em decorrência da experiência de vida; assim: “[...] todos os objetos da vida diária, sem excluir os mais simples e habituais, vem a ser assim como a fantasia cristalizada.” (p. 10).

Além disso, o autor coloca que, no que tange a atividade criadora, constituída pelos elementos da imaginação e da fantasia, o homem cria suas produções por meio de uma relação com a realidade, permeada pela vivência emocional, que também é determinada pela aquisição da história da humanidade no plano afetivo. Assim, a Arte, para Vygotsky (2001), comporta, em sua essência, a vivência da sensibilidade humana produzida pelo desenvolvimento do caráter histórico das emoções e dos afetos, pois, para o autor: “As emoções desempenham imenso papel na criação artística [...]. Aqui elas estão suscitadas pelo próprio conteúdo, e podem ser de qualquer espécie [...]”. (p. 37).

Barros e Gasparim (2009) colocam que o trabalho humano na arte, a atividade artística, é um trabalho que se volta à estética e, como atividade essencialmente humana, proporciona ao ser que produz e ao ser que se apropria da produção artística o autoconhecimento e a compreensão do mundo. Nesta análise verifica-se que:

Isso implica reconhecer que a Arte, embora não seja um retrato fiel da realidade, não se realiza descolada da vida. Ela apresenta-se e constitui-se por meio de recursos materiais, disponibilizados pela humanidade, pelo próprio modo de organização e dinâmica da sociedade, bem como pela atividade mental dos homens, assim desenvolvida. [...] Ou seja, essas atividades possuem caráter social, na medida em que

emergem ou ganham determinadas conotações, a partir das relações travadas entre o homem e o mundo (Barroco, p. 91-92, 2007).

Lessa (2014), ao discorrer sobre o mundo dos homens, com base na ontologia teorizada por Lukács, destaca que a obra de arte, bem como os próprios sentimentos humanos, é um dos diversos elementos que comprovam que a reprodução social tem, como determinação fatores não biológicos, mas, sociais.

Nesse sentido, Lessa (2014) coloca que uma obra de arte tem como função a reprodução social do ponto de vista afetivo e emocional, dentro de uma perspectiva ontológica, pela mediação estética, o que, segundo o autor, não precisa ocorrer necessariamente apenas com a obra de Arte, sendo que a relação do homem com a natureza também poderia provocar neste uma vivência profunda em relação à estética mediada por uma obra artística, uma pintura, uma música ou uma paisagem natural, que remete o homem a um encontro dele com aquilo que ele tem de mais genérico (resultado da história da humanidade) do ponto de vista emocional e sentimental. Com isso, compreende-se que,

As experiências realizadas através da manifestação artística trabalham com o desenvolvimento da percepção, da imaginação e da sensibilização concomitantemente à sensibilização dos sentidos humanos. Isto contribui na produção de conexões inter-sociais, no ordenamento de atividades sensório-motoras e na formação de uma postura frente às questões sociais. Por esta razão, conforme o homem se apropria da arte, ocorre a ampliação da sua leitura de mundo, o que direciona o movimento dialético entre a expressão e a realidade artística, designando a aparência e a essência da arte. Portanto, a arte na sociedade está objetivada na função social que ela exerce no desenvolvimento psíquico dos indivíduos. Ela é apresentada na sua forma coletiva, como resultado do pensamento social, mas ela é apreendida individualmente em decorrência do valor que ela exerce na vida de cada um. É por isso que a abstração promovida pelo pensamento artístico corresponde às forças dos sentidos humanos, em relação à sua sensibilização e necessidade. (Barros & Gasparim, 2008, p.7-8).

Como somos seres historicamente determinados e as estruturas familiares adentram não apenas os determinismos gerais da vida social, mas a singularidade que conota os aspectos individualizantes do ser, como os sentimentos, os afetos e as emoções, enquanto expressão do gênero humano, utilizaremos a Arte como um instrumento de análise da

mobilidade da família, em específico, no período contemporâneo e, para tanto, a categoria artística utilizada se dará por meio de algumas obras cinematográficas.

As obras cinematográficas, desse modo, são consideradas uma riquíssima fonte instrumental de investigação e de análise vivencial, através da qual se pode investigar uma diversidade de elementos que expressam as contradições das relações (Brandão, 2008). Esta afirmativa é articulada com as palavras seguintes de Gusmão (2008):

Desta perspectiva, pode-se afirmar que teia de ações humanas que desenvolveu o cinema foi ao longo do processo histórico, estruturando ambiências de sociabilidade, aprendizados e instituições, ao tempo em que delineou as profissões do âmbito cinematográfico. No Brasil e no mundo, os fluxos e relações entre as pessoas possibilitaram combinar desenvolvimentos tecnológicos, instituições e criatividade às necessidades humanas relacionadas à arte e ao entretenimento. Além das sociabilidades propiciadas pelas ambiências de consumo cinematográfico que acabaram por formar o grandioso público da sétima arte, foram surgindo no percurso de seu desenvolvimento, agentes envolvidos na produção dos filmes, críticos, jornalistas especializados, revistas especializadas, cineclubes, encontros e seminários, mostras e festivais, cursos livres e departamentos nas universidades, escolas e institutos de cinema. Enfim, surgiram a partir das possibilidades de compartilhamento propiciadas pelo consumo coletivo de filmes, diversas organizações e ou instituições que tomaram o cinema como uma questão a ser tratada (p. 05).

Frente a isso, conclui-se ser necessário abordar os pontos específicos que retratam o itinerário familiar na história complexa da família, partindo de obras cinematográficas que retratam as relações sociais dentro de seu contexto histórico contemporâneo. Não obstante, vale fazer ressaltar que esta investigação é realizada dentro da perspectiva histórica traduzida pelas cenas e pelas relações travadas nas tramas cinematográficas, como expressão de algo que se reproduz na prática real da sociedade e da constituição dos homens, inserida nas famílias, fazendo valer a observação da arte como reprodutora das contradições do mundo dos homens.

Como respaldo deste adendo, Cavazotti (2010) coloca que a produção que pretende ser artística e que não emprega a determinação social objetivada sobre ela não é obra de arte, pois não corresponde ao gênero humano, mas apenas a uma materialização da experiência individualizada no senso comum.

Cavazotti (2010), nesta perspectiva, realiza sua crítica de maneira sistemática e analítica às ideias pós-modernas acerca da arte, uma vez que estas concepções consideram a estética humana como um processo fragmentado da objetivação histórica dos homens e isolado das relações sociais, sendo que as representações artísticas pós-modernas, naturalizadas nos moldes do sistema capitalista, tornam-se, segundo a autora, incognoscíveis, por justamente não corresponder a uma obra de arte e sim a um produto resultante da prática individualista presente nas disjunções que correspondem às condições socioeconômicas do atual contexto capitalista.

Dessa forma, a obra de arte em si, constituída pela universalidade, supera os determinismos das rupturas e dos antagonismos inerentes às relações sociais por meio da atividade criadora, permitindo que a realidade seja compreendida em sua essência, como no caso do cinema.

Buscou-se, então, realizar esta análise por meio de um processo que possibilite a superação da “naturalização” da família no contexto burguês remetendo às implicações das forças ideológicas burguesas no entendimento histórico, que se fizeram palco da subjetividade humana na Contemporaneidade. Assim sendo, Barroco (2007), ao analisar em profundidade as condições reais das famílias contemporâneas, em contraponto com o modelo burguês, através da figura humana pintada nas telas, afirma que:

Quando se retiram as possibilidades de essas considerações históricas estarem presentes nas análises, fomenta-se o preconceito e colabora-se para que os indivíduos e as suas famílias sejam explicados apenas por si mesmos e responsabilizados por algo que escape do controle(p.156).

Desse modo, busca-se a seguir estabelecer uma análise acerca das determinações que a sociabilidade familiar implica para a formação humana, em específico na sociedade contemporânea, a partir de algumas obras selecionadas, isso implica necessariamente analisar as modificações e diferentes formatos que a instituição da família comporta ao longo do referido período.

III. AS MODIFICAÇÕES DA FAMÍLIA CONTEMPORANEA A PARTIR DA SÉTIMA ARTE

A finalidade da arte é dar corpo à essência secreta das coisas, não copiar sua aparência.

Aristóteles

Para a realização da análise acerca do conteúdo proposto a partir da Sétima Arte, utiliza-se, na presente discussão, um exercício de análise por meio do método materialista histórico, o qual proporciona uma efetiva articulação entre os fenômenos investigados sobre a construção histórica dos arranjos familiares junto ao desenvolvimento cultural, político e econômico da sociedade contemporânea, bem como sua importância para a formação humana.

Por meio do método a natureza das transformações históricas e sociais, a partir da práxis humana, é aclarada, possibilitando a reflexão acerca da superação das contradições que se manifestam no plano aparente. Nesse sentido, a compreensão do movimento dialético na história e na sociedade, identificado pelo exercício do materialismo histórico, de acordo Alves (2010), se refere à investigação dos antagonismos que se produzem inerentemente à construção social, o que embasa uma concepção de mundo, de produção da realidade e dos meios de vida, e que, segundo o autor:

O componente dialético afirma que a realidade concreta não é uma substância estática numa unidade indiferenciada, mas uma unidade que é diferenciada e especificamente contraditória: o conflito de contrários faz avançar a realidade num processo histórico de transformação progressiva e constante, [...] e, em suas transformações revolucionárias ou descontínuas, dá origem à novidade qualitativa autêntica. (p. 04)

O método materialista histórico, portanto, considera a natureza dos fenômenos sociais organicamente vinculados entre si e articulados pelo conglomerado causal exercido pelo movimento dialético da sociedade, na defesa de que não se pode compreender os fenômenos sociais de maneira isolada e desprendida da dinâmica que compõe a totalidade social, incluído os aspectos antagônicos da realidade.

Assim, no tocante à formação humana, verificou-se, na seção anterior, a importância das inter-relações familiares sobre o desenvolvimento humano em nossa cultura, sobretudo em relação à formação social dos aspectos afetivos e emocionais do indivíduo. Neste sentido,

entende-se que as relações entre os homens são promotoras do desenvolvimento e os diferentes arranjos familiares encontrados na contemporaneidade, independentes do modelo hegemônico, que sejam voltados à convivência e a humanização, realizam a função de promoção do desenvolvimento de seus membros.

Diante desta discussão, alguns estudos sobre a constituição do direito da família, propostos perante as mudanças atuais, e a partir dos conceitos que já foram construídos em sua defesa e legitimidade, afirmam que a conceituação de família deve estar relacionada com uma análise sócio-histórica a partir dos aspectos da convivência e da afetividade humana.

Com efeito, Kovalski (2007) apresenta a concepção de família socioafetiva em estudos nos quais admite a existência de novas tendências do conceito de filiação na área jurídica diante de fenômenos sócio-históricos, manifestos na atualidade, que demonstram ser o afeto o aspecto estruturante das famílias em detrimento do vínculo meramente biológico e de caráter patrimonialista.

Nestes estudos a autora afirma que as recentes pesquisas que se debruçam a legitimar os diferentes arranjos familiares existentes no mundo contemporâneo reconhecem o fator da afetividade como o principal encarando-se um novo fenômeno jurídico que começa a admitir um processo de “desbiologização” das relações familiares:

[...] ressaltando assim a importância que é dada atualmente ao afeto, pois quando se fala em desbiologização, enfatiza-se a relação de afeto entre pai e filho, pois as relações familiares devem ser fruto da afetividade [...]. Assim, caminha-se a passos largos para o Poder Familiar Desbiologizado, donde retira-se o fator biológico como predominante na relação familiar (Kovalski, 2007, p. 32)

Por definição, a autora coloca que na realidade das famílias atuais o elemento predominante de sua formação e de sua dinâmica é o vínculo e a convivência. Nesta análise a autora esclarece que a Constituição Federal de 1988, fundamentada nos princípios de dignidade e dos direitos humanos, eliminou a denominação de “filhos ilegítimos”, como aqueles concebidos fora do matrimônio ou adotados, e regulamentou-se a concepção de igualdade na relação de filiação que não deve admitir prática discriminatória, sendo que toda filiação deve ser considerada legítima.

Isso contribuiu para o avanço de estudos acerca dos vínculos familiares que eram predominantemente baseados na crença de que os fatores biológicos determinavam a existência da filiação, passando, assim, no final da década de 1980 a se produzir o fomento de

que tal relação pauta-se, sobretudo, pelo afeto, ou seja, pela relação que se constrói entre pais e filhos.

A condição de parentesco, nesta perspectiva, é considerada por meio do aspecto scioafetivo o qual, segundo Kovalski (2007), não é reduzida a um contexto de sentimentalismo, pelo contrário, consiste na construção da relação filial que, independente dos laços consanguíneos, se baseia na convivência mútua cujo laço estruturante fundamenta-se nos sentimentos superiores como amor, compaixão e solidariedade, os quais produzem-se na convivência.

Nas relações familiares o afeto tem grande importância, principalmente nos primeiros anos de vida do ser humano, pois dele depende o equilíbrio emocional [...] afeto e família são conceitos com certas peculiaridades e que se encontram entrelaçados. Convém destacar aqui que o afeto não diz respeito apenas ao amor, mas sim a todos os sentimentos que unem a família, sendo esta uma comunidade de afeto (Kovalski, 2007, p. 31).

Assim, considerando que os adultos de uma família se organizam para educar, cuidar e proteger suas crianças e adolescentes, com base no vínculo entre eles construídos, de acordo com o projeto familiar possivelmente formado, os fatores consanguíneos na realidade da grande maioria das famílias atuais são considerados sob última instância.

É certo afirmar que, de acordo com o proposto, as famílias scioafetivas podem constituir qualquer arranjo familiar, uma vez que elas se baseiam em “ato de vontade, de opção, sendo fundada na convivência, no cuidado, no amor” (Kovalski, 2007, p. 26), mas, nem todo arranjo ou modelo representa uma família scioafetiva baseada na convivência e na relação mútua.

A partir destas considerações, busca-se em algumas obras cinematográficas, seguidamente apresentadas, analisar e refletir sobre os engendramentos que a instituição da família enfrentou diante das próprias modificações estruturais do sistema econômico contemporâneo como um movimento de transformação das relações entre as dimensões da objetividade/subjetividade da existência e como tal processo de mudanças no conceito de família se aproxima ou se distancia de uma condição scioafetiva desta.

3.1. As obras selecionadas

Para a seleção e discussão das obras tornou-se necessário estabelecer categorias de análise para se alcançar de forma específica os resultados dos problemas propostos ao longo da pesquisa. Como se viu, diversos fatores estão presentes no processo de construção da dinâmica familiar e de suas necessidades e possibilidades sociais de assimilar o plano de reprodução social em seu interior.

As condições sociais, expressas na inserção dos membros da família no mundo do trabalho, e o plano simbólico, das representações sociais, inerente à produção de ideias, valores e crenças, referem-se a duas ordens de fatores que, unidas, “atuam como mediadores na assimilação e na incorporação dos modelos, sejam eles hegemônicos ou não” (Romanelli, 1995, p. 450).

Para Romanelli (1995), a própria vida familiar consiste na mediação entre a vida pública e privada, sendo que seu caráter coletivo corresponde a uma unidade que se articula à construção econômica da sociedade, com base na relação de consumo coletivo, o que inclui o consumo tanto das produções materiais quanto das simbólicas, e, assim, considera a importância desses dois fatores para a real e efetiva análise da maneira como as famílias se organizam diante do seu processo de assimilação e incorporação da reprodução social.

Torna-se importante reforçar que perante tal análise, a família consiste não só em um órgão de reprodução cultural, mas em uma unidade social, política e educacional que, unida às outras instâncias que compõem o plano societário, transforma a realidade por meio da capacidade criadora e transformadora de seus membros, sendo que “a família situa-se no terreno da cultura, pois é modelo da e para a realidade” (p. 451).

Assim, como observado já na primeira seção desta pesquisa, a atividade do trabalho e a apropriação das representações sociais por parte dos membros da família atuam como componentes primordiais para o desenvolvimento do projeto familiar, o qual é composto por interesses e necessidades individuais e coletivas pelos sujeitos. Desse modo, a forma pela qual os membros da família são inseridos no mercado de trabalho e a maneira como se relacionam subjetivamente diz respeito às condições que ela encontra de se organizar perante o movimento de reprodução e modificação da sociedade.

Com o objetivo de reforçar tal entendimento, na seção anterior da presente pesquisa, reafirma-se aqui a contribuição de Leontiev (2004) sobre a relação entre o homem e o trabalho o qual, ao tecer seus estudos acerca do salto qualitativo da espécie humana no processo de construção da cultura, propõe que o homem, pela atividade do trabalho, busca suprir suas necessidades elementares, criando, dialeticamente, outras necessidades e

possibilidades de existência, transformando, desse modo, suas relações com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo.

Nessa perspectiva, Lessa (2002) afirma que a atividade do trabalho é a categoria fundante do ser social e é por meio do trabalho que a espécie humana, ao longo da história, desenvolve meios de produzir e reproduzir a existência. Assim, o plano simbólico, como também analisado na segunda seção, é um produto da objetivação das relações de produção, ou seja, uma superestrutura da prática humana na construção da existência.

O plano simbólico, então, ao longo da construção do gênero humano, é desenvolvido na complexa teia das relações sociais que, qualitativamente, transformam o conteúdo cultural e são transformadas pelo mesmo. O presente estudo feito com base na Psicologia Histórico-Cultural demonstrou-nos que o processo de constituição humana implica necessariamente a vivência com “outro”, e que a constituição do psiquismo e da personalidade realiza-se por meio de uma relação dialética com a cultura, e, portanto, com o conteúdo simbólico.

Com base nos estudos de Vygotsky (2004) acerca da natureza histórica do desenvolvimento das emoções e dos afetos como parte inerente à formação integral do psiquismo e, portanto, da humanização, é importante atribuir às relações socioafetivas, como unidade de convivência e de envolvimento afetivo e emocional entre os membros da família, a devida atenção diante de sua importância estrutural para a personalidade e para as inter-relações, tanto no particular, da vida privada, quanto no genérico, da vida coletiva.

Dessa forma, tomar-se-á como princípio de discussão das obras que seguem três categorias de análise principais: o estabelecimento da atividade do trabalho, a dimensão simbólica como o engendramento de ideias e o desenvolvimento do fator socioafetivo das relações. Além disso, ressalta-se a ênfase no movimento sócio histórico presente nas modificações da família no período Contemporâneo, por ser neste momento que a dinâmica familiar se produz de maneira mais próxima com a que encontramos nos dias atuais.

Assim sendo, o material inicialmente selecionado, bem como analisado e discutido de acordo com a proposta inicial da pesquisa, tratava-se de vinte obras, cujos títulos seguem em ordem alfabética: “A Lula e a Baleia”, “As Vinhas da Ira”, “Beleza Americana”, “Billy Elliot”, “Casa Grande”, “C.r.a.z.y.: Loucos de Amor”, “Downton Abbey”, “Família Moderna”, “Germinal”, “Gritos e Sussurros”, “Ladrões de Bicicleta”, “Machuca”, “Meu irmão é filho único”, “1900”, “Os boas vidas”, “Os incompreendidos”, “O sorriso de Mona Lisa”, “Peixe Grande”, “Precisamos falar sobre Kevin”, “Retratos da Vida” e “Valentín”.

Entretanto, após a discussão sistemática das obras mencionadas foi necessário repensar a escolha dos filmes, devido à grande quantidade de obras e por algumas tratarem

basicamente de fenômenos similares, o que implicaria em uma quantidade de material extenso, ao mesmo tempo em que tratariam das mesmas categorias de análises mencionadas. Dessa maneira, buscou-se reduzir o número de obras levando-se em consideração àquelas que expressariam de forma mais abrangente as principais características que marcaram as modificações das famílias ocidentais no período contemporâneo, seguindo as categorias de análises mencionadas.

Portanto, as obras utilizadas que serão discutidas a seguir são: *“Downton Abbey”*, *“1900”*, *“O sorriso de Mona Lisa”*, *“Os Boas Vidas”*, *“Os Incompreendidos”* e *“Beleza Americana”*, cujos principais elementos de suas produções constituem a tabela abaixo a qual é composta sistematicamente pelas seguintes informações: direção, ano, duração, país, produtor e sinopse.⁵ Após esta exposição, discutir-se-ão efetivamente as obras.

⁵ Tais conteúdos têm como fonte os websites “Cinema Cultura” e “Adoro Cinema”.

Tabela - Principais elementos das obras utilizadas

Filme/série	Direção	Ano	Duração	País	Produtora	Sinopse
Downton Abbey	Fellowes, J.	2010	Série	Inglaterra	Universal Pictures	No início do século XX, a família Crawley luta para manter o legado de Downton Abbey. Após a morte de um parente que estava à bordo do Titanic, Robert Crawley (Hugh Bonneville) descobre que o novo herdeiro da propriedade é um sobrinho distante, Matthew Crawley (Dan Stevens), um advogado com pensamentos modernistas. Enquanto Robert e sua esposa Cora (Elizabeth McGovern) se preocupam com o futuro das suas filhas, Mary (Michelle Dockery), Edith (Laura Carmichael) e Sybil (Jessica Brown Findlay), os empregados da mansão trabalham para manter a rotina da família, com todas as regras da época.
1900	Bertolucci, B.	1976	320 min.	Itália	Paramount	O filme faz uma retrospectiva histórica da Itália desde o início do século 20 até o fim da Segunda Guerra Mundial, focando as vidas de duas pessoas: Olmo, filho bastardo de camponeses, e Alfredo, herdeiro de uma rica família de latifundiários. Apesar da amizade desde a infância, a origem social fala mais alto e os coloca em pólos política e ideologicamente antagônicos. O pano de fundo é o intenso cenário político da época, com o fortalecimento do fascismo e, em oposição, as lutas trabalhistas ligadas ao socialismo.
Os Boas Vidas	Fellini, F.	1953	103 min.	Itália	Versátil	Em Rimini, uma pequena cidade italiana, Moraldo, Alberto, Fausto, Leopoldo e Riccardo formam um grupo que nada mais faz do que passar o seu dia-a-dia em farras e conquistas amorosas. São sustentados pelos pais e não têm vontade nenhuma de trabalhar. No entanto, esse modo de vida acaba para Fausto quando engravida a irmã de Moraldo e, à pressa, é obrigado a casar.

O Sorriso de Mona Lisa	Newell, M.	2003	125 min.	EUA	Red OM Films	Katharine Watson (Julia Roberts) é uma recém-graduada professora que consegue emprego no conceituado colégio Wellesley, para lecionar aulas de História da Arte. Incomodada com o conservadorismo da sociedade e do próprio colégio em que trabalha, Katharine decide lutar contra estas normas e acaba inspirando suas alunas a enfrentarem os desafios da vida.
Os Incompreendidos.	Truffaut, F.	1956	99 min.	França	Versátil	Antoine Doinel é um garoto de 14 anos. Seus pais não lhe dão muita atenção, então ele mata aula para ir ao cinema e sair com seus amigos. Certo dia, ele descobre que sua mãe tem um amante. Este é o primeiro longa de Truffaut, considerado um dos diretores europeus mais importantes de todos os tempos.
Beleza Americana	Mendes, S.	1999	121 min.	EUA	Paramount	Lester Burnham é chefe de uma família tradicional americana que, em plena meia-idade, começa a tomar decisões e dar a volta por cima em sua vida. Vivendo uma crise familiar, com sua esposa o traindo e sua filha em rebeldia, Lester demite-se do emprego e aproxima-se da melhor amiga da filha.

3.1.1. Downton Abbey

Em busca de retratar a família contemporânea com base nas modificações que ela enfrentou ao longo da história, parte-se inicialmente da análise da obra *Downton Abbey*, do criador Julian Fellowes, cujo cenário é baseado na mansão de nome *Downton Abbey*, localizada em North Yorkshire, na Inglaterra, propriedade onde mora a família *Crawley*.

Os *Crawley* representam as famílias nobres que conservam o tradicionalismo e a moral aristocrata na passagem do séc. XIX para o XX, sendo que os principais temas presentes em seu cotidiano são as dificuldades de seus membros, junto aos criados com quem convivem, de enfrentar as mudanças do mundo contemporâneo, visto que o processo de modernização da sociedade no séc. XX é vivenciado por eles como se houvesse uma ruína social dos antigos valores herdados pela nobreza.

Vale ressaltar que a questão moral dos “bons costumes”, que perpassa a ideologia da reputação e das aparências, é fortemente marcada pelas atitudes e comportamento dos personagens. Desse modo, as mudanças de valores em decorrência das transformações sociais geram conflitos não apenas nos proprietários da mansão, mas também nos empregados, que compartilham com a família *Crawley* os mesmos valores tradicionais, voltados aos “bons costumes” e à necessidade de servir aos patrões, como se tratassem de uma extensão da família, assumindo suas necessidades e dificuldades como suas.

Pode-se observar a relação dos empregados como uma expansão da família *Crawley*, uma vez que ambas as classes, compartilhando os mesmos valores, consideram as diferenças entre patrão e empregados como uma ordem hierárquica “natural”, inalterada, condicionada pela linhagem e pela propriedade privada, adquirida pela herança.

Esta estrutura é retratada nas primeiras cenas da obra que expressa claramente as leis da herança inglesa daquele período, que só podia ser transferida para parentes do sexo masculino, cenário muito comum na formação de casamentos por conveniência. Entretanto, o chefe da família *Crawley*, o Conde de Grantham, e sua esposa Cora tiveram três filhas, Mary, Edith e Sybil, o que tornava impossível herdarem o

patrimônio da família, a menos que uma delas se casasse com um primo distante, herdeiro legítimo da propriedade e do título. Desse modo, havia sido já planejado pelo Conde e todos os interessados que a primogênita da família Crawley se casaria com seu primo Patrick.

No entanto, Patrick morre no naufrágio do navio Titanic antes de consumir seu casamento com Mary, deixando o futuro do patrimônio da família Crawley incerto, o que faz com que os Crawley procurem um possível substituto na família que possa salvar seu patrimônio, e, assim, encontram outro parente distante, o primo Matthew, que surge na trama e se casará com Mary e manterá Downton Abbey como propriedade dos Crawley.

A pouca desenvoltura dos personagens mais tradicionalistas da família com relação às novidades e inovações da primeira metade do séc. XX também são expressas com um tom de intencionalidade e orgulho em preservar os antigos costumes, os quais mantinham inalterada a soberania de determinadas famílias, sendo que as mudanças apresentadas pela modernização daquele contexto representavam uma ameaça aos ideais que mantinham sua superioridade social.

Tal aspecto remonta-se à análise de Toassa (2009) a qual demonstra, com base nos postulados de Vygotsky, que o plano das ideias, reproduzidas na vida societária, é reflexo direto das formas dos indivíduos se relacionarem e expressarem as próprias vivências internas. Isso se demonstra neste contexto em Downton Abbey por meio de uma estrutura social baseada em padrões de vida inflexíveis onde cada papel social já é definitivamente pré-estabelecido e cada sujeito deve dele se apropriar sem mesmo vivenciar internamente tais condutas, uma vez que o sentido de tais relações é voltado ao exterior sem referir-se aos motivos internos e pessoais do indivíduo (Leontiev, 2004). Daí compreende-se que as mudanças sociais são encaradas como ameaças, uma vez que as vivências humanas neste contexto são produzidas em função de ideais que mantêm e reproduzem uma ordem hierárquica “estável” da realidade.

Percebe-se pela postura e pelo esforço de tais personagens em manter a ordem e o posicionamento de cada indivíduo no seu devido lugar de acordo com aquela estrutura social, sendo que qualquer modificação era basicamente inaceitável. Isso é demonstrado por meio da postura do Conde em cenas nas quais ele retrata a imagem do homem branco europeu que acreditava veementemente na sua superioridade natural transmitida por sua linhagem nobre. A própria sociedade burguesa como um todo compreendia a

organização da coletividade por meio das diferenças entre os homens, ricos e pobres, e que eram determinadas pela reputação assimilada à imagem social que a família refletia na comunidade.

Assim, como a estrutura dos relacionamentos da alta sociedade inglesa fundamentava-se por uma ordem inalterada, o mesmo valia para as camadas mais baixas da sociedade, representadas na obra pelos empregados da família.

Os empregados envolvem-se na esfera da família Crawley em uma relação que lhes permite melhores condições de vida material e social, enquanto os patrões, mantendo a superioridade hierárquica, relacionam-se com os empregados com base em um evidente distanciamento, mas, ao mesmo tempo, mantendo a cordialidade interessada por uma aparência amistosa das relações, colocando os empregados como confidentes, como espécie de cúmplices, em momentos que precisam de opiniões e ajuda pessoal.

Em geral, os empregados são também, nesta perspectiva, representantes da “imagem” da família Crawley e da propriedade Downton Abbey para a comunidade, o que exige a conservação de uma reputação imaculada para merecer o respeito no relacionamento com todos, sobretudo com as famílias mais tradicionais.

As tomadas de decisão dos personagens partem de critérios que, logo após o evento da primeira guerra, vão entrando em conflito com a modernização e rápida transformação no plano social, que conta com um horizonte de crise econômica refletida na grande depressão em 1929 (Hobsbawm, 1995).

Os acontecimentos em Downton Abbey desenvolvem-se em torno das inter-relações baseadas nos conflitos relacionados à problemas sociais como o entre guerras e suas consequências econômicas e políticas, em todo Mundo Ocidental, frisando-se, em vários diálogos entre os membros da família Crawley e seus empregados, que após a guerra a vida não é mais a mesma.

Pode-se remeter esta constatação primeiramente à vivência da guerra por parte dos homens retratados na obra, pela experiência do terror social, da perda de membros da família e entes queridos, pelos traumas físicos e emocionais deixados pela guerra, que impunha, por questão de honra e de nacionalismo, a participação dos cidadãos, o que é demonstrado por homens de todas as camadas sociais, desde os patrões até os empregados, ricos ou pobres, todos tinham de certa forma um sentimento de obrigação

em se arriscar na guerra em nome da nação. Hobsbawm (1995) identifica que frente à guerra,

A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos. Para os que cresceram antes de 1914, o contraste foi tão impressionante que muitos [...] se recusaram a ver qualquer continuidade com o passado. “Paz” significava “antes de 1914”: depois disso veio algo que não mais merecia esse nome. Era compreensível (p. 30).

Simultaneamente ao papel dos homens que participaram da guerra, o papel das mulheres durante este período também foi destacado. As mulheres ficaram a cargo da assistência, em diferentes papéis sociais, como enfermeiras, cozinheiras, conselheiras, como vivido pela filha mais nova do Conde, Lady Sybil, que se voluntaria a cuidar dos enfermos da guerra, encontrando inicialmente uma resistência por parte da sua família que, com o tempo, acaba aderindo ao processo de apoio aos homens da guerra, chegando a transformar Downton Abbey, até o fim das batalhas, em uma espécie de abrigo para os soldados.

Frente às diferenças, percebe-se que as gerações mais novas buscam uma forma de vida que acompanha o pensamento das mudanças envolvidas com as inovações na música, na moda, na quebra do formalismo das relações, enquanto as gerações mais velhas apresentam-se em crise e dificuldade diante das novas concepções de mundo que chegam de vários lugares do Ocidente, como dos EUA e de países da própria Europa.

Como exemplo, algumas cenas em que se mostra a chegada do telefone ou de uma cafeteira em Downton Abbey, por exemplo, são retratadas com um tom de comédia diante do espanto e do embaraço de alguns personagens mais velhos ao utilizar tais objetos que, na época, se tratavam de grande novidade.

Desse modo, não é de se estranhar a força ideológica que os costumes tradicionais exerciam sobre o modo de vida na família inglesa, retratada em Downton Abbey, uma vez que estes costumes não só fazem parte da formação histórica da família

burguesa, que uniu suas necessidades econômicas à bagagem tradicionalista da família aristocrata feudal, como aponta Tocqueville (1987), mas como também alimentavam e justificavam a ordem dos bons costumes, da herança, da reputação da família e do *status quo*, colocando cada homem e mulher, cada família e trabalhador, em seu lugar, detendo-se, sobretudo, em organizar a desigualdade, já que para existir homens superiores, devem existir os inferiores.

Além disso, vale retomar que os valores do meio ao qual o indivíduo pertence, ao serem apropriados e internalizados no percurso do seu desenvolvimento, são preenchidos por uma carga afetiva e vivenciados ante as vicissitudes sentidas pelo sujeito no processo de construção de sentido pessoal frente ao significado social (Toassa, 2009). Não obstante, as características das inter-relações promovidas no cenário da família Crawley referem-se mais a uma supervalorização dos padrões de conduta mantidos por uma imagem externa às pessoas do que pelas relações privadas e pessoais pautadas pelo afeto e pela intimidade.

Desse modo, partindo-se dos postulados de Leontiev (2004) entende-se que as atividades dos indivíduos neste contexto são produzidas por motivos sociais que não são vivenciados internamente, por inclusive estes sofrerem por terem que realizar projetos e expectativas, como casamentos e a manutenção da reputação, que são impostos pelos “bons costumes”, mas não os deixam satisfeitos com suas vidas, ou seja, são práticas e relações que não têm sentido pessoal, são motivos externos às vivências afetivas dos personagens.

Esses aspectos foram se tornando menos uma realidade e mais um legado do passado pelos membros mais antigos da família Crawley. Nas temporadas que se seguem na série, observam-se vários exemplos de que, embora a diferença entre as classes seja uma condição estrutural, tanto para os burgueses quanto para os empregados, a prática da moral conservadora é algo que se estende por todas as camadas da sociedade e rege as formas de conduta de homens e mulheres, configurada na supervalorização da reputação, da linhagem, da herança, do tradicionalismo, da imagem digna.

Desse modo, mesmo não pertencendo à classe dominante, é de interesse do indivíduo trabalhar ou prestar algum serviço à famílias como os Crawley, como se fossem membros delas próprias, prezando pela imagem e tradição das mesmas, e

estas, por suas vez, introduzem os empregados em sua dinâmica interna como uma forma de responsabilidade social em contribuir com os “menos afortunados”.

Isso é demonstrado várias vezes pelos próprios empregados, como Bates, um dos empregados, que expressa ser uma honra prestar serviços em Downton Abbey; como Thomas, outro empregado, que diz que ser um laçao de uma família como os Crawleys significa o ápice dos seus objetivos; e também se exemplifica pelo pensamento de Carson, o mordomo da família, que, ao analisar a possível contratação de uma nova empregada, diz a ela que trabalhar para famílias tradicionais deveria ser o sonho de toda pessoa que não nasceu numa dessas famílias e que almeja fazer parte dos “bons costumes” e ter uma vida “honrada”.

O pós-guerra, então, compreende mudanças sutis, porém determinantes para os membros da família, que moram em Downton Abbey. Neste momento ocorre o casamento de Lady Sybil com o motorista da família, Tom, apesar da oposição do pai e da opinião social que explicitamente é contra uma garota de família nobre se casar com um empregado.

Sybil contraria as opiniões que se contrapõem e se casa com Tom. Sybil foi uma das primeiras personagens que demonstrou o enfrentamento da moral que regia sua família em prol de seus ideais e sentimentos. Pode-se considerar esta atitude como uma tomada de consciência a partir da Psicologia Histórico-Cultural, compreendendo-se que a personagem passou por um processo de sensibilização profunda durante o período em que cuidou dos homens feridos da guerra, pois, a mesma entra em contato com as dores de pessoas que perderam familiares em função da guerra e que passam por grandes sofrimentos físicos e psicológicos com suas consequências, neste mesmo período a jovem se aproxima de Tom e juntos os dois constroem um forte afeto independente dos valores impostos. Diante disso, podemos retomar a análise de Toassa (2009) sobre as vivências internas compreendendo-se estas como uma unidade psicológica que compõem a dimensão ativa do sujeito no processo de tomada de consciência e construção de sentido pessoal.

Assis, após casar-se, Sybil muda-se com o marido para Londres e em alguns meses Sybil engravida, mas, no entanto, teve complicações no parto e morre deixando uma filha. Perante isso, a família Crawley convence Tom a morar com a criança em Downton Abbey, em memória de Sybil. Tom aceita com muito receio e, como ele havia

pensado, acaba enfrentando grandes conflitos com o sogro devido aos valores conservadores deste último, que se choca com os ideais modernos de Tom.

A contradição entre as ideias de sogro e genro é expressiva, sobretudo no que diz respeito aos aspectos econômicos e administrativos da família, assunto que foi alvo de diversas discussões entre Tom e o Conde, devido ao fato de que este último recusava-se a mudar sua forma de administrar a herança de sua esposa Cora e a mansão Downton Abbey.

Com sua dificuldade em gerir os bens da família diante de um contexto inovador para o mundo dos negócios, o Conde perde muito dinheiro e coloca suas propriedades em risco, inclusive Downton Abbey. Perante esta situação, Tom, Mary e Matthew percebem que o chefe da família Crawley havia arriscado sua grande fortuna por se negar a adequar-se à modernização das relações que regem os negócios financeiros.

À beira de uma possível venda de Downton Abbey, os Crawleys são surpreendidos por uma herança que salvaria a família e manteria a mansão sob seu domínio. A herança em questão é deixada por Matthew, que falecera em um acidente de automóvel, tendo registrado por escrito que sua esposa Mary deveria ficar com seus bens.

Em meio a tais acontecimentos, Lady Edith, irmã de Sybil e Mary, engravida sem estar casada e se vê obrigada a dar sua filha a uma família humilde, o que a faz passar por um sofrimento profundo durante anos, até conseguir conquistar a guarda da menina e se tornar uma espécie de tutora cuja relação permite que ela crie a criança sem ter de assumir que é a mãe biológica.

Junto a isso, outras mudanças são retratadas na relação de Mary depois de viúva, ao se relacionar com um pretendente com o qual resolve estabelecer relação sexual antes do casamento, o que era recriminado na época, para vivenciar a sexualidade sem compromisso matrimonial no intuito de construir intimidade para que eles não se arrependessem da união depois.

Até o fim da obra observa-se a construção e recondução das relações para uma maior valorização dos sentimentos e afetos acima das relações por conveniência. Isso é enfatizado no desfecho dos conflitos em família, retratado pelo casamento de Mary com Henry, um homem que não detém posição nobre na sociedade e nem riqueza, mas que convence Mary, depois de muito relutar, que o amor é mais importante que fortuna e

status social. Compreende-se que Mary demonstrou em grande parte da obra que atende aos padrões morais, econômicos e sociais pertencentes a sua classe ao mesmo tempo em que se deparou com diversas mudanças e inclusive com a perda de seu marido.

Os objetivos de vida e os interesses pessoais apresentados por Mary direcionavam-se a manutenção de uma estrutura social hierárquica a qual ela pertence na obra, mas seu envolvimento com Henry, frente a um contexto de mudanças sociais, possibilitou a formação de vivências que são contrárias ao modo de vida que ela sempre planejara. Até o fim da obra, portanto, Mary decide se casar com um homem que não tem os atributos que ela sempre exigira antes, porém, as mudanças na personalidade da personagem, que com base na proposta de Martins (2004) corresponde ao processo de autoconsciência, ocorrem com o desenvolvimento de uma vida afetiva escolhida por ela mesma independente da imagem pública e dos títulos sociais. Tal movimento psicológico possibilitou que Mary tomasse consciência de aspectos distintos da sociabilidade familiar que nunca vivenciara antes.

Entende-se que os sentimentos gera uma vivência singular que o próprio sujeito confere sentido, cujo processo corresponde ao desenvolvimento da autoconsciência relacionada à sua atividade no mundo e ao estabelecimento de suas relações. Vale retomar, frente esta análise, os dizeres de Silva (2011) a qual afirma que: “[...] o sentimento constitui-se como motor da atividade, ou seja, seu motivo. O indivíduo se realiza e se humaniza por meio de sua atividade, pois vê nela sentido pessoal, atrelado ao significado coletivo (p. 182)”.

Os presentes aspectos que foram expressos pelas mudanças deste contexto referenciado até o final da obra por meio dos membros da família Crawley junto aos empregados com quem convivem, correspondem, na medida do possível, ao processo de humanização com a transformação do caráter qualitativo das relações ocorrido a partir do entretecimento dos vínculos afetivos e da valorização do “outro”, independente da imagem pública, para o “si mesmo” (Martins, 2004).

E consonância com esta análise, outro conteúdo que se apresenta no desfecho da obra ocorre, na mesma perspectiva, pelas mudanças de Edith a qual que constrói um relacionamento amoroso no qual seu parceiro aceita sua situação de mãe solteira, mesmo diante de muitas dificuldades e oposições familiares para tanto, demonstrando superar valores tradicionais fundamentados na reputação e na honra da imagem pública. Além disso, Tom, o viúvo de Sybil, que embora já tenha sido o motorista da família,

conquista a confiança e o respeito dos Crawleys e consegue um posto na organização familiar onde trabalha como gestor e ajuda na administração dos negócios da família.

Assim, a obra se encerra evidenciando importantes mudanças que se resumem nas seguintes questões: as modificações nos papéis sociais que trouxeram alterações na ordem hierárquica entre as distintas camadas sociais expressas pelos casamentos das duas filhas do Conde com homens que não pertenciam à linhagem nobre e não possuíam dinheiro, sendo que Tom, de motorista, se tornou braço direito do sogro. Concomitante a isso, as formas de relacionamento passaram de uma extrema indiferença moral aos aspectos afetivos e sentimentais e supervalorização da reputação nos relacionamentos, para uma diminuição da importância da imagem pública em prol das vivências pessoais nutridas pelos sentimentos.

O primeiro aspecto mencionado referente à alteração da hierarquia de papéis sociais remontou-se, sobretudo, na relação do trabalho no qual os homens de linhagem nobre ficavam encarregados de administrar as grandes fortunas e as suas “responsabilidades” públicas e privadas, sem terem de trabalhar efetivamente, uma vez que o trabalho braçal era exercido exclusivamente pelos indivíduos das camadas médias e baixas da sociedade. A este respeito, Ferry (2010) explicita que:

Os papéis sociais e familiares, afinal, estavam ainda fixados, ou mesmo naturalizados, isto é, percebidos como traços da natureza e não como resultados da história: as distinções de classe e sexo – para não falar as diferenças étnicas, apesar de fragilizadas em seus direitos e questionadas enquanto princípio, dentro de um universo que começava a ser democrático – eram de fato percebidas ainda como intocáveis. Dizia-se então “A” civilização, no singular, sendo óbvio que ela era prioritariamente europeia, branca e masculina (p. 58).

Com o processo de modernização e mudanças no mundo do trabalho, os personagens mais novos, inicialmente, passaram a vivenciar um contexto de mudanças de valores, sobretudo nas relações amorosas, o que implicou, ao longo do tempo, conflitos e mudanças de posturas e de ideais pelos personagens das gerações anteriores.

O processo no qual Mary deixa de lado as crenças sobre o matrimônio associado ao interesse social para se render aos sentimentos que nutre por Henry é permeado por muitos questionamentos e angústias por parte dela por nunca ter feito uma escolha amorosa com base meramente em seus sentimentos. Este processo é acompanhado por

todos os membros da família, que passam a apoiar a felicidade pessoal de Mary acima dos interesses sociais, estando eles de acordo com a união.

Tais aspectos podem ser analisados por meio dos postulados de Vygotsky (2004) acerca das raízes históricas e sociais das emoções, que formam a unidade psicológica das vivências, no processo de humanização, e estão ligados às condições de desenvolvimento humano de cada sujeito, sendo que as formações psicológicas ocorrem na vivência e internalização dos papéis sociais e familiares, situados dentro de um contexto histórico-cultural.

Conclui-se que houve a aproximação afetiva entre os membros da família e dos cônjuges e uma flexibilidade nos papéis sociais marcados por maridos e esposas e patrões e empregados. Na obra, a importância dos afetos e sentimentos são valorizados na medida em que as normas de condutas tradicionais e conservadoras pautadas nas aparências declinam-se no cenário de mudanças sociais a partir das quais também se transformam as relações no trabalho e os valores culturais.

Neste cenário os homens conquistam melhores condições econômicas e sociais sem necessariamente pertencerem a uma nobre linhagem, ao passo que esta última deixa de ser condição para a ascensão social e torna-se apenas um complemento da vida privada dos indivíduos.

3.1.2. 1900

A obra 1900, do diretor Bernardo Bertolucci, inicia-se com cenas de confronto e violência produzidas pela revolta de trabalhadoras de um campo do norte da Itália, no ano de 1945, contra o capataz das terras onde trabalhavam. Este evento logo é colocado em uma proposta de retrospectiva da história da obra, cujas circunstâncias chegaram até este embate e que se desenrolaram desde o início do século XX até o fim da segunda guerra mundial.

O cenário do entre guerras é retratado pela obra com base na realidade social daquele período, que se viu marcada pela maior visibilidade do antagonismo e da polarização entre as classes sociais, a exploração da força de trabalho da classe dominante sobre a classe trabalhadora, cujo enredo gira em torno dos personagens Olmo

e Alfredo. Enquanto o primeiro é filho bastardo de camponeses, o segundo é filho de latifundiários e patrões da família de Olmo, que morava na mesma propriedade dos donos.

A história dos dois personagens se inicia com os nascimentos de Alfredo e de Olmo, que sucederam no mesmo dia, mas retratando uma ênfase maior à empolgação da família do primeiro, a qual aguarda o nascimento do bebê na luxuosa casa onde os membros da família vivem. O parto da mãe de Alfredo é auxiliado por várias mulheres e ansiosamente aguardado pelo pai e pelo avô da criança. A chegada de Alfredo ao mundo, o novo herdeiro da família, é expressa pela frase proferida pelas empregadas: “tem os olhos do pai” e “o dinheiro do avô”.

Após o nascimento de Alfredo, seu avô recolhe alguns vinhos de seu depósito de bebidas e leva até o campo onde os trabalhadores estão lavrando a terra, entrega uma garrafa para cada trabalhador e chega até o avô de Olmo e o convida para comemorarem juntos o nascimento dos netos. No entanto, o avô de Olmo não quer comemorar, pois, devido as condições de pobreza dos trabalhadores, uma criança para sustentar deixa a capacidade de alimentação do grupo de quarenta trabalhadores mais difícil do que já está.

Assim, o avô de Alfredo rebate a reação do empregado com o seguinte argumento “pode ser um peão, mas ao menos é um homem”, no sentido de que quando a criança pertence à família de empregados, seu destino será inalterável e cumprirá o destino de empregado, além disso, o gênero masculino ganha prestígio, uma vez que sua fala expressa que o fato de a criança ser do sexo masculino, trará maior vantagem, isso devido à supervalorização da força de trabalho masculina neste contexto e à desqualificação do trabalho da mulher.

Diante da colocação do patrão, o avô de Olmo, demonstrando uma expressão de discordância, prossegue que “O meu nasceu primeiro, isso é natural. Primeiro vieram os camponeses, só depois chegaram os patrões.” Diante disso os trabalhadores que receberam a garrafa de vinho do patrão colocaram-na no chão perante a atitude do avô de Olmo de não comemorar e tampouco beber o vinho, sendo que ele é considerado uma espécie de líder comum dos empregados, que organiza as tarefas do trabalho e a sociabilidade grupal.

Olmo e Alfredo tornaram-se amigos ao longo do tempo. Apesar das diferenças de classe, os dois, enquanto crianças mantinham uma ligação amigável, que foi se transformando depois em contradições que surgiam de suas distintas ideias, geridas pelas realidades sociais opostas às quais pertenciam. As diferenças entre os dois manifestam alguns conflitos indiretos por meio dos acontecimentos das condições econômicas distintas, protagonizadas pela esfera familiar. Como exemplo disso, ao longo do crescimento de Alfredo e Olmo, os dois amigos eram lembrados a todo o instante que Alfredo será sempre o patrão e Olmo o empregado.

No que diz respeito à contradição de tais realidades, é importante retomar os apontamentos de Vygotsky (1996) que demonstram a importância da qualidade das relações entre os indivíduos e suas atividades sociais para os processos intersíquicos, e sua multideterminação para os processos intrapsíquicos, que são formados desde a tenra idade da criança e dependem do conteúdo simbólico compartilhado em seu entorno, o qual é internalizado pela mesma.

As formas culturais de ação no mundo de acordo com Vygotsky (1996), portanto, dependem da socialização da criança, o que primordialmente se dá no contexto da família, espaço cultural e socioafetivo onde se estrutura a organização motivacional da personalidade e das condições de autoconsciência, uma vez que, de acordo com Beatón (2001), é na vivência familiar que se desenvolve o conteúdo afetivo e emocional da criança e do adolescente, fornecendo-se ou não, um processo de formação positivo que garante a autonomia destes.

Nesta compreensão, compete-se concluir que os significados sociais presentes nos processos inter e intrapsíquicos na construção da personalidade, de acordo com Toassa (2009), formam as bases dos interesses e motivações pessoais por serem, inclusive, conotados de afeto originário dos vínculos construídos/compartilhados pelo/com o sujeito, assim, podemos prosseguir admitindo que a formação de Olmo e Alfredo parte de sociabilidades familiares muito distintas tanto nos aspectos materiais, quanto nas formas se sentir, de perceber, de se interessar, de imaginar e de pensar a realidade e suas relações.

Com base nos elementos materiais de tais diferenças expressas na obra, na família burguesa latifundiária de Alfredo, verifica-se a predominância da figura de seu pai rígido, que coloca sua mulher e os filhos em condição de submissão à sua autoridade

e ao seu poder extremo, exercendo o papel de patrão inclusive nas relações familiares, uma vez que sempre deixa claro seu grande poder sobre os que o circundam.

Isso se evidencia quando o avô de Alfredo, já mais idoso e com uma condição mental debilitada, como falta de memória e confusão mental, mostra para o neto a espingarda que guarda em sua sala quando o menino veio lhe trazer o almoço. O pai de Alfredo exige que o filho leve o almoço do avô e volte bem rapidamente para que se sente a mesa e almoce junto aos pais. Alfredo demora a voltar e seu pai vai buscá-lo e se surpreende com a cena do seu pai e Alfredo se divertindo em uma encenação na qual estariam atirando.

Quando o pai de Alfredo chama a atenção dos dois, no entanto, estes fingem que vão atirar nele, como uma forma de descontração, e, assim, ele fica zangado com os dois, arrasta Alfredo até a sala de jantar, mas antes de levá-lo, ocorre um momento em que o avô de Alfredo dá um chute em seu filho, pai de Alfredo, enquanto este, ao mesmo tempo, bate no garoto. O avô de Alfredo depois disso se mostra abatido e infeliz com a relação com seu filho que não o respeita, sendo que um ofende o outro.

Nesta realidade familiar, observa-se o esvaziamento afetivo em três gerações de pais e filhos nas quais o mais velho, avô de Alfredo, dono de grande fortuna, além de apresentar conflito nas relações familiares, se vê insatisfeito com o processo de modernização da produção agrícola e se depara em uma condição de isolamento e se expressa em relação ao filho da seguinte forma: “Há um oceano entre nós. Entre mim e todos vocês. Um oceano! Fale, fale! Ele compra máquinas, quando está tudo ruindo. Vai gastar o rabo naquela debulhadora, Sr. Modernista!”.

O avô de Alfredo evidencia um forte sofrimento que se transforma em perturbações mentais como o isolamento da família e atitudes que demonstram que se sente perseguido e profundamente frustrado com os negócios financeiros, fator que resume sua própria vida. Desse modo, o mesmo demonstra falta de sentido de vida, uma vez que não se adapta aos novos processos industriais de produção, e, diante disso, podemos nos fundamentar em Leontiev (1983) com base em sua teoria da atividade humana que propõe que no processo da objetivação da existência, quando há a fragmentação entre a atividade humana e o seu significado social, ocorre a alienação, gerando sofrimento mental e processos psicopatológicos.

Neste entendimento, Silva (2011) propõe, como já apresentado, que as psicopatologias, ou seja, as doenças mentais, estão relacionadas com a desintegração das funções psicológicas superiores às emoções, ou mesmo à reversão ou a não formação dessas funções em união com as emoções, produzindo a fragmentação ou a não formação da consciência.

Os sentimentos como sendo uma formação psicológica da relação ativa do homem enquanto produtor de sentidos à sua singularidade ante as determinações do meio externo expressam as características de sua individualidade dentro das condições de sociabilidade no qual se encontra (Martins, 2004).

Assim sendo, o avô de Alfredo, sujeito produto/produtor do meio ao qual pertence construiu um sentido de vida voltado estrita e exclusivamente ao acúmulo de bens e às suas aquisições materiais, demonstrando ter nutrido mais apreço a sua riqueza do que aos que convivem com ele, e, assim, ele próprio ensinou seu filho a supervalorizar os negócios da família do que se unirem ou formarem um vínculo afetivo, evidenciando-se que este aspecto é pouco desenvolvido neste espaço familiar. Com o isolamento dos afetos e das emoções, conforme Silva (2011), de sua atividade de trabalho, a prática do avô de Alfredo se restringe aos motivos externos a ele próprio caracterizando a alienação, e quando ocorrem modificações no cenário social de trabalho, como a modernização dos instrumentos agrícolas, ele se desespera e deixa de ver sentido em sua vida.

Em pouco tempo o avô de Alfredo decide se suicidar no local onde as vacas são ordenhadas em sua propriedade. O pai de Alfredo, ao se deparar com o suicídio de seu pai, toma como maior preocupação a busca em falsificar a documentação através da qual transfere toda a herança deixada por este para seu nome, demonstrando que seu interesse maior está no dinheiro em detrimento do pai, assim como está em detrimento das relações em geral.

Na família de Alfredo se observa uma relação distinta com o trabalho, sendo que a função do patrão se dá em administrar o lucro, os trabalhadores e a propriedade como um todo, sem contato direto com a atividade laboral. Como exemplo, uma cena que mostra tal contraste das atividades distintas vividas pelo camponês e pelo patrão é apresentada pelo avô de Olmo quando o avô de Alfredo se suicida no local onde as vacas são ordenhadas, e ele fala da falta de envolvimento do seu ex-patrão com o trabalho em sua própria terra.

Perante a amargura e angústia travadas na vida sem sentido, mesmo sendo a de um rico patrão, que termina a vida com o suicídio, o velho trabalhador, avô de Olmo, diz que: “talvez a verdade seja que quando um homem não faz nada a vida inteira, tenha muito tempo para pensar; e de tanto pensar fica senil”. Esta fala do avô de Olmo remete-se à essência da atividade do trabalho cujo exercício não só é fundamental para a organização da sociedade, mas para o desenvolvimento do homem em sua prática individual, através do qual este transforma e é transformado dialeticamente pelas construções historicamente estabelecidas pelas forças produtivas.

Tal expressão indica que no processo de acúmulo de capital por parte de uma classe dominante, que detém os meios de produção, a atividade do trabalho é menosprezada pelos indivíduos que exercem o poder econômico sobre os outros homens, pertencentes às classes exploradas, os quais trabalham e, portanto, produzem pelos primeiros, conforme Marx (1981).

Este evento também manifesta a falta de envolvimento entre os membros da família dos patrões pela forte presença do pensamento individualista, que diz respeito a um processo alienante da formação da personalidade, de acordo com Martins (2004). Com base nisso, Alfredo é uma criança que incorpora aos poucos, ao longo do seu desenvolvimento, a identidade de proprietário e dono não só das terras, mas de tudo o que seus olhos alcançam.

Já no âmbito familiar de Olmo, constituído pelos empregados trabalhadores do campo, encontra-se uma união e uma coletivização maior entre as famílias que trabalham juntas. Além disso, o avô de Olmo o ajuda a se identificar com sua condição de trabalhador, com um tom de orgulho e força, para conseguir sustentar sua família no futuro e a criar uma consciência de coletividade pelo trabalho.

Esta condição de sociabilidade familiar de Olmo, estruturada pela atividade do trabalho, pode também ser analisada segundo a teoria da atividade humana de Leontiev (1983) que entende que por meio do trabalho o homem busca suprir suas necessidades em uma relação transformadora com a realidade, com o “outro” e consigo mesmo. Nesta perspectiva, a partir do trabalho o homem age intencionalmente sobre a natureza se apropriando das conquistas historicamente promovidas pelas outras gerações e modificando e complexificando as mesmas em uma relação contínua e continuada da história (Marx, 1981).

Nesta relação o indivíduo estabelece sentido pessoal aos motivos que geram sua atividade no mundo em consonância com seu significado social. Com base na Psicologia Histórico-Cultural a relação plena entre indivíduo e trabalho é necessária à humanização do homem, o que, no entanto, não diz respeito à realidade social do trabalho da família de Olmo, uma vez que a força de trabalho de seus membros é explorada na relação produtiva capitalista consolidada neste cenário sócio histórico retratado na obra, exprimindo o intenso trabalho dos camponeses junto ao avanço de suas más condições de vida, miséria e fome e o enriquecimento dos latifundiários que não trabalham.

Neste contexto, os embates econômicos e sociais começam a assolar o cenário global, deflagrando-se uma crise financeira, que resulta em uma exploração maior do proprietário sobre os camponeses, os quais começam a compartilhar as ideias grevistas perpetuadas pelo avanço do socialismo e da união de sindicatos e trabalhadores espalhados por toda Europa, manifesta, sobretudo, na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), com a tomada do poder pelo partido Socialista de Lênin (Hobsbawm, 1995).

Para os dois jovens, Olmo e Alfredo, estas diferenças e o próprio contexto não são compreendidos no plano da consciência; é com o tempo que suas contradições vão se colocando por meio de posicionamentos políticos e ideológicos primeiramente para Olmo, uma vez que é na atividade do trabalho, enquanto mediador universal segundo Engels (1986), que este vivencia a realidade objetivada nas condições gerais da produção da existência e suas possibilidades de subsistência em particular.

Enquanto Olmo vai para a guerra, Alfredo é obrigado pelo seu pai a continuar em casa a viver uma vida de conforto e privilégios. Assim, ao retornar da guerra, Olmo volta a trabalhar como camponês, junto de sua família na antiga propriedade, onde se depara com um cenário de penúria entre os trabalhadores, resultante do agravamento da crise financeira deste período, diante da qual os patrões buscavam diminuir gastos com os empregados, reduzindo ao máximo seus salários e expulsando-os de seus postos de trabalho, o que significava muitas vezes a própria moradia, sendo que a maioria dos trabalhadores do campo moravam nas terras dos patrões.

Nesse contexto de regresso, Olmo se encontra com Alfredo. Os dois antigos amigos restituem a relação amistosa que tinham e passam por algumas situações juntos, que, porém, expressam formas de vivenciar as mesmas circunstâncias de maneira

claramente oposta, uma vez que seus motivos e forma de pensamento partem de realidades contrárias.

Isso se evidencia quando os dois saem juntos e andam pela cidade até chegaram a um vilarejo, cujos moradores são pessoas pobres, empregados e desempregados. Alfredo oferece ajuda a uma jovem para carregar um cesto de roupa até sua casa e chama Olmo para também ajudar. Ao entrar dentro da casa da jovem, Alfredo visualiza um licor e diz que gostaria de tomar, e tira todo o dinheiro que tem no bolso colocando-o em cima de um móvel e diz que irá pagar muito bem pelo licor. Olmo se irrita com a atitude de Alfredo, mandando-o guardar seu dinheiro, imaginando que a jovem iria se ofender, porém, ela demonstra que necessita do dinheiro e o guarda dentro de uma gaveta.

Assim, a jovem enche dois copos de licor e diz que não irá beber, porque o álcool lhe faria mal. Então, Alfredo diz que se ela não for beber terá de se despir. A jovem aceita e, enquanto ela entra em seu quarto, os dois travam o seguinte diálogo:

Alfredo: “Viu? Eu sabia que era uma puta”.

Olmo: “Não é, apenas precisa de dinheiro”.

Alfredo: “Se não fosse, não aceitaria o meu dinheiro”.

Olmo: “É o teu dinheiro que a torna uma puta”.

Alfredo: “Seja como for, ela me deixou sem nada”.

Mais tarde, os três estão deitados na cama da jovem e Alfredo, insistentemente, a faz tomar o licor, mesmo com ela dizendo que iria lhe fazer mal. Em poucos minutos ela sofre uma crise epilética, os dois ficam desesperados e Alfredo decide fugir. Olmo tenta ajudar a jovem e manda Alfredo chamar alguém e este vai até a porta e pede para uma velha senhora vizinha que estava lá fora para ajudar. Quando a senhora chega até o quarto, Olmo está muito assustado e diz que não fizeram nada, e ela diz que a jovem não deveria beber. Olmo parece abalado e quando sai do quarto, percebe que Alfredo já tinha ido embora e teria o abandonado naquela situação, demonstrando não se importar com o ocorrido.

Neste ponto se observa, inclusive, que a postura e os valores dos dois diante da relação com o dinheiro é visivelmente distinta na medida em que Alfredo associa uma relação de poder ao dinheiro, articulando de antemão que aquela mulher se submeteria de qualquer forma ao seu dinheiro, enquanto Olmo compreende que o que a fez se

submeter ao dinheiro de Alfredo foi sua condição de pobreza, ou seja, o próprio dinheiro a coloca naquela situação.

As contradições de valores e ideais entre os dois amigos passam a se despontar, cada vez mais, na mesma medida em que as crises sociais e econômicas intensificam-se, com o surgimento das ideias fascistas na Itália, com a resistência dos empregados e dos grupos sociais que defendem os direitos do segmento mais pobre da sociedade. Os empregados da propriedade da família de Alfredo sentem-se explorados, inclusive Olmo, os quais resistem à imposição do patrão que, compartilhando dos ideais totalitários fascistas, decide se apoiar no uso da força militar para forçar a expulsão dos trabalhadores de suas terras sem direito a nada.

Os trabalhadores são coagidos pela força militar para irem embora sem o pagamento que lhe era de direito, nem aviso prévio. Isso vai instalando um cenário extremamente conflitivo, expresso pela revolta das camadas mais pobres, enquanto que a maioria dos latifundiários buscam manter seu estilo de vida luxuoso a todo custo, acreditando que quem deve pagar pela crise são aqueles considerados rebeldes, que compartilham de ideais socialistas.

Compete analisar a fragilidade política e econômica em que grande parte dos países europeus se depara com o término da primeira guerra. De acordo com Hobsbawm (1995), as décadas de 1920 e 1930 caracterizam-se por um cenário de vulnerabilidade política, na qual as democracias liberais enfraquecem-se, implicando no avanço de ideologias antiliberais. No caso da Itália, temos a ascensão do fascismo de Mussolini, derrubando a Monarquia Parlamentar da época, entre os anos de 1920 e 1922, através da conquista da elite, cujos interesses são garantidos pelo regime fascista.

O socialismo, como bem é retratado na obra, ganhou força com a luta e a tomada de consciência dos trabalhadores em sua condição histórica, que ligava toda a família e as famílias entre si, em uma sociabilidade maior e de compartilhamento de objetivos coletivos, passando a formar sindicatos em luta não só pelos seus direitos sociais, mas pela transformação da sociedade e do estado das coisas.

O fascismo, bem demonstrado também, é um movimento nacionalista gerado por um grupo na Itália, e outros países da Europa, pós-primeira guerra, que defendia a imposição de uma ordem nacional por meio de um regime totalitário que, segundo Hobsbawm (1995), se organizou em meio à onda de abalo e instabilidade provocada

pela crise financeira e política do continente e, sobretudo, como reação às ideias socialistas propagadas pela classe operária, que se unia cada vez mais na prática de resistência à exploração que sofriam.

Assim, o avanço fascista é retratado pela vivência das diferentes famílias que se uniam e defendiam seus ideais. Partindo da crença da elite, Alfredo passou a representar esta camada da sociedade pelo seu poder financeiro que tanto se apoiava pela força estatal como por um discurso “cristão” conservador. Esse posicionamento contava com encontros constantes entre os grandes latifundiários e os donos do capital, que combinavam um sistema integrado pelo nacionalismo exacerbado e o anticomunismo, nos quais Alfredo passou a fazer parte após a morte de seu pai e quando, finalmente, tomou posse de toda sua herança.

A relação com a herança, garantida pelo passar das gerações, na família, propaga também sentimentos e atitudes, por parte dos beneficiados, como Alfredo, que prioriza a manutenção de privilégios dando continuidade a essa estrutura familiar e que, no caso do personagem, se tornou semelhante, em termos de caráter, ao seu pai e a seu avô depois de herdar toda riqueza da família.

Frente a isso, as famílias dos proletários e camponeses, como as de Olmo, lutavam de forma unida e dividiam não só o trabalho, mas todo o ganho, como o alimento, partilhando de uma concepção social específica por meio do trabalho, a qual ligava os indivíduos entre si, contribuindo para a manifestação de uma narrativa cheia de significado profundo de revolta frente àquela realidade de extrema miséria e exploração.

O cenário social deste período configurava os sinais da crise capitalista que as relações burguesas seguiram até a Segunda Guerra Mundial. De forma geral, como descreve Hobsbawm (1995), a primeira metade do século XX contou com transformações sociais reiteradas por acontecimentos históricos que geraram consequências profundas e avassaladoras na sociedade, como a Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão de 1929, a formação e imposição do movimento fascista e nazista como bandeira nacional, a construção do Estado Socialista Russo (URSS) e a Segunda Guerra Mundial.

As primeiras cenas de confronto e violência apontadas no início do filme referem-se ao desfecho protagonizado pelos empregados das terras da família de

Alfredo, que o pegaram a força e o fizeram de refém, mataram o capataz das terras e sua companheira, que era prima de Alfredo, a qual se juntou ao capataz no intuito de conquistar poder e riqueza, criando planos e praticando diversos atos de violência e homicídio contra inocentes, em nome da bandeira fascista.

Neste contexto, o fascismo havia sido vencido e as lutas organizadas e sindicalizadas pelos trabalhadores haviam avançado. Alfredo foi pego pelos seus antigos empregados e Olmo convocou uma espécie de julgamento popular contra Alfredo, por meio do qual todos puderam julgá-lo pelos atos injustos cometidos contra os empregados. No final do processo contra Alfredo, Olmo defende que ele não deve ser morto, porque ele seria uma prova viva de que a figura do patrão havia morrido. Apresenta-se o seguinte diálogo:

Alfredo: “Nunca fiz mal a ninguém”.

Olmo: “Agora, todos os patrões dizem isto. São hipócritas que quase acreditam nisso. Nunca fiz mal a ninguém. Por isso libertastes da prisão muitos delinquentes e aprisionastes os comunistas? Camaradas, essa é a verdade. Os fascistas não são como cogumelos que nascem da noite para o dia. Não! Foram os patrões que semearam os fascistas, quiseram-nos e mantiveram-nos. Com os fascistas patrões ganharam mais e mais, até já não saberem o que fazer ao dinheiro! Assim, inventaram a guerra. Mandaram-nos para a África, para a Rússia, para a Grécia, para a Albânia, para a Espanha...Mas quem paga somos sempre nós! O proletariado, os operários, os camponeses, os pobres!”

O povo ali presente comemora o fim do fascismo, associando a queda de Alfredo com a queda da exploração econômica sobre eles. Em seguida, chega ao local um veículo com diversos homens representantes de um comitê governamental chamado de “libertação nacional”, o qual é responsável por assegurar o fim do totalitarismo no país. Os homens em questão disseram que estavam representando a “todos”, tanto comunistas quanto liberais e democratas e, nesse caso, os indivíduos ali presentes deveriam entregar todas as armas de fogo que estavam em seu poder.

Assim o povo o fez, as armas foram entregues ao governo e, em poucos instantes, o local estava vazio, restando apenas Alfredo, Olmo e um garoto que ajudou na ‘captura’ de Alfredo. O garoto estava aos prantos, ao sentir que todo o esforço e empenho que vivenciara pelos ideais de revanche com os empregados haviam sido

esvaziados. Em seguida, Alfredo diz que “o patrão está vivo”, então, Olmo parte para cima de Alfredo e os dois começam a se debater, quase caindo, demonstrando, nitidamente, estarem sem forças de se agredirem. Essa briga entre os dois é transferida para imagens finais onde já estão muito velhos e ainda continuam brigando, nas últimas cenas Alfredo deita na linha do trem enquanto Olmo o assiste.

O objetivo de se analisar esta obra consiste na especificidade de seu conteúdo marcar e expressar as condições históricas e sociais como determinação das formas de pensamento dos homens, sendo tal relação retratada pelas condições de sociabilidade privada na família como produto da sociabilidade coletiva. Neste retrato, as condições referidas produzem os valores, as crenças e os interesses dos indivíduos, que dizem respeito a suas classes sociais, às representações sociais que foram construídas e influenciadas pela vida material.

A atividade do trabalho, então, é manifesta na obra como um instrumento social de desenvolvimento da existência, de organização das relações e também como um aspecto formador da identidade do homem. Neste cenário, os trabalhadores são apresentados dentro de suas lutas diárias pela busca de conquistarem melhores condições de vida e, nesse processo, ocorre um fortalecimento dos vínculos que se nutrem pelos valores coletivos de apoio mútuo e pelo exercício da própria força de trabalho.

Entretanto, o contexto histórico referido apresenta uma realidade social de miséria e exploração tão duramente enfrentada pela classe trabalhadora que as famílias pertencentes a esta camada da sociedade quase não conseguem vivenciar um projeto familiar que lhe permitiam o envolvimento pessoal efetivo, na medida em que as necessidades materiais e concretas de sobrevivência persistiam como entraves mais alarmantes a serem enfrentados.

As famílias das camadas mais pobres relacionavam-se sentimentalmente, porém, suas vivências eram mais marcadas pelas necessidades materiais do que pelo desenvolvimento pessoal, afetivo e psicológico dos indivíduos.

Por outro lado, pode-se analisar que na vivência doméstica das famílias das camadas mais abastadas da sociedade, sobretudo àquelas pertencentes a uma condição econômica consolidada pelo acúmulo do grande capital, colocadas na condição de proprietárias e empregadoras, ainda prevalecem os valores pautados nas relações da

conveniência e do *status*, enfatizando-se um processo no qual os indivíduos, neste contexto social, como no caso de Alfredo, voltam seus interesses à satisfação pessoal de forma hedonista, descompromissada com o trabalho ou com qualquer outra atividade que não lhe forneça prazer.

Referindo-se a este processo, Ferry (2010) chama a atenção para os antagonismos culturais decorrentes do sistema capitalista, expressivos por meio da conduta do homem como propagador deste sistema sua relação com o capital. O autor retoma, em estudos da área da sociologia, a identificação de três momentos específicos do capitalismo que demonstram mudanças na subjetividade, expressas na forma de ser e de agir, do homem capitalista.

Ferry (2010) coloca que, na primeira fase, os princípios do capitalismo clássico, em suas características iniciais, se baseavam em uma forma de ascetismo praticado pelo homem, que tinha como preocupação maior o acúmulo do capital e, em torno disso, preservava a moral ascética consagrada pela disciplina e esforço. Desse modo, o autor afirma que a finalidade dos ganhos e lucros voltava-se para um indefinido reinvestimento acumulativo do capital, enfatizando que “naquele tempo o capitalista era tudo menos alguém que gozava a vida” (Ferry, 2007, p. 79).

Já a segunda fase é marcada por inovações maiores no plano cultural, ocorridas entre o final do séc. XIX e a década de 1930, sobretudo, pela arte moderna e pelas relações de trabalho tanto no campo empresarial como fora dele, quando se passou a revigorar uma defesa pela ruptura das tradições e valores coletivos, sendo que a antiga postura do homem capitalista continua a ser conservadora no plano ético, porém em suas relações profissionais e sociais passa a se tornar um inovador compulsório refletindo uma “ideologia exacerbada da ruptura com a tradição, gerando um verdadeiro culto do novo e do inesperado (...)” (Ferry, 2007, p. 80).

Tais desdobramentos das relações capitalistas, para o autor, chegam sua terceira fase ante os esgotamentos e colapsos financeiros após a década de 1930, com um movimento cultural conhecido como pós-modernismo, constituído, inicialmente, pela ânsia de produção de mercadorias e inovação de condutas, que rompem drasticamente com os antigos valores, de forma exacerbada com um fim em si mesmo.

Este processo se expressa pela formação da subjetividade do homem capitalista deste período que, embora permaneça conservador na esfera moral, passa a exercer uma

prática hedonista em suas relações, tanto na vida privada quanto na pública, sendo profundamente contrário ao velho ascetismo que supervalorizava o trabalho e o esforço em prol de uma premissa voltada ao “gozar a vida” de acordo com Ferry (2007). Assim, estes ideais,

[...] deram fim ao ascetismo do primeiro período do capitalismo e abriram, desse modo, o caminho para uma cultura hedonista do consumo e, depois, do hiperconsumo, dentro da qual tudo, inclusive a cultura, a escola, a política e a religião, tornou-se mercadoria em potencial (p. 81).

Diante disso, observa-se que o meio social influencia a produção de relações potencialmente individualistas. Este processo histórico que emerge na consolidação do capitalismo em suas distintas fases demonstra formas econômicas refletidas nas relações sociais, produzindo, no plano simbólico, incorporado nas vivências familiares, não as condições do desenvolvimento afetivo e da humanização dos sentidos, mas de uma supervalorização do “eu” em detrimento do “outro”. Assim, este movimento torna-se característico da sociedade capitalista até os nossos dias, pois será mais aprofundado ao longo das décadas da contemporaneidade.

3.1.3. Os boas vidas

A obra “Os boas vidas”, do diretor Federico Fellini, apresenta um grupo de cinco jovens amigos, com idades entre 25 e 30 anos, que vivem em uma região litorânea da Itália, no início da década de 1950, e compartilham um estilo de vida comum marcado pela ociosidade, pelo divertimento noturno e pela desvalorização da atividade do trabalho.

O grupo de amigos referido é composto por Moraldo, Fausto, Alberto, Riccardo e Leopoldo, os quais passam seus dias em divertimento, pedindo dinheiro a seus familiares para manter seu estilo de vida boêmio e os encontros com mulheres, sem comprometimento. Assim, fazem uso do dinheiro dos familiares sem demonstrar planejamento de vida para o futuro.

A obra se inicia com uma comemoração na qual a irmã de Moraldo, Sandra, é eleita a jovem mais bonita da cidade e muitas pessoas estão presentes no evento para

prestigia-la, mas, nesta mesma noite ela sofre de um mal-estar e desmaia, descobrindo, logo mais tarde, que estaria grávida. O pai do filho de Sandra é Fausto, com o qual a jovem não tem um compromisso publicamente assumido e consistente, sendo que, diante da notícia, Fausto decide ir embora da cidade, mas é repreendido por seu pai que o força a se casar com Sandra, alegando que não quer desonrar a família da moça cujo pai é um “trabalhador esforçado e honrado”.

No entanto, Fausto não tem emprego e nem perspectiva de sustento de uma família, o que o leva a morar com a família de Sandra, mas, vale ressaltar que, embora naquele contexto ficasse a cargo do homem prover o sustento da esposa e filhos, Fausto assume a condição de pai e esposo, mas não se compromete em contribuir com o provimento do filho ou da família, direcionando esta função aos pais de Sandra. Assim, após o casamento, o casal vai passar a lua-de-mel em Roma e o grupo de amigos se reúne como de costume nas noites de divertimento e encontros de jogos e conversas.

Diante disso, partindo-se da Psicologia Histórico-Cultural, a atividade dominante do adulto, ou do jovem adulto, por assim dizerem referência ao indivíduo que passa pela idade de transição marcada pela adolescência, consiste no trabalho profissional em nossa cultura. Com base nos postulados vygotksyanos, com o fim do período de transição, que se caracteriza com a entrada da vida adulta, o indivíduo adquire uma bagagem emocional e psicológica mais enriquecida que a criança e o adolescente, justamente pelo acúmulo e complexidade de suas vivências com relação ao meio, e, assim, torna-se capaz de produzir uma condição de existência mais estável que nas etapas anteriores de vida por meio do trabalho profissional.

No entanto, a característica principal dos jovens retratados na obra se dá justamente pela desvalorização da atividade do trabalho e uma relação com a realidade reduzida à realização pessoal onde se prevalece as funções do instinto do que de funções psicológicas superiores e a consciência prevalecendo às funções elementares, o que nos remete a uma análise crítica e alegórica deste movimento psicológico com relação a vida infantil teorizada por Vygotsky (1996), período, inclusive, que o conteúdo das emoções e dos afetos ainda não são transformados em funções superiores e sentimentos complexos como a resiliência, o dolo ou mesmo o de responsabilidade.

Prosseguindo, então, neste horizonte, o narrador do filme expressa a seguinte frase em relação ao grupo de amigos que seguem, durante a madrugada, para suas respectivas casas: “E agora? É, mais um dia que se vai. Só nos resta voltar para a

casa”. Em seguida, o mesmo descreve os membros do grupo: “Alberto mora com a irmã e a mãe. Ela sempre o espera. Riccardo toda noite percebe que está engordando. Leopoldo após o jantar começa a escrever a sua nova comédia. Põe na vitrola o seu disco preferido: “ Voa na noite”. Com a caneta faz um triângulo. Imagina seus personagens. Como todas as noites nas ruas desertas resta só Moraldo”.

As palavras do narrador junto às cenas dos jovens retratados expressa o sentimento de marasmo e falta de perspectiva no dia-a-dia dos mesmos que se repete passivamente pela nulidade de qualquer atividade social. Podemos conferir a este contexto a não conscientização dos jovens personagens sobre a realidade circundante e sobre si mesmos por apresentarem-se imersos a relações cujo único e exclusivo objetivo é a satisfação imediata, ou seja, sem mediação simbólica, de suas vontades, assinalando-se a alienação (Leontiev, 1983).

Não obstante, este processo é resultante das relações promovidas no próprio meio em que vivem e suas práticas socioeducacionais, sobretudo na família, lembrando-se, pois, que de acordo com Vygotsky (1996), o homem adulto pode desenvolver os processos imaginários e uma capacidade de criação que lhe permitem abstrair a realidade imediata e mentalizar pelas dimensões do simbólico outras situações, entretanto, essa condição é desenvolvida, como já analisado, com a internalização do conteúdo cultural numa relação de transformação das funções elementares em funções superiores, na humanização dos sentidos transformados em sentimentos complexos.

O que se compreende, portanto, é que a obra nos apresenta, por meio de uma geração de jovens, um cenário social onde os indivíduos, ao começar nas relações familiares, procuram contentar eminentemente os interesses de ordem individuais, e nesse critério, significa inclusive reduzir o campo de zelo ao momento imediato, e não mais a preocupação com as próximas gerações ou com o desenvolvimento de alguma causa coletiva, histórica ou política, configurando, assim, o eufemismo das relações neste período qualificado à luz do contexto da pós-modernidade (Ferry, 2010).

Como uma forma de avanço a essa condição de não-consciência das relações dos jovens retratados, uma das cenas seguintes é a de Moraldo, caracterizado como um sujeito introspectivo que muitas vezes vaga pelas ruas durante a madrugada refletindo sobre a vida. Em uma dessas ocasiões ele encontra com um garoto, às três da manhã, que vai trabalhar na ferrovia e fica bastante impressionado com o jovem, justamente por

acordar para trabalhar tão cedo. Este encontro parece mobilizar internamente Moraldo por ficar um tempo a refletir sobre a condição do jovem trabalhador.

Enquanto Alberto aparece constantemente pedindo dinheiro emprestado à irmã, a qual sustenta ele e a mãe e enfrenta a repreensão dele quando o mesmo descobre que ela mantém um caso amoroso com um homem casado. Com o passar dos dias caracterizados pelo marasmo, Fausto e Sandra voltam da lua-de-mel e o pai de Sandra consegue um emprego para Fausto em uma loja de artigos religiosos. Fausto demonstra não gostar da condição de ter que trabalhar, sobretudo no momento em que é visto pelo grupo de amigos, sentindo-se, assim, envergonhado enquanto eles o zombam por estar trabalhando ao invés de poder desfrutar de tempo livre e diversão com eles.

No final do expediente, Sandra busca o marido, e este a convida para irem juntos ao cinema. Durante o filme Sandra comenta com Fausto que seu pai gosta dele e que, segundo sua mãe, estaria pensando em construir um segundo andar na casa onde moram para que eles possam continuar vivendo com sua família, ao invés de procurarem outra casa.

Durante o filme, Fausto se interessa por uma mulher que está sentada a seu lado direito e, mesmo com Sandra sentada a sua esquerda, ele aproxima seus pés com os pés da mulher desconhecida e, então, esta decide sair do cinema e Fausto vai atrás dela, pedindo que Sandra o espere ali. Fausto segue a mulher e a surpreende na porta de sua casa, ela entra e ele força a porta para abrir e entrar junto com ela.

Fausto consegue entrar e beija a moça, a qual pede que ele vá embora e o deixa sozinho, então Fausto volta para o cinema com uma expressão de satisfação, mas encontra com Sandra no caminho e esta o interroga perguntando onde ele estava. O marido inventa uma desculpa de que havia seguido um amigo que viu indo embora do cinema. Sandra fica triste, mas acaba acreditando nas palavras de Fausto e os dois seguem para a casa.

Esta atitude de Fausto passa a se tornar rotineira em sua vida de casado, e suas práticas expressam a análise feita sobre as relações alienantes expressas na obra, sendo que o sujeito segue o instinto imediato sem pensar em riscos ou consequências e esse cenário assinala o conceito de “individualidade em-si” de Duarte (1993) a respeito do não desenvolvimento da consciência no processo de formação da personalidade do sujeito.

A título de exemplo, as cenas seguintes apresenta a festa de carnaval, momento no qual as pessoas aparecem em um clube se divertindo e bebendo, e neste local Fausto encontra com a mulher de seu patrão e fica interessado por ela. Além disso, no final desta noite, Alberto fica extremamente bêbado e Moraldo insiste em leva-lo para casa, sendo que o amigo não consegue andar direito de tão embriagado que está. Quando Alberto chega bêbado em sua casa com a companhia de Moraldo, sua irmã vem ao seu encontro dizendo que o esperava pra se despedir e o homem com o qual ela mantinha um relacionamento a estava esperando para levá-la embora, mas, Alberto demora a compreender que sua irmã estaria indo embora para sempre. Quando sua irmã se vai, Alberto percebe o que houve e vai conversar com sua mãe, que está aos prantos, então, ele, bêbado, resolve prometer à mãe que encontrará um emprego.

Assim, de uma maneira geral, podemos conferir que as exigências ético-morais advindas do meio em relação ao comportamento e as práticas dos jovens nesse contexto, limitam-se a problemas situacionais como a exigência de se conseguir um emprego quando a renda da família acaba, ou a realização de um casamento como solução remediada frente a uma geração indesejada de um filho. Além das circunstâncias extremas que acometem as situações do meio, residido predominantemente na sociabilidade familiar, este cenário social, expressivo pelas relações conjugais e filiais, reflete o processo de construção da subjetividade contemporânea baseada no individualismo e nas relações alienantes reiteradas naquilo que Duarte (1993) chamou de “individualidade em-si”.

Baseando-se nesta proposta de Duarte (1993), levantada na análise acerca da formação da personalidade do homem contemporâneo, o autor tece seu entendimento de que a individualidade integral do ser social se forma pela apropriação do gênero humano pelo indivíduo e a objetivação deste conteúdo interiorizado e transformado no plano das vivências, junto à constituição da consciência e, assim, na produção de sua singularidade. Para Duarte (1993), então, tal movimento se define pela atividade humana consciente, a qual é parte da generacidade humana que produz a singularidade do homem, resultando no que o autor chamou de “individualidade para-si”.

Em antagonismo com a tomada de consciência, concernente à não diferenciação entre particularidade e generacidade, ou seja, a não construção de uma “individualidade para-si”, como uma particularidade não formada pela não-consciência de “si mesmo”, o autor denomina de “individualidade em-si”.

Desse modo, a fragmentação e o distanciamento entre o conteúdo socialmente adquirido pelo gênero humano e aquilo que é objetivado na prática individual rompem, segundo Martins (2004), a tomada de consciência dos sujeitos e, como podemos retratar os jovens adultos da obra *As Boas Vidas*, observa-se nestes as contradições motivacionais que nula ou isolam as ações deste no Mundo.

Restando, nesta perspectiva, o predomínio de mecanismos psicológicos pautados mais por funções adaptativas do que humanizadas, em vez que, a humanização, como vimos, requer a superação das funções elementares em funções sociais, próprias da espécie humana (Leontiev, 2004).

Em meio a isso, Fausto tenta conquistar a esposa de seu patrão, a qual trabalha junto com ele e o marido na loja. A mulher, no entanto, não se deixa levar pela sedução de Fausto e conta para o marido. Assim, no final do expediente, o chefe de Fausto o convida para uma suposta comemoração em sua casa para celebrar o aniversário de casamento dele e sua esposa, mas tal evento foi apenas um pretexto para encurralar Fausto e despedi-lo.

Depois de tal situação Fausto diz à Moraldo que foi demitido porque a mulher de seu patrão havia se apaixonado por ele e ele não quis se envolver com ela, então, o cunhado afirma que Fausto tivera sido demitido sem justa causa e sem aviso prévio, o que significaria uma forma de roubo. Então, Fausto decide roubar uma estátua cara, que seria uma espécie de antiguidade, da loja onde trabalhava, para compensar a suposta injustiça que sofrera. Moraldo não concorda com o roubo, mas Fausto o convence dizendo que ele precisa de dinheiro para sustentar sua família.

Após o roubo, Fausto e o cunhado não conseguem vender a antiguidade, andam por toda a região na tentativa de vendê-la para instituições religiosas até que foram descobertos e a polícia avisou ao pai de Moraldo, que soube de toda a história de Fausto pelo antigo patrão, inclusive o motivo verdadeiro de sua demissão, e chegou furioso em casa desmascarando Fausto para a filha.

Sandra corre para o quarto aos prantos e Moraldo vai consolá-la dizendo que o cunhado é inocente, pois, sabia que a culpa da demissão de Fausto era da mulher de seu patrão. Então, Sandra se reconcilia com o marido e os sogros também acabam perdendo-o.

Perante o nascimento do filho de Fausto e Sandra, todos da família ficam encantados com o bebê, Moraldinho, ao ponto de não se preocuparem com a ociosidade de Fausto nas primeiras semanas que marcaram a chegada da criança.

Entretanto, o clima de encantamento pelo bebê é abalado quando Fausto decide acompanhar seu grupo de amigos até o teatro, sendo este evento um momento pelo qual Leopoldo aguardava ansiosamente, devido ao fato de que naquela noite se apresentaria o ator que este último mais admirava. Além disso, Leopoldo havia enviado ao contemplado ator um texto de sua autoria para que este o analisasse e, assim, dissesse a seu fã se teria gostado. Leopoldo aguardou ansiosamente o final da apresentação e foi com seus amigos, incluindo Fausto, no camarim da peça.

Leopoldo conversou um pouco com o ator e este lhe prometeu que falaria sobre seu texto mais tarde, então, eles decidiram se reunir em uma espécie de bar do teatro junto com as dançarinas que participavam da peça. Os amigos de Leopoldo se empolgaram com as dançarinas, sobretudo Fausto, que se interessou por uma delas e investiu em conquistá-la, chegando a dormir com a moça.

Já Leopoldo assustou-se ao desconfiar que o admirado ator fosse homossexual e que este estaria mais interessado em se relacionar com ele do que em falar sobre seu texto especificamente, então Leopoldo sai correndo e deixa o ator sozinho.

No fim da noite Moraldo aguarda Fausto e discute com o cunhado por ele ter traído sua irmã, mas este não aceita as críticas de Moraldo e diz que pretende mudar de cidade. No entanto, Sandra, revoltada por seu marido passar a madrugada fora de casa com os amigos, foge no dia seguinte com o bebê e, diante do sumiço de Sandra, Fausto passa o dia angustiado a sua procura, e consegue ajuda de seus amigos boêmios para procurar a esposa.

No fim do dia Fausto se desespera por não encontrar a mulher e o filho, vai até a loja do seu antigo patrão e chora dizendo que Sandra havia sumido, então, este o acompanha até a casa de seu pai, onde Sandra estava hospedada. Porém, o pai de Fausto quando o vê lhe tranca no quarto e lhe dá uma surra de cinta, enquanto isso Sandra chora sentindo pena do marido, mas o antigo patrão de Fausto insiste em não deixar Sandra interromper a surra que Fausto está levando, e, muito satisfeito em ver Fausto apanhar, antes de ir embora cumprimenta o pai de Fausto dizendo estar “honradíssimo”.

Sandra e Fausto, após o ocorrido, se reconciliam e voltam juntos para a casa. Como desfecho deste cenário, Moraldo, insatisfeito com a vida que levava, parte da cidade com destino à Roma e, na estação de trem, antes de partir, encontra novamente o garoto que conheceu quando ele estava caminhando até o seu local de trabalho durante uma das madrugadas rotineiras nas quais Moraldo vagava pelas ruas da cidade.

As últimas cenas retratam a partida de Moraldo em busca de outra realidade além do marasmo e do comodismo que vivia junto aos seus amigos, os quais continuaram a viver na mesma situação e aparecem nas imagens finais da obra dormindo em suas camas confortáveis.

Observa-se nas relações travadas na obra o esvaziamento de valores coletivos e historicamente construídos, pela nulidade quase total de comprometimento e envolvimento com o outro e com a sociedade, uma vez que estas vivências expressam apenas a busca pela satisfação individual. A crise dos valores vigentes é vivenciada neste momento como uma falta de direcionamento e alienação das relações.

Pode-se perceber que as relações, neste contexto, são produzidas por aspectos sociais que expressam uma fragilidade maior em relação a valores coletivos e ao envolvimento com o “outro”, cujo comportamento do indivíduo se restringe à contemplação das satisfações imediatas, sendo que suas vivências de reflexão e autocrítica partem de situações abruptas que se realizam no contato com a realidade concreta, como a perda do sustento financeiro ou a perda da família, como ocorreu com Fausto frente ao sumiço de Sandra e com Alberto quando se vê obrigado a prometer à sua mãe que procurará um emprego depois de perder a fonte de renda que era a irmã.

Em relação ao trabalho evidencia-se, pela postura dos membros do grupo de amigos, que há uma desvalorização sobre a atividade do trabalho pelos mais jovens, os quais, ao mesmo tempo em que não se apropriam de ideais tradicionais baseados em normas de conduta éticas sociais, constroem suas vivências com base nas suas necessidades imediatas repugnando qualquer esforço que lhes exija saírem da zona de conforto.

Nesse contexto, o trabalho aparece como uma atividade desmerecida nas camadas médias e altas e indicando-nos uma herança do pensamento das décadas anteriores nas quais os indivíduos pertencentes à parcela nobre da sociedade não precisavam trabalhar ao mesmo tempo em que podiam desfrutar dos benefícios da vida

material e privilégios das relações sociais. Neste ponto do movimento histórico compreende-se a intensificação das características anteriormente levantadas com relação à terceira fase de modificação do plano cultural no capitalismo proposto por Ferry (2007) na qual se verifica a formação de relações profundamente hedonistas.

Deve-se salientar que tais características, que são expressão da subjetividade contemporânea, distinguem-se de acordo com a posição que as famílias ocupam na estrutura da sociedade, sendo que o desprezo pela atividade do trabalho não se apresenta, de forma geral, por parte dos indivíduos pertencentes às camadas mais pobres, como já visto em 1900, uma vez que as necessidades básicas da vida material exigem que todos os membros da família trabalhem para garantirem sua manutenção e desenvolvimento.

Tal relação com o trabalho, influenciada pelas condições econômicas e sociais, mostrou-se como um fator de reflexão para o personagem Moraldo após se deparar com o garoto de 13 anos que sai durante madrugada para trabalhar e demonstra, aparentemente, estar satisfeito com sua condição. Pode-se analisar que este encontro afetou Moraldo e lhe mobilizou a necessidade de construir uma nova realidade para sua vida, o qual decide fazer isso indo embora daquele meio em que vive, explicitando que aquela forma de vida que levava faz parte das relações ali estabelecidas e não apenas de sua escolha individual. Tal movimento psicológico é compreendido a partir da análise de Duarte (1993) como uma de tomada de consciência relacionada ao processo de superação de uma “individualidade em-si” para o desenvolvimento de uma “individualidade para-si” por parte de Moraldo.

Assim sendo, compreende-se que o plano socioafetivo realizado pelas relações e pela valorização da convivência na promoção dos laços familiares nesta realidade retratada na obra de Fellinise fazem presentes, no entanto, elas existem e se exprimem predominantemente na condição de autorrealização e satisfação pessoal em primeiro plano. São verificadas, como tema central, as vivências de uma parcela da juventude burguesa deste período analisado que já pratica um forte rompimento com as antigas regras e princípios tradicionais, passando de um ideal conservador para uma espécie de liberdade pessoal extremada de cunho hedonista.

Neste panorama, a aspiração pelo prazer, pelo divertimento e o declínio de determinados valores sociais, não se limitam a parcela dos jovens, mas também preenche o cenário social dos homens adultos, uma vez que se observa na sociedade a

crescente busca pela realização pessoal no espaço do trabalho e na sociabilidade doméstica, baseada no individualismo e influenciada pela estrutura econômica com a intensificação das relações de consumo.

3.1.4. O Sorriso de Mona Lisa

Na obra “O sorriso de Mona Lisa”, do diretor, Mike Newell, o papel da mulher historicamente construído pela moral conservadora é questionado e enfrentado. No tema central esta ideologia é reiterada em um Colégio tradicionalista, Wellesley College, da cidade de Wellesley, no Massachusetts, em meados da década de 1950. Neste colégio estudam apenas mulheres da classe alta, tendo como objetivo central de sua formação o desenvolvimento do conhecimento com base em conteúdos clássicos, como a história da arte, e habilidades domésticas voltadas ao matrimônio e à constituição da família.

Há, portanto, a finalidade de utilização prática dos conhecimentos adquiridos pelas alunas em suas vidas domésticas, tornando-as as mais perfeitas e impecáveis possíveis, do ponto de vista do pensamento conservador. Em várias cenas é demonstrado que a avaliação final acerca da formação dessas mulheres se faz pelo próprio marido, o qual, submetendo a mulher a um valor utilitário, continua, nesta camada social, a manter sua posição de autoridade inalterada.

O conflito se manifesta quando chega uma professora nova, Katharine Watson, que teve uma formação liberal na Universidade de Berkeley, Califórnia, e passa a ministrar as aulas de História da Arte. Watson se depara com a realidade de Wellesley College, que atendia, sobretudo, mulheres da alta sociedade burguesa, que incorporavam a tarefa de reproduzir as tradições reiteradas no modelo da família nuclear e patriarcal.

A professora acaba conhecendo e se envolvendo com a trajetória de vida dessas alunas, que aprenderam, durante toda a vida, que tudo o que teriam que conquistar na vida estava no matrimônio.

A partir do conteúdo das suas aulas sobre a arte moderna, Watson levanta questionamentos sobre a subserviência que suas alunas e toda a classe de mulheres tem assumido. Vale ressaltar que a utilização da arte moderna como veículo de discussão

das questões sociais que colocavam a mulher numa condição submissa naquele contexto apresenta-se de forma apropriada, pois, como discute Cavazotti (2010), a arte moderna, como um produto do movimento modernista, vem como uma quebra dos valores conservadores do ideário burguês, a qual fomentou a uma grande parcela de homens e mulheres a realizarem a crítica sobre as formas pelas quais estavam balizados a estabelecerem suas vidas.

Os ideais compartilhados naquele colégio fundamentam-se na conservação do modelo de vida patriarcal e na reação a qualquer forma ou ideia diferente da ordem implicada na promessa de “família feliz”. Esta defesa é expressa na obra quando uma das professoras tradicionais de Wellesley defende em sua aula que mesmo que as alunas tirem nota máxima em sua disciplina, a “nota” que realmente valerá em suas vidas será aquela feita por seus maridos na relação doméstica, ou seja, o homem é quem avalia se a sua mulher exerce satisfatoriamente o seu papel social.

Dessa forma as primeiras aulas de Watson foram assistidas com forte teor de resistência por parte das alunas, as quais não aceitavam de início as ideias inovadoras baseadas na arte moderna. Assim como as alunas, grande parte dos colegas docentes e a própria direção de Wellesley consideravam Watson inadequada para lecionar nesta instituição, visto que todos priorizavam os padrões tradicionais da arte clássica.

Frente a este contexto é necessário retomar a teoria de Vygotsky (2001) a qual demonstra que a Arte consiste em uma ferramenta que possibilita a transformação histórico-cultural pelo homem. Partindo-se desta compreensão, retomamos que os processos criativos do homem, segundo o autor, referem-se a um movimento contínuo de apropriação e de transformação da cultura por meio do conteúdo artístico, ou seja, da humanização dos sentidos, caracterizando o homem como um ser “genérico particular” denominado por Barroco (2007).

Desse modo, as aulas de Arte da professora Watson, já com o intuito de provocar mudanças naquele contexto social vivenciado por ela e suas alunas, promoveram ao longo das aulas que seguem a obra reflexões e inquietações nas alunas que abriram um espaço socioeducacional de modificação das alunas e possibilidades destas criarem e pensarem novas condições de exercerem seus papéis sociais como mulheres.

Em oposição a tais mudanças, Betty, uma das alunas, cria forte aversão por Watson e passa a interferir nas aulas da professora produzindo um clima de embate com o intuito de manifestar a aversão que nutre pela professora. No entanto, a maior parte das alunas passam a refletir sobre as ideias que Watson traz naquele contexto, tendo como retrato expressivo disso a relação que estabelece com uma das alunas, Joan, que, embora tenha grande potencial para ingressar em uma das melhores Universidades do país, pretende se casar e apenas servir à família como se este fosse o único papel social que poderia cumprir em seu futuro.

Watson, então, aconselha e apoia sua aluna a entrar na Universidade mesmo tendo planos de se casar, isso faz com quem a aluna, mesmo não optando pelo caminho da formação superior, e sim apenas pelo casamento, a faz participar da seleção no curso de direito, sendo a provada, e também a influencia para uma postura mais libertária com relação a educação conservadora que teve durante toda sua vida na família e no colégio.

Em meio aos acontecimentos, Betty se casa, o que significa, naquele contexto, o alcance do ápice da vida de qualquer mulher, e isso a faz acreditar que é superior às colegas solteiras, ou mesmo à própria professora Watson, considerada por Betty como uma mulher rejeitada pelos homens por ainda ser solteira.

Junto a isso, Watson é advertida pela diretora de Wellesley sobre suas ideias liberais manifestadas durante as aulas, alegando que tem recebido telefonemas a respeito de seu trabalho e pede a professora que lecionem menos sobre a arte moderna para, assim, garantir sua permanência no colégio.

Betty passou a demonstrar que ela é a aluna que mais deseja a saída de Watson do colégio, nisso ela persegue a professora, denunciando-a a direção por agir, segundo ela, de forma imprudente com as alunas. Este fato é marcado, sobretudo, quando Betty descobre que Joan foi aceita para cursar direito em Yale e fica irritada com o fato de sua colega concorrer a uma vaga na Universidade, acreditando que ela estaria optando por um caminho errado, o que a faz repudiar ainda mais Watson por esta ter inspirado Joan em tal decisão.

Engels (2012) demonstra que as transformações sociais no processo de passagem da Pré-História para a Civilização basearam-se em modificações no plano político, econômico e cultural caracterizando a mudança histórica de uma sociedade matriarcal para o patriarcalismo cuja estrutura formou-se devido a supervalorização da

força de trabalho masculina e a desvalorização do trabalho e da função social da mulher. A posição do homem como proprietário da mulher e dos filhos como sinônimo de escravidão elencou a noção de família à propriedade privada, configurando, segundo um Engels (2012), a superioridade social do homem como o chefe da família patriarcal, com processo de acumulação de bens e riquezas, e a servidão e a lealdade feminina no lar como garantia de que os filhos gerados no matrimônio fossem legítimos herdeiros da propriedade do homem.

Esta passagem histórica se estrutura na sociedade Ocidental e se mantém como ordem basilar que significa a monogamia como um avanço social segundo Engels (2012), mas que origina, enquanto processo histórico-cultural, a inferioridade do papel social feminino frente ao papel dominante do homem. Neste entendimento, verifica-se que as mudanças encontradas na análise da presente obra apontam para a ruptura dessa forma de inferioridade da mulher como algo estaque das produções humanas, compreendendo-a como produto histórico e, assim, criando questionamentos e reflexões sobre possíveis mudanças.

No tocante a personagem de Betty observa-se a dificuldade particular dessa personagem diante das mudanças sociais em relação àquilo que ela sempre se baseou na construção de sua personalidade, cujo processo pode ser analisado dentro da perspectiva de Duarte (1993) em consonância ao que chamou de “individualidade em-si”, na medida em que Betty construiu o sentido de suas ações no mundo e principais atividades voltadas à motivos externos à ela mesma, baseadas em condutas à serviço de uma ideologia dominante sustentada nas relações aparentes e por conveniência, que foi deixado claro na obra quando a própria personagem diz que foi criada desde a infância para ser uma dona de casa e esposa “perfeita” aos olhos da sociedade.

Assim, as dificuldades de Betty em aceitar as ideias da professora intensificam-se quando ela passa a vivenciar a vida de casada devido ao fato de que a realidade do seu casamento não é nada parecida com a que ela sempre sonhou e esperou. Deve-se ressaltar que Betty teve uma criação bastante rígida, nos moldes conservadores, tendo como representação maior o papel de sua mãe, a qual decidiu, de maneira autoritária, todos os detalhes do seu casamento, demonstrando dominar as escolhas de Betty na direção de transmitir uma imagem de mulher ideal.

O marido de Betty, no entanto, não exerce o papel de marido que ela esperava, ao contrário, ele mantém-se distante da esposa, não manifesta afeto e não se envolve

com os planos familiares e ou projetos domésticos que Betty tenta organizar. Com o tempo ela percebe que não há um profundo sentimento entre ela e o marido, como ocorre com o relacionamento entre Joan e seu noivo, que é cheio de afetividade e planos de vida.

Betty passa a se irritar com o fato de seu marido estar sempre fora de casa e ter de viajar e sair em horários inoportunos, como durante a noite ou em meio a um jantar com os amigos, alegando ser viagens à trabalho.

Assim, com o intuito de denegrir a imagem de Watson, diante de sua frustração, Betty publica um artigo no jornal do colégio no qual escreve que: “As alunas de Wellesley casadas sabem como conciliar suas obrigações. É comum ouvirmos: consigo regar o frango com uma mão e escrever meu ensaio com a outra. Nossas mães se empregaram pelo país, mas nosso dever e obrigação é reassumir o nosso lugar no lar, criando os filhos que perpetuarão nossas tradições no futuro. Devemos ponderar por que Srta. Katherine Watson professora de História da Arte decidiu declarar guerra ao sagrado matrimônio. Sua doutrina subversiva e política encoraja nossas alunas a rejeitarem os papéis para os quais nasceram.”

Depois Watson vai até a sala de seu colega de trabalho, professor com o qual compartilha seus pensamentos e por quem expressa sentir atração, para desabafar sobre o corrido e, após conversarem sobre a situação daquele lugar onde vivem e trabalham, os dois passam a ter um relacionamento amoroso, o qual não é bem visto por outros professores e pela própria direção do colégio.

Após tais acontecimentos, uma das colegas da turma de Betty descobre que seu marido está traindo-a e, assim, compreende o porquê Betty age com frieza e agride verbalmente algumas pessoas, na mesma forma em que esta mesma colega foi alvo das injúrias de Betty quando conta ao grupo de amigas que teve um caso com um homem casado, sendo que Betty a insulta e depois desaba a chorar. Neste episódio, a colega de Betty em questão sabe que esta está sendo traída e tenta acalmá-la, e, então, Betty expressa que se sente frustrada com o marido que não lhe deseja.

A mãe de Betty a procura e tenta convencê-la a não “lavar a roupa suja em público”, ou seja, não expor às pessoas que foi traída pelo marido e continuar casada até que, com o tempo, o casal reconquiste um ao outro. No entanto, Betty está completamente desiludida com seu casamento e faz uso de uma alegoria sobre uma foto

do quadro “Mona Lisa”, de Leonardo Da Vinci, para se expressar, dizendo que embora Mona Lisa esteja sorrindo não quer dizer que ela esteja feliz, sendo que o que importa é a sua felicidade independente das aparências. As cenas em que Betty busca expressar-se por meio da obra de arte de DaVinci consistem no retrato da tomada de consciência da personagem em relação a si mesma frente aos papéis sociais que exercera ao longo de sua formação cujos motivos ligavam-se mais às relações ideológicas impostas pelo meio do que às suas vivências, evidenciando, em seu desenvolvimento, a não diferenciação de uma singularidade, ou seja, da construção da autoconsciência, conforme Martins (2004).

A partir dessas cenas há uma mudança na personalidade de Betty que é simbolizada pelo sorriso de Mona Lisa, e o processo de tomada de consciência pela personagem pode ser identificado pela formação de uma “individualidade para-si”, segundo Duarte (1993). Sendo assim, a primeira atitude tomada por Betty após tal mudança é romper o casamento, o qual foi consumado apenas por interesses externos e aparentes.

Estas mudanças, próximas ao fim do ano letivo, são acompanhadas por uma maior afeição das alunas pela professora Watson, no entanto, o conselho do colégio, longe de estar satisfeito com a postura inovadora da professora, lhe envia uma carta na qual a convida a continuar lecionando em Wellesley com algumas condições, as quais colocariam toda sua concepção de mudança ao papel da mulher na sociedade em cheque.

Nas condições de trabalho formuladas na carta exige-se que a professora, além de ter de se comprometer a se relacionar com seus colegas de trabalho de forma estritamente profissional, deveria submeter todo seu programa e plano de aula a uma avaliação antecipada pela direção, que se responsabiliza em manter as convicções clássicas e tradicionalistas do colégio.

Diante disso, Watson decide não mais prosseguir com seu trabalho em Wellesley, e expressa que parte do seu desejo em mudar o mundo diz respeito a um interesse pessoal seu, sendo que suas ideias de mudança se tornam inférteis quando as próprias pessoas não querem mudar, uma vez que tais decisões dependem de um contexto vivencial amplo e complexo que envolve o conteúdo dos afetos e das emoções.

Assim como ocorreu com Joan, a qual mesmo tendo condições de modificar sua forma de vida, escolhe se casar e buscar se realizar pessoalmente em um projeto

familiar apenas, o que, segundo ela mesma, tal decisão não significaria uma espécie de inferioridade intelectual, mas de escolhas que também correspondem aos interesses formados nas vivências afetivas construídas na sua história pessoal de vida, cujo conteúdo, de acordo com Toassa (2009), está diretamente relacionado com a estrutura da personalidade e com a formação das outras funções superiores.

Isso implica observar que as modificações acerca do papel social da mulher que são de ordem histórica e social não ocorrem por um processo simplista e dissociado de questionamentos, rupturas e contradições. As necessidades de transformação e, além disso, a produção de novos papéis que possam superar as velhas convicções requerem a possibilidade de objetivar na prática uma nova realidade ao longo do tempo e mantendo-se articulada às transformações da totalidade social, ou seja, com as outras instâncias da sociedade, uma vez que, por exemplo, as modificações do papel da mulher na família implicam, necessariamente, modificações em seu papel de mãe e esposa, refletindo também nos papéis de pai e marido, do homem.

A presente obra marca, acima de tudo, a ascensão do papel da mulher na sociedade e os entraves que esta categoria enfrentou para desenvolver ao longo de décadas do séc. XX e ainda no XXI a superação de ideais patriarcais e machistas em todas as esferas da sociedade.

No campo do trabalho constata-se que, até o período referido na obra, a mulher era considerada como um ser apto apenas a exercer atividades que se restringiam ao espaço doméstico, além de sua imagem ser associada à condição de pureza e amabilidade, como seres angelicais. Porém, pode-se refletir que tal paradigma não competia às mulheres das camadas mais pobres da sociedade, cujo meio social produz relações específicas que exigem que tanto homens quanto mulheres trabalhem.

Isso implica afirmar que o processo de idealização da imagem da mulher neste cenário refere-se a uma condição de vida material abastada na qual apenas o homem trabalha, e exerce papel de chefe de família, o que foi incorporado ideologicamente também pelas famílias das camadas mais pobres, embora possuíssem uma realidade socioeconômica de vida distinta, a moral burguesa numa relação de dominância exerce seu papel hegemônico, como proposto na primeira seção desta pesquisa, verificando-se a incorporação de seus valores e normas de conduta sobre as outras classes sociais. De forma geral, o papel social da mulher, em todas as camadas sociais, era pré-estabelecido de acordo com os seguintes princípios:

Já as mulheres definem-se pela dedicação ao marido e aos filhos; o objetivo principal de sua vida está nos outros, e por isso se veem com menos autonomia. Sua atuação caracteriza-se pelos aspectos emocionais, ao contrário dos maridos. Essas diferenças se apresentam em relação de contemporaneidade até mesmo no exercício do controle sobre os filhos [...]. Se a formação universitária é tida como necessária para os filhos, para as filhas tem o sentido de proporcionar *status* ao pai ou ao marido. Para elas, o diploma deve ser usado, como exercício profissional, apenas em caso de necessidade (Reis, 1984, p.120).

A presente obra marca, então, o enfrentamento que passou a ser promovido na sociedade contra um paradigma enraizado que colocava a mulher em uma condição passiva, ao passo que atuava de formas de domínio e de controle sobre as mulheres por meio de um papel já determinado a ela. Isso revela que os aspectos da afetividade e dos sentimentos nas inter-relações familiares ficavam a cargo da mulher exercer com relação aos filhos e ao marido, enquanto este último ficava responsável pelo sustento e pela manutenção da ordem familiar.

Desse modo, tanto o papel do homem quanto o da mulher, neste contexto social, são significativamente pré-definidos. Sendo assim, a mudança que a professora Watson representa naquele contexto, exigindo a igualdade entre os gêneros, a capacidade das mulheres exercerem suas carreiras fora da vida doméstica e a liberdade de escolha em não optar pelo matrimônio, consiste inclusive em uma mudança na estrutura familiar na qual o homem, igualado a mulher, perde sua supremacia doméstica e deve realizar papéis que antes eram função apenas das mulheres, como cuidar dos filhos e se responsabilizar pelo desenvolvimento emocional e afetivo dos mesmos.

Este processo de reivindicação de igualdade de gênero é iniciado efetivamente na década de 1950, como retratado na obra, e passa a produzir, a partir das primeiras formas de embates, grandes transformações na família até os dias atuais, exercendo influência para escolhas voltadas mais para a liberdade pessoal de homens e mulheres em detrimento do casamento por conveniência baseado nas aparências, como era comum.

Alguns dos fatores decisivos neste processo podem ser representados pelo movimento feminista, pela criação da pílula anticoncepcional, pela inserção da mulher

do mundo do trabalho e pelo grande crescimento do número de divórcios entre os casais.

3.1.5. Os incompreendidos

A obra “Os incompreendidos”, do diretor François Truffaut, se passa no final da década de 1950 na cidade de Paris. O cotidiano familiar e a rotina de pais e filhos adolescentes são retratados em um movimento conjunto com a complexa dinâmica da vida urbana que a sociedade daquele momento passou a apresentar a partir das modificações do mundo do trabalho e da marginalização de populações pobres nas grandes metrópoles ocidentais nos anos que germinaram o chamado neoliberalismo, conforme Anderson (1998). Todo este processo é representado pela família do garoto de 13 anos Antoine Doinel, filho único de pais trabalhadores que vivenciam uma realidade de enfrentamento das mudanças sociais e difíceis condições de emprego e manutenção da família.

As primeiras cenas dessa obra são marcadas pelo retrato do cotidiano de Antoine. Uma das cenas mostra Antoine na sala de aula, durante a realização de uma prova; nesta cena, o garoto repassa para seus colegas um calendário com a imagem de uma mulher em roupas íntimas e, sendo pego pelo professor, recebe uma punição por sua atitude, o que não acontece aos outros. O garoto é retirado de sua carteira pelo professor, que suspende sua prova e lhe manda ficar de castigo no canto da sala, na frente de todos os colegas.

Antoine demonstra uma expressão de incômodo com relação à postura do professor, perante a qual ele não encontra possibilidade alguma de defesa ou chance de argumentação. Desse modo, o garoto permanece em tal castigo até a duração da prova mais o tempo que se estende ao término do ‘recreio’, evento no qual Antoine tenta sair com os colegas, mas o professor o repreende dizendo que ele não poderia participar do ‘recreio’, pois segundo ele: “O recreio não é obrigatório. É uma recompensa!”.

O silêncio de Antoine, unido ao seu expressivo incômodo, está presente em vários momentos da obra, sobretudo nas vivências afetivas marcantes e difíceis frente as quais o garoto claramente demonstra estar afetado e não consegue exprimir o que sente. Assim, enquanto seus colegas brincam no ‘recreio’, Antoine escreve na parede do canto

da sala onde está de castigo: “O pobre Antoine Doinel foi injustamente punido por uma ‘pin-up’ que caiu do céu”.

Antoine Doinel tem um melhor amigo, que se chama René, com o qual divide suas ideias e o que sente em relação à sua família, à escola e a sua vida em geral. René é filho de uma família rica que o trata com autoritarismo e distanciamento, o que o faz buscar muitas vezes a sensação de liberdade nas andanças pelas ruas de Paris com Antoine, dividindo com o amigo situações corriqueiras marcadas pela evasão escolar, por pequenos furtos em lojas de comida, por diversões como jogos e na maioria das vezes o cinema.

Quando Antoine chega em casa, após suas andanças, vivencia uma relação com pouco contato com os pais e certa distância, pois os mesmos, em geral, estão voltados para seus interesses individuais. O pai demonstra grande preocupação com as questões e relações no trabalho, enquanto a mãe está envolvida em um relacionamento extraconjugal, para o qual volta sua atenção. Em meio a isso, Antoine tem que se encarregar de diversas tarefas domésticas que lhe são obrigatórias.

Os pais brigam constantemente e muitas vezes se referem ao garoto de forma pejorativa, mesmo em sua presença, de tal maneira que chegam a se referirem a ele como uma espécie de peso que é empurrado de um para o outro. Assim, o garoto flagra sua mãe aos beijos com outro homem em público, quando está andando pela rua com René e, embora parecendo ter-se afetado com isso, segue em frente, chamando o amigo no mesmo instante em que sua mãe também os vê e se vira de costas para os meninos.

Neste instante, a mãe alega que Antoine deveria estar na escola naquele momento, demonstrando medo de ser denunciada para o marido, mas não preocupada com a situação pessoal do filho, o qual logo se recompõe alegando de maneira apática à René que sua mãe não poderá contar ao seu pai que o viu fora da escola, pois ela estava com um amante.

Quando Antoine vai para a casa, seu pai logo chega e avisa que terão de almoçar sozinhos, pois a mãe o avisara mais cedo que chegaria tarde em casa, pois estava com problemas no escritório. Enquanto preparam a refeição, o pai inicia uma conversa sobre o aniversário da mãe, dizendo a Antoine que ele deveria compreender sua mãe, mesmo sabendo que ela é “dura” com ele, afirmando que ela sofre para conciliar o trabalho com a vida doméstica e que “as mulheres são exploradas e não sabem se defender”.

O garoto fica em silêncio durante a conversa do pai e só se manifesta, por meio de risadas, quando este queima a mão enquanto cozinha. No final da noite, quando a mãe chega a casa, ele já está prestes a dormir e seus pais começam uma enorme discussão na qual os dois se ofendem e insultam também o filho, que escuta tudo calado, enquanto o pai o chama de mentiroso e a mãe diz que seria melhor colocá-lo em um internato, para que ela encontre paz em sua vida.

Em meio a isso, Antoine apresenta uma falta de clareza em relação aos seus próprios atos que, em grande parte, manifestam sua necessidade particular de fugir da extrema solidão que sente na família e da falta de sentido que vê na escola. Antoine passa basicamente o período escolar, colocado por Vygotsky (2006) como uma etapa que se estende da crise dos sete anos até os treze anos, mais ou menos, sem desenvolver um sentido pessoal para realizar a atividade de estudo.

Como a Psicologia Histórico-Cultural propõe, nesta etapa do desenvolvimento, a atividade dominante é a atividade de estudo, no entanto, como se observa Antoine passa por essa fase sem promover em suas vivências um sentido pessoal que lhe confere motivos internos de realizar a ação de estudar e de compreender a escola como um espaço no mínimo interessante. Ao contrário disso, o que muito se deve à prática pedagógica da própria escola e, como foi visto, a postura do professor de Antoine que não contribui para que na vivência escolar do garoto, ligada às suas vivências pessoais, ele possa construir interesse à atividade de estudo. Na realidade o que ocorre é a formação de uma aversão à escola.

Assim, Antoine passando do período escolar, fase na qual não desenvolveu interesse pelos estudos devido a nulidade de vivências afetivas que contribuíssem no processo motivacional e individual entre formação de sentido pessoal e significado externo, chega ao início da idade de transição apontada por Vygotsky (2006) sem ter promovido uma compreensão e assimilação da atividade de estudo.

Neste contexto, tendo que apresentar uma carta assinada pelos pais justificando suas faltas ao professor, se vê surpreendido pela presença deste último e, num súbito, inventa que sua mãe havia falecido. O professor acredita na mentira de Antoine, mas, no mesmo dia, seus pais vão até sua escola devido à informação de que ele havia faltado na aula do dia anterior por outro aluno que vai até sua casa e o denuncia de propósito. Assim, eles descobrem a mentira que o filho havia inventado para o professor e seu pai lhe bate na frente de seus colegas.

Após este evento, Antoine decide fugir de casa, conversa com René e conta que não quer mais viver com os pais. Dessa maneira, durante a noite o garoto deixa uma carta de despedida para os pais e se encontra com o amigo René, que lhe oferece abrigo em uma antiga gráfica de seu tio, que poderia ser usada por Antoine a partir da meia noite. Até o horário de ir para a antiga gráfica, Antoine anda pelas ruas.

No dia seguinte, Antoine vai para a escola e sua mãe vai até lá procurá-lo e o convence a voltar para a casa, no entanto, o diálogo entre eles não se aprofunda até as questões que fizeram com que Antoine fugisse de casa ou mesmo assunto sobre os problemas que ele estaria enfrentando na escola e em casa, visto que, mesmo com sua mãe estabelecendo a tentativa de ser mais próxima, ainda assim ela continua falando apenas de si mesma. Apesar disso, no final da conversa, Antoine aceita um trato proposto por ela que consiste na condição dele tirar uma das cinco primeiras notas na próxima avaliação de francês para ganhar dela ‘mil francos’.

Assim, Antoine procura se esforçar para realizar uma boa redação e se inspira na literatura de Balzac para escrever seu texto, cujo tema é baseado na morte de seu avô. O garoto cola a foto de Balzac numa espécie de altar e acende uma vela para o mesmo, no entanto, a vela acaba queimando o pano que tampava o altar e isso deixa seu pai furioso, ameaçando mandá-lo para uma escola militar.

Após este evento, o professor decide apresentar as notas das redações e começa pelo texto de Antoine, acusando-o injustamente de plágio na obra de Balzac e lhe dá nota zero. Antoine não concorda com a acusação do professor, afirmando que não é verdade, pois ele havia se esforçado verdadeiramente para a redação. O professor se irrita e o manda para a direção, pedindo que um dos colegas o acompanhe e leve sua redação para o diretor, junto com a informação de que ele ficará suspenso até o fim do trimestre. Mas, no caminho até a direção Antoine foge da escola e decide não voltar para casa, pois tem medo de que seu pai o mande para uma escola militar. Então, René decide levar o amigo para sua casa e mantê-lo escondido de seus pais, que estão sempre distantes.

Os dois amigos começam a planejar alguma forma de ganharem dinheiro e depois de algum tempo decidem roubar uma máquina de escrever do escritório do pai de René para vendê-la na rua. Os dois pegam uma das máquinas e vão para a rua tentar vendê-la, mas acabam quase sendo roubados por um homem que age como um negociador de vendas e compras, conseguindo a máquina de volta, porém sem conseguir

vendê-la, decidindo devolvê-la ao escritório do pai de René e quem vai até o local levar a máquina é Antoine.

O garoto é pego em flagrante por um funcionário que o identifica e liga para seu pai aos gritos. Antoine permanece calado e com a cabeça baixa, aguardando seu pai ir até o local onde foi pego; quando este chega, leva o filho, puxando-o pelos braços até a delegacia. O pai de Antoine conta ao delegado o ocorrido e diz não saber o que fazer com o filho, após o que o delegado decide registrar o ocorrido como “vagabundagem e roubo” e o garoto é colocado para dar depoimento, que é claramente transcrito de forma destorcida, pois as respostas de Antoine perante o inquérito, ao serem ingenuamente curtas e simples, foram complementadas pela interpretação de forma agravante dos fatos ocorridos pelo agente que realiza a descrição do depoimento.

O pai de Antoine vai para a casa e o garoto passa a noite na delegacia, preso dentro de uma cela com um homem bem mais velho que ele e outras quatro mulheres que são presas. Os presos, inclusive o garoto, ficam no local até a chegada de uma condução da polícia para os levarem para as instituições onde cada um ficará. Enquanto a condução policial segue com todos os presos, Antoine segura as grades da janela traseira do veículo para olhar as ruas onde sempre caminhou e onde vivenciou grande parte de seus momentos de alegria, quase inexistentes em seu espaço familiar.

Pode-se analisar grande parte das atitudes de Antoine a partir do postulado de Vygotsky (1996) referente à crise dos treze anos discutida também na seção anterior. Como a crise dos treze anos marca a entrada para a idade de transição, momento no qual o indivíduo vivencia a puberdade e profundas mudanças físicas, psicológicas e de atividades sociais, verifica-se que Antoine estabelece como atividade dominante a comunicação íntima pessoal, a qual promove de maneira mais intensa com seu amigo René.

Antoine Doinel é levado para um reformatório para delinquentes, faz sua entrada na instituição de forma calada, enquanto sua mãe vai conversar com o juiz responsável por seu caso, dizendo que aceita o filho de volta com a condição de este mudar. O juiz questiona a mãe sobre a forma como ela e o marido tratavam o filho, ao que ela revela que Antoine não é filho biológico de seu marido e que se casaram quando o garoto era um bebê. Este fato parece ser usado como um argumento que justificasse a constantes ausências dos pais nos fins de semanas solitários de Antoine, momento em que eles saem para viajar ou jogar.

Enquanto isso, no reformatório, Antoine leva um tapa no rosto do seu inspetor no momento da refeição, por tê-la iniciado antes que lhe fosse dado ordem para tal. Em seguida o garoto é chamado para uma entrevista com a psicóloga da instituição e é alertado por um colega de que existem fichas para cada jovem do reformatório que indica seus históricos, transtornos psicológicos e psicopatologias, nesse caso, o colega indica que seria melhor que Antoine não olhasse em direção às pernas da psicóloga, caso sua caneta caísse durante a entrevista, para que isso não seja registrado em sua ficha junto ao diagnóstico. Então, Antoine passa pela entrevista com a psicóloga que segue pela seguinte conversa:

Psicóloga - Porque devolveu a máquina?

Antoine - Porque...como não consegui vender...fiquei com medo. Devolvi. Não sei por quê.

Psicóloga - Soube que roubou 10 mil francos da sua avó.

Antoine - Ela me convidou para o aniversário dela. Como ela era velha e não comia muito, não precisava do dinheiro. Ia morrer logo. Como eu sabia onde ela guardava peguei um pouco. Sabia que ela não ia notar. E não notou. Ela me deu um livro... Mas minha mãe costuma mexer nos meus bolsos. Naquela noite, enquanto eu dormia ela achou o dinheiro, porque no dia seguinte tinha sumido. Depois, ela tocou no assunto, e eu tive que confessar de onde tirei. Então ela pegou o livro que eu ganhei. Um dia, pedi o livro, porque queria ler... E descobri que ela tinha vendido.

Psicóloga - Seus pais dizem que você sempre mente.

Antoine - Eu minto às vezes, eu acho. Se eu disser a verdade... não acreditam mesmo. Então prefiro mentir.

Psicóloga - Porque não gosta de sua mãe?

Antoine - Ela me pôs num lar adotivo e quando o dinheiro acabou... Fui para a casa da minha avó. Mas ela ficou velha e não podia mais cuidar de mim... E, aos 8 anos, fui morar com meus pais. Minha mãe não gostava de mim. Vivia brigando comigo... Gritando sem motivo. Havia brigas em casa... E eu ouvi que... Minha mãe engravidou de mim antes de se casar. Ela brigou com minha avó uma vez... E eu descobri que ela queria ter feito um aborto. Eu nasci graças à minha avó.

Psicóloga - Você já dormiu com uma garota?

Antoine – Não. Mas alguns amigos meus já. Eles me disseram onde as prostitutas ficavam. Eu fui e tentei pegar uma delas... Mas elas gritaram comigo. Eu fiquei com medo e fui embora. Voltei várias vezes. Um dia, um homem me perguntou o que fazia lá. Ele era da África do Norte. Então, eu disse. Ele conhecia várias mulheres. Disse que conhecia uma... Bem jovem, que gostava de garotos da minha idade. Ele me levou ao hotel onde ela estava... Mas naquele dia ela não estava. Esperamos uma ou duas horas. Ela não apareceu. Fomos embora.

Após a entrevista com a psicóloga, a próxima conversa que Antoine tem com um adulto dentro do reformatório é com a sua mãe, que vai visitá-lo e o repreende, dizendo que não o aceitará em casa tão cedo por ter vergonha dele diante dos vizinhos e que seu pai não se importa mais com ele.

Além disso, sua mãe demonstra acreditar que o filho é culpado e exclusivamente responsável pelo estado no qual se encontra, então, decide permitir que Antoine seja encaminhado para uma instituição mais distante onde os jovens são forçados a trabalhar em um regime bastante rigoroso. Após este encontro com a mãe, o garoto consegue uma oportunidade de fugir durante um jogo de futebol em campo aberto revelando-se como as últimas cenas da obra. Antoine sai correndo e um inspetor do reformatório o segue, mas o perde de vista e o garoto, como marca das últimas imagens da obra, continua correndo sem destino.

Com base nesta obra deve-se reforçar a importância da vivência dos afetos e das emoções na formação da personalidade, cujas bases são correspondentes ao processo de humanização dos sentidos. As vivências primárias de Antoine são marcadas pela presença de uma extrema solidão, decorrente das relações estabelecidas ao longo de sua história de vida dentro da dinâmica familiar apresentada, a qual se caracteriza pelas atitudes individualistas dos pais e o predomínio de seus interesses pessoais, como o trabalho e as atividades de lazer, incluindo jogos e viagens de fim de semana, acima da relação com o filho, momentos nos quais deixavam Antoine sozinho em casa.

Partindo da análise acerca da periodização do desenvolvimento, pode-se afirmar que as primeiras fases do desenvolvimento humano são profundamente estruturais para a formação da personalidade, demonstrando que os afetos e as emoções constituem-se como fatores fundamentais para o desenvolvimento dos interesses e dos sentidos

peçoais além de relacionarem-se diretamente com a formação das outras funções psicológicas superiores, portanto, da constituição da consciência.

Os aspectos emocionais são marcadamente decisivos para as condições de formação das outras funções psicológicas, sendo que até o fim da obra Antoine não encontra sentido e nem motivos internos para as exigências externas que lhe são impostas, prevalecendo as expressões de raiva, marcadas pela revolta e sentimentos de tristeza, pela sua solidão e afastamento de seus familiares.

O processo de vivência das inter-relações familiares e, assim, das primeiras formas de relacionamento de Antoine contou com um significativo distanciamento por parte de sua mãe, mesmo que tenha tido a avó por perto depois de ter saído do orfanato teve de deixar esta também aos oito anos. Neste período, como vimos, de acordo com Toassa (2009), a crise dos sete anos consiste em um conflito da criança não apenas com relação aos significados das questões do meio que chegam à ela, mas às vivências internas, pelos sentidos que ela passa atribuir ao mundo intrapsíquico.

A mãe de Antoine demonstra uma falta de envolvimento afetivo por motivos similares aos do pai, retomando que a mãe do garoto trabalha como secretária para garantir melhores condições de consumo doméstico e da vida material dela e da família. Porém, além disso, a mesma apresenta em alguns momentos, e pelas próprias palavras do garoto, raiva do filho por ele ter sido fruto de uma gravidez indesejada, assim ela procura levar sua vida de forma independente da relação materna, uma vez que não demonstra se interessar por tal relação.

É necessário colocar que apreocupação excessiva com o trabalho e com a carreira, além da busca por realização pessoal e a supervalorização dos momentos de lazer em detrimento do “outro” e da própria família, não é uma característica exclusiva dos pais de Antoine. Estes fatores são expressões da sociedade contemporânea, e que se intensificam cada vez mais com os desdobramentos do neoliberalismo, contribuindo para que homens e mulheres dediquem-se de forma suprema ao mundo do trabalho sob um horizonte de intensificação da desigualdade social e, assim, o afrouxamento dos laços com o “outro” como já colocou Silva (2004).

No que tange as ideias produzidas neste cenário, e assim como as instituições sociais como a escola e o reformatório onde o garoto foi internado também expressam um contexto social mais amplo que anuncia o esvaziamento das relações sociais frente

ao crescente predomínio de uma subjetividade contemporânea centrada no ‘eu’, nesta realidade social, o indivíduo, no caso Antoine, é responsabilizado pelos seus problemas e aflições, reiterando-se, nas relações humanas, um horizonte fundamentado, segundo Silva (2008), pela: “perda da autoridade, o afrouxamento das relações e o voltar para si mesmo” (p. 208).

Dessa forma, verifica-se o esvaziamento das relações humanas, pautadas em valores coletivos e produção de vivências socioafetivas que promovam o desenvolvimento humano.

Tal característica é retratada pelo grande distanciamento que os pais de Antoine exercem ao longo do seu desenvolvimento, influenciando as atitudes de Antoine que refletem inclusive a sua própria distância e uma espécie de “indiferença” em relação às situações nas quais se mostra afetado, mas se distancia ou se mantém calado, o que é também manifesto por um comportamento de apatia diante das relações escolares e sociais, iniciado na família. Isso encerra a compreensão acerca da procura de Antoine querer se afastar do meio no qual cresceu e, com base nas cenas finais em que ele foge do reformatório, corre para longe.

3.1.6. Beleza americana

Como forma de expressar o contexto das relações sociais atuais, pode-se encontrar na obra “Beleza Americana”, de Sam Mendes, o retrato da estrutura da família estadunidense, configurada culturalmente em uma realidade cultural representada pela prática econômica do mundo contemporâneo transferida para as relações humanas. A obra apresenta como personagem principal Lester, o qual já nas cenas iniciais narra sobre sua vida e sua família, dizendo que irá morrer em breve, mas que, no entanto, já se sentia morto.

Lester, o qual vive com a esposa Carolyn e a única filha Jane, apresenta as duas a partir das seguintes descrições: “Está é minha mulher, Carolyn. Viram como o cabo da tesoura combina com seus tamancos? Não é por acaso [...]. Cara, fico exausto só de olhar para ela. Ela não foi sempre assim. Ela era feliz. Nós éramos felizes. Minha filha, Jane. Filha única. Jane é uma típica adolescente. Irritada, insegura, confusa. Queria lhe dizer que isso passará...mas não quero mentir para ela. As duas pensam que sou um

grande perdedor. E estão certas. Eu perdi algo. Não sei exatamente o quê...mas sei que nem sempre me senti...tão letárgico. Mas sabem de uma coisa? Nunca é tarde para recomeçar.”

Após sua apresentação Lester reflete sobre uma modificação significativa em seu mundo interior e passa os últimos dias de sua vida refletindo e buscando se libertar de uma forma de vida considerada como superficial, a qual levava por muitos anos constituídos em sua família desintegrada, na qual a filha Jane se sente completamente solitária e revoltada pela falta de envolvimento afetivo dos pais, considerada por ela como negligência e egoísmo dos mesmos, uma vez que estes, pelo contexto social competitivo no trabalho, passam seu tempo cuidando de suas carreiras, suas necessidades materiais e realizações pessoais.

A mãe de Jane, Carolyn, é uma corretora de imóveis que emprega todos os seus objetivos de vida em alcançar um *status* de sucesso na carreira e a representação de uma família feliz, questão que ela alimenta no campo da superfície das reais relações que estabelece com a filha e com o marido, sendo que, inclusive, estabelece uma relação extraconjugal e distancia-se da vida pessoal de Jane e deposita cada fracasso e frustração de sua vida na figura de Lester.

Lester conta sua história baseando-se em seus últimos dias de vida. Sua forma de ver sua história pessoal, então, se modifica por uma vivência de transformação, cujo ponto inicial é formado pelo forte desejo sexual que desperta por uma amiga de Jane, Angela, personagem que no desenrolar da trama aparece como o expoente da beleza americana, baseada na aparência padronizada externa, unida à nulidade pessoal e ao vazio o interior. Tais características assinalam o processo alienante do desenvolvimento da personalidade como demonstrado por Duarte (1993) que resulta na formação da “individualidade em-si”, como personalidades que não constroem uma diferenciação entre sua singularidade e o meio, enquanto ser particular genérico como propõe Barroco (2007), mas personalidades, que reproduzem o meio sem a formação da autoconsciência.

Nesta perspectiva, podemos retomar a teoria de Romanelli (2002) acerca da definição da família como uma mediação entre o público e o privado, contemplando-se que o espaço familiar constitui-se como um órgão que reproduz a sociedade a qual pertence, porém, é por meio do projeto familiar constituído por seus membros que a sociabilidade doméstica também é capaz de transformar a realidade e produzir formar

qualitativamente novas de relações, o que, com base nisso, podemos verificar que o projeto familiar apresentada pela família de Lester é formado por princípios exclusivamente individualista e que basicamente as interações domésticas entre seus membros mal podem ser encaradas como um projeto familiar comum devido à prática diária de seus membros, de suas aspirações e interesses, voltados predominantemente à realização pessoal. A título de análise estas características reiteram no espaço familiar a reprodução de valores ideológicos e mercadológicos do contexto social referido na estrutura das inter-relações familiares, portanto, nas relações conjugais, filiais e no desenvolvimento psicológico de seus membros.

Este estereótipo é marcado nas relações familiares, apresentadas no filme, como uma expressão da cultura não só estadunidense, mas do sistema econômico capitalista, que engendra a necessidade da aparência em detrimento da essência e, assim, o esvaziamento das relações entre os homens.

Diante da atração física arrebatadora que Lester sente por Angela, o protagonista vive um processo de transformação que se inicia ao perceber que são as aparências que mantém o seu casamento. Angela, então, entende que Lester se sente atraído por ela e isso a faz se sentir especial, uma vez que ela acredita que a pior coisa que pode ocorrer a alguém é se tornar uma pessoa comum, reforçando a sua necessidade de se destacar dos demais.

Diante disso, a obra reforça a especificidade de um processo subjetivo na cultura contemporânea formada por individualidades “em-si”, conforme Duarte (1993) que se verificou nas relações de consumo onde o “outro” torna-se mercadoria e o “si-mesmo” tem valor a partir de uma beleza padrão, de *status* social e de consumo material (Martins, 2004).

Assim, em uma noite em que Angela foi dormir na casa da amiga Jane, percebeu que Lester havia chegado em casa e foi até ele na cozinha. Angela falou com Lester de forma sedutora e ele, por sua vez, ficou fantasiando um beijo com ela, mais tarde ele foi até o quarto de Jane e ouviu atrás da porta Angela dizendo a amiga que se seu pai fizesse exercícios físicos, “malhasse”, ela transaria com ele. Isso deixou Lester animado e depois disso procurou fazer exercícios de musculação todos os dias, inclusive naquela mesma noite, antes de dormir.

Ao deitar em sua cama, onde já estava Carolyn, Lester passa a fantasiar um encontro erótico com Angela e começa a se masturbar, a esposa percebe e se levanta indignada com a atitude do marido e os dois travam uma discussão que expressa a repulsa que foram criando um pelo o outro ao longo dos anos:

Carolyn: Isto é nojento.

Lester: Alguém aqui ainda tem sangue correndo nas veias!

Carolyn: Eu também.

Lester: É, mesmo? Então, sou o único que faz algo a respeito!

Carolyn: Lester, eu me recuso a viver assim. Isto não é casamento!

Lester: Não tem sido casamento há anos. Mas você é feliz. Basta eu não reclamar. Mas quer saber? Eu mudei. O “novo eu” se masturba porque você não ajuda nesse departamento.

Carolyn: Você acha que é o único sexualmente frustrado.

Lester: Não sou? Então, venha meu amor! Estou pronto!

Carolyn: Não me provoque, queridinho. Peço o divórcio tão rápido que sua cabeça virará!

Lester: Alegando, o quê? Não sou bêbado. Não trepo com outras. Não a maltrato. Nunca bati em você. Nem tento tocá-la desde que deixou bem claro...como me considera desnecessário! Mas sustentei você enquanto estudava. E há quem pense que tenho direito à metade do que é seu. Apague a luz quando vier para a cama, está bem?

Após esta discussão, Lester demonstra satisfação e que havia deixado claro à esposa que não irá se submeter mais a uma vida que não lhe dê prazer. Com o tempo, Carolyn começa uma relação extraconjugal com o homem que sempre foi seu rival nos negócios, mas de quem tenta se aproximar para faturar uma negociação. Lester flagra os dois juntos, mas se mantém indiferente à traição de Carolyn, a qual fica furiosa por ter sido desmascarada.

As relações hedonistas são claramente expressivas na obra, retratando a sociabilidade contemporânea, de uma forma geral, que busca o prazer e a realização pessoal acima de ideais coletivos e do “outro” e, assim, reflete o horizonte da sociedade atual de maneira profundamente distanciada da humanização dos homens, começando pela nulidade da autoconsciência e do pensamento coletivizado como ressalva Nagel (2007).

Lester justifica suas indiferenças para com Carolyn e à sua filha dizendo que tem se dedicado a um trabalho que ele não gosta para obter bens materiais e um estilo de vida aparente e sem sentido. Mas, por outro lado, pode-se observar que as atitudes de Lester apresentam uma necessidade hedonista, sendo que ele procura realizar esta mudança de rotina pensando apenas nele mesmo, tendo-se como exemplo sua preocupação em praticar exercícios depois que soube que Angela se sentiria atraída por ele se “malhasse”. Além disso, Lester dá continuidade a um processo de sedução com Angela mesmo sabendo que Jane se incomoda profundamente e passa a fazer o uso de maconha para sentir mais prazer sem se importar com as pessoas ao seu redor.

Quando Carolyn descobre que o marido está fumando maconha ela se revolta e diz ironicamente a ele: “Usar psicotrópicos ilegais...é um exemplo positivo para nossa filha”, enquanto o marido lhe responde que: “Veja quem fala sua insensível, gananciosa e anormal”.

Desse modo, percebe-se que, mesmo em um processo de compreensão de Lester acerca da vida de aparências que levava, isso não o faz tomar atitudes que saiam do campo do “individualismo em si” e hedonismo. Jane continua cada vez mais isolada da família, o que a faz se sentir abandonada e a buscar uma relação amorosa com Rick, seu vizinho, que também enfrenta dificuldades familiares.

Quando Jane e Rick começam a se relacionar, travam uma conversa na qual contam um para o outro sobre a raiva que sentem de seus pais. Rick conta a Jane que teve uma briga com o pai e sentiu vontade de matá-lo, depois disso seu pai o internou em uma clínica, devido ao fato de que o filho fumava maconha. Junto a isso, Jane revela que se sente magoada pelo distanciamento dos pais e não suporta o comportamento de Lester, sobretudo quando ele manifesta sentir atração por suas amigas.

Com base na proposta de Vygotsky (1996) podemos assinalar inicialmente que Jane e Rick passam pelo período de transição que é a adolescência definida pela Psicologia Histórico-Cultural como uma etapa de desenvolvimento marcada por grandes modificações físicas, psicológicas, afetivas e sociais do indivíduo.

Como Dragunova (1982) coloca, é neste período que, denominando uma transição da infância para a idade adulta, o adolescente busca um sentido mais profundo de sua existência no Mundo fora dos limites que demarcam o entorno familiar. Vygotsky (1996), então, afirma que este processo é constituído pelas mudanças no

pensamento e na formação de novos interesses constituídos em conjunto com as relações do meio.

Assim, nas vivências de situações qualitativamente novas, marcadas tanto pelas mudanças físicas como das distintas exigências socioculturais, as crises podem ocorrer em decorrência das mudanças, o que é no caso de Jane e Rick, configurados dentro da crise dos 17 anos existente na passagem da adolescência para a vida adulta. Cumpre ainda observar que, como confere Ekonin (1987), a atividade dominante é a comunicação íntima pessoal, o que revela ser uma característica marcante na relação entre os dois jovens que se aproximam e se unem pela troca de vivências difíceis e também semelhantes que enfrentam tanto na família como no espaço escolar.

Além disso, embora os pais de Jane e Rick sejam diferentes nos posicionamentos, também se assemelham por não reconhecerem que seus filhos requerem de necessidades afetivas e sociais para se desenvolverem e de que também constroem potenciais singulares que fazem parte de suas personalidades, pois, enquanto o pai de Jane deixa que ela faça o que ela quiser sem se preocupar em orientá-la, o pai de Rick é fortemente autoritário, agressivo e perseguidor, reprimindo-o fortemente e transformando-o em um sujeito que, alienado de seus sentimentos, cria um interesse em filmar e fotografar a vida dos outros.

No desenrolar dessa trama, Lester encontra a possibilidade de se envolver fisicamente com Angela, contudo, nesta ocasião a garota revela Lester que é virgem, o protagonista, então, se depara com a realidade de que ele está frente a uma garota que apresenta beleza física, mas não corresponde à figura idealizada que ele próprio construiu, sendo que, no momento em que ela diz que é virgem ele percebe a contradição entre sua fantasia e a realidade e se recusa a continuar seu envolvimento sedutor com a garota.

Na mesma noite, Jane já estava decidida a fugir com Rick, que foi expulso de casa pelo pai perplexo e confuso que acredita que seu filho teria uma relação homossexual com Lester. Ao mesmo tempo, Carolyn está voltando para casa enfurecida por ter sido pega em flagrante com o amante pelo marido e, assim, se sentindo encurralada por sua imagem de mulher bem sucedida estar correndo risco de afundar junto à ideia de “família feliz”, volta para casa dizendo que se nega a se sentir uma vítima.

Mas, assim que Carolyn entra em casa e se depara com Lester morto por um tiro na cabeça, o qual foi dado pelo pai de Rick por achar que Lester estaria induzindo seu filho a uma relação homossexual, outra situação que o pai de Rick não aceitaria no filho e, assim, resolve matar Lester marcando as últimas cenas da obra.

Lester, no início da obra nos convida a “olhar bem de perto” a sua família. Com este intuito “olhar” crítico deve ser orientado inicialmente para a observação de que as formas de relações referidas em “Beleza Americana” correspondem ao modo de vida da economia hegemônica do Mundo globalizado e neoliberal que é perpetuado predominantemente pela cultura estadunidense.

Os EUA se desenvolveram como potência econômica no século XX, tendo como forte expoente das últimas décadas a ideologia neoliberal, segundo Anderson (1998), formulada em um estilo de vida baseado na supervalorização da liberdade na concorrência, no consumismo e na busca de um padrão de vida consagrado pelo empoderamento econômico, uma vez que, como se discutiu na primeira seção, no neoliberalismo o indivíduo e o valor social do mesmo é associado ao nível de poder aquisitivo que ele possui, sendo que suas condições de sucesso ou fracasso social são responsabilidades dele próprio.

Assim, caracterizadas pelo imperialismo econômico consagrado na ideologia do consumo mercadológico, as inter-relações sociais, como aponta Nagel (2007), assinalam a lógica capitalista na produção e reprodução da sociedade, uma vez que mesmo dentro da própria nação estadunidense os indivíduos só podem acoplar o estilo de vida mencionado por meio das aparências, reiteradas pela luta de classes e incorporação de estereótipos, que consagram as relações dos homens dentro da mesma moral externa que idealiza a conduta do sujeito alienado de si mesmo conforme postula Martins (2004).

As relações de trabalho na sociedade neoliberal caracterizam-se com uma acentuação do número de desemprego, com o aumento da desigualdade e formas de trabalho extremamente competitivas e concorrenciais. Este movimento implicou em uma maior inserção das mulheres no mundo do trabalho, segundo Romanelli (2002), assinalando a procura de melhores condições de vida material e de consumo.

Chegou-se, assim, aos patamares apontados no início desta pesquisa, onde se destacou que, embora o modelo de família nuclear seja ainda hegemônico no ideário

social, uma grande parcela da sociedade já expressa inúmeros arranjos que, por assim dizer, refletem o cenário social referido, no qual os indivíduos passaram a optar mais pela qualidade de vida, pela ascensão profissional e financeira, pelo acúmulo de bens, que em geral implica em abrir mão de uma família numerosa, ou mesmo ter filhos, sendo que muitos casais decidem não ter filhos, e algumas mulheres e alguns homens optam por não constituírem uma família em decorrência de um contexto socioeconômico desumano. Quanto à presença de tais características nas famílias, Romanelli (2002) segue que:

Cada vez mais, o chefe de família deixa de ser o principal provedor financeiro do consumo doméstico devido à participação crescente das esposas – e numa segunda etapa, dos filhos – no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, o saber paterno perde sua eficácia, pois as experiências que ele continua a traduzir estão situadas em um passado que não é mais congruente com um presente marcado por mudanças intensas e rápidas. Além disso, a hierarquia existente na família tende a ser substituída, gradativamente, por vínculos de relativa igualdade entre marido e esposa, o que mina substancialmente a autoridade do marido e pai (p. 85).

A partir de tais considerações do autor, pode-se propor aqui, à título de análise acerca das relações entre autoridade e poder na família com base nos papéis de chefe de família exercido pelo homem e o de dona de casa, submissa a autoridade do primeiro, modificaram-se como reflexo das relações de trabalho e das transformações culturais. Romanelli (2002) explicita que a autoridade masculina dentro da família entrou em um processo de declínio, enquanto que as mulheres passaram a lutar por certo protagonismo na organização do projeto familiar.

Isso implica, para Romanelli (2002), um maior espaço para a afetividade entre os pais e filhos, sendo que o papel do homem também é colocado hoje em dia para se cumprir a tarefa de cuidar dos filhos e da casa, enquanto que a mulher possivelmente trabalhe fora: “papais domésticos que trocam fraldas e dão mamadeira, assim como mulheres chefes de Estado, não são mais exceções e, menos ainda, algo que causa escândalo (Ferry, 2007, p.128)”.

Diante desta análise pode-se retomar a discussão referente aos problemas colocados por Lester quando este anuncia que em algum momento de sua vida as

relações, tanto no trabalho como na vida familiar, deixaram de fazer sentido a ele, ao passo que também evidencia que sua filha e sua mulher o consideram um sujeito “fracassado”, o que incide evidentemente na inexistência de qualquer forma de autoridade de seu papel como pai e marido que outrora (há poucas décadas) eram inquestionavelmente desempenhados.

Disso, pode-se analisar que o papel social do homem também mudou, mas mudou no sentido de que sua supremacia patriarcal tem sido desconstruída com um crescimento paulatino das conquistas feministas no mundo, o que coloca muitas vezes homens que compartilham das antigas ideias machistas enfrentando dificuldades em desempenhar seus papéis ante as atuais mudanças. Pode-se colocar, como propõe Romanelli (2002), que a relação dos pais com os filhos tem direcionado para uma realidade cada vez mais afetuosa, no entanto, o caráter das relações em todo este contexto socioeconômico traçado apresenta grandes impedimentos de se desenvolverem para formas mais humanizadas por predominar alguns ideais do sistema capitalista já anunciado anteriormente. Assim, Romanelli (2002) conclui:

Conforme ocorrem tais mudanças, a vida doméstica tende a se democratizar, criando condições para a emergência e concretização de interesses individuais. Consequentemente, o familismo tende a ser gradativamente deslocado e substituído pelo individualismo. Nessas circunstâncias que são cada vez mais presentes nas famílias de camadas médias, a redução da autoridade do marido e do pai contribui de modo decisivo para que os filhos assimilem a posição de “sujeitos de direitos”, dentro e fora da unidade doméstica, ficando em segundo plano a condição de “sujeito de deveres”. Assim, a ação socializadora das famílias de camadas médias, que é fruto de mudanças em sua estrutura, concorre para que o individualismo dos filhos prevaleça sobre as aspirações de cunho coletivo (p. 87).

Tais discussões são primordiais para que se reflita efetivamente acerca das bases que geram os fenômenos citados e que se encontram na atualidade. Ao depararmos-nos com as condições reais das diferentes dinâmicas produzidas por distintos arranjos familiares podemos compreender o distanciamento existente entre a ideia de um modelo “natural” e a realidade concreta produzida no interior das famílias.

Ao se admitir o percurso sócio histórico das famílias podemos reconhecer com maior clareza cada vez mais as potencialidades de suas conjunturas ao plano societário. As afirmações de Ferry (2007), em consonância com esta investigação, apontam que o legado de crenças comumente propagado por muitos teóricos que defendem o “fim” da instituição da família perante seus novos arranjos na atualidade, definindo-os como “recomposta”, “monoparental”, “homoparental” e etc., está “histórica e filosoficamente errado” (p. 92), visto que tais pensadores partem de um modelo de família estanque das outras formas de sociabilidade familiar produzidas em diferentes contextos, o que remonta ao entendimento do caráter histórico das formas de família:

Acrescentemos que até uma data recente, simbolicamente marcada pelo fato de que na metade da década de 1970 o homem deixaria de ser oficialmente o “chefe de família”, esta última era a principal ocupação das mulheres. Ocupação privada, é claro, doméstica, então, e, por isso mesmo, “pouco viril”, enquanto a política continuava sendo, lembremos, um negócio quase exclusivo de homens. Seria pouco dizer que a situação não é mais a mesma. Paralela às reviravoltas por que passou a condição feminina – provavelmente mudou mais em 50 anos do que em 5 mil! – [...] a família de modo algum desapareceu com o Antigo Regime. É, inclusive, uma das raras instituições – a única? – a ter de um modo ou de outro perdurado após a Revolução, a ponto de se manter hoje mais viva e, paradoxalmente, apesar do elevado número de divórcios, mais estável do que nunca. Pode-se até dizer que, com base em comparações históricas que o laço familiar, até pela elevada taxa de mortalidade da Idade Média, é mais forte, mais rico, mais profundo e mais intenso hoje no Ocidente, e particularmente na Europa, do que foi em toda a história do casamento (p. 92-93, *grifos do autor*).

O caminho percorrido até aqui considera inexoravelmente as mudanças nas famílias como um processo histórico-cultural, sendo que, para além das configurações que definem uma sociabilidade familiar da outra, a obra *Beleza Americana* conclui o conteúdo das obras anteriores por contemplar o expoente máximo e temporal a que chegaram as modificações da subjetividade contemporânea num horizonte de desumanidade de homens e mulheres na sociedade do hiperconsumo ao partirmos das relações alienantes dentro e fora das famílias.

A título de consolidar tais levantamentos, observa-se que o cenário retratado pela obra exprime o expoente máximo ao que a sociedade de consumo chegou levando

os indivíduos a supervalorizarem os aspectos materiais em detrimento do “outro”. Neste cenário, a atividade do trabalho tornou-se uma prática compulsiva de produção e acúmulo de riqueza voltado ao consumismo e à busca de posições sociais como um fim em si mesmo. Diante disso, constata-se um processo de subjetivação alienante junto às relações baseadas em ideais caracterizados pela busca por autovalorização suprema, enquanto afrouxam-se os laços socioafetivos nas famílias e na sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa se buscou expor e analisar a natureza sócio-histórica das modificações familiares frente aos embates decorrentes do predomínio de um modelo hegemônico no ideário contemporâneo e suas implicações no processo de humanização, o que, desse modo, também diz respeito ao movimento de desenvolvimento da sociedade.

Partindo-se dos problemas colocados durante a investigação, entendendo-se que o caráter histórico da interação entre os homens torna-se predominante no processo de aquisição das funções especificamente humanas, constatou-se a importância da sociabilidade familiar para o processo de humanização em nossa cultura, uma vez que, em seu entorno, formam-se as bases do desenvolvimento humano no plano privado a partir do plano societário.

Os fundamentos teóricos propostos pelos autores estudados possibilitaram uma leitura histórica dos laços familiares e suas estruturas no decorrer da construção da cultura, permitindo identificar as principais mudanças inerentes às transformações das outras instâncias da sociedade, como a economia e a política.

Constatou-se que as características que anunciam as principais mudanças problematizadas na contemporaneidade podem ser clarificadas por meio da investigação em torno de três ordens de fatores que são: o desenvolvimento das condições materiais e sociais a partir da inserção dos membros das famílias no mercado de trabalho, as representações sociais com base na análise acerca do plano simbólico como uma superestrutura social e, por fim, o caráter socioafetivo das relações humanas estabelecidas nos diferentes arranjos familiares que se transformaram ao longo do último século.

No tocante a este último aspecto observou-se uma maior mudança com relação às transformações já ocorridas em toda a história das configurações familiares, verificando-se que a dimensão afetiva, bem como o sentimento de família, é uma construção recente das relações familiares em comparação com os outros períodos históricos, a qual se consolidou pela distinção entre vida pública e privada na transição da sociedade moderna para a contemporânea e, nos dias atuais, a socioafetividade corresponde a uma realidade profunda para o estabelecimento de diferentes famílias.

Com efeito, até se chegar ao presente período, as configurações da família vieram se desenvolvendo e promovendo mudanças na sociedade desde os primórdios do gênero humano, iniciando-se como forma de agrupamentos primitivos, indicando que a vivência de parentescos se configura como um dado estruturante no processo de interação com o “outro”, crucial para a história dos homens antes mesmo da civilização. Sendo assim, a primeira seção apresentou os tipos de configurações de família dentro dos períodos históricos que compõem o desenvolvimento da cultura.

A obra “*A Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado*”, de Engels (2006), consistiu em um fecundo aporte teórico, possibilitando, junto aos outros referenciais, a composição dos fundamentos científicos que articulam o registro de formas de agrupamento familiar em todos os grandes períodos da história humana que se estabeleceu pela delimitação da Pré-História, Idade Antiga, (ou Antiguidade), Idade Média (ou Medievalismo), Idade Moderna (ou Modernidade) e Contemporaneidade.

Neste percurso, identificou-se o engendramento de fatores ideológicos defendidos na relação de domínio econômico e social formado no cerne da dinâmica familiar, perpetuada até a Contemporaneidade, cujas relações estabelecem uma específica articulação com as relações burguesas.

Frente às discussões promovidas, verificou-se que as relações familiares no período Contemporâneo são expressas pela existência de um modelo hegemônico que produz no plano simbólico a crença em uma ordem natural acerca de um padrão normativo à conduta humana, mas, que, porém, na prática tais ideais não correspondem com a realidade concreta da dinâmica de uma imensa parcela das famílias pertencentes às distintas classes sociais, gerando, assim, a necessidade de se pesquisar as forças ideológicas presentes em torno das formas de se conceber as famílias.

Entendendo-se este percurso ideológico na sociedade e as dimensões que estas alcançam nas relações particulares e privadas na família, Romanelli (2002) coloca que o modelo de família nuclear, formado com a ascensão da classe burguesa, atua ainda hoje como um ideal hegemônico para a maior parte da sociedade, embora esta parcela venha diminuindo significativamente ao longo dos anos.

Isso demonstrou que o plano simbólico representa um aspecto estruturante na prática das inter-relações sociais e das vivências familiares, sendo, inclusive um fator expressivo da maneira pela qual os membros das famílias incorporam e assimilam o

movimento de reprodução da sociedade juntamente com as práticas políticas e culturais e pela inserção de seus membros no mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, constatou-se que as famílias atendem a este processo por constituírem-se como um órgão que não só reproduz, mas que também transforma a sociedade. No entanto, a partir das relações ideológicas que determinam um modelo dominante inerente às relações burguesas, sua dinâmica é assimilada no plano simbólico por uma perspectiva (a)histórica e concebida, assim, como uma entidade que se desloca do todo social, sendo associada ao “fracasso” ou ao “sucesso” aparente dos homens e suas relações. Heller (1989) aponta que este conjunto de práticas remete a um embate social historicamente produzido pela imposição de interesses econômicos da classe dominante.

Ao se analisar o caráter superestrutural das relações que estabelecem a subjetividade contemporânea, chegou-se a conclusão de que as relações de trabalho produzidas no cenário econômico neoliberal refletem-se nas vivências familiares e manifestam uma série de especificidades que dizem respeito ao modo de vida constituído pelos desdobramentos das relações capitalistas com a intensificação dos aspectos que sustentam as mesmas como a competição, o individualismo e o consumo.

O predomínio da ideologia neoliberal às relações de trabalho cada vez mais competitivas demonstrou-se como um elemento predominante para a formação da subjetividade do homem contemporâneo e das relações que ele estabelece tanto na vida pública quanto na privada, sendo que esta prerrogativa intensificou-se ao longo das décadas do final do séc. XX e chega ao séc. XXI de maneira cristalizada nas relações humanas produzindo formas expressivas de alienação profunda e esvaziamento pleno das relações familiares no sentido de que o “outro” deixa de ter um valor formativo para o sujeito.

Isto caracteriza a nulidade de envolvimento profundos e a supervalorização do “si mesmo”, ou seja, a exaltação e a ênfase permanente do indivíduo sobre sua própria personalidade e atividades de forma segmentada das relações que ele estabeleceu e estabelece, não estando, assim, consciente da condição coletiva que o forma.

Ao constatar tais características que indicam em específico a sociedade capitalista, partiu-se para uma investigação sobre as determinações da sociabilidade familiar para o desenvolvimento ontogenético, levantando os fatores estruturais das

vivências possivelmente promovidas em seu entorno para, assim, compreender suas potencialidades e necessidades para a promoção humana, sem deixar de levar em consideração o meio social como constituição do psiquismo.

Considerando a relação dialética entre o homem e a cultura, a Psicologia Histórico-Cultural permitiu analisar as implicações na relação entre formação da consciência e as relações do entorno familiar para além do modelo burguês, visto que se partiu das condições objetivas e subjetivas da cultura para se compreender de maneira qualitativa as relações familiares e, assim, o processo de humanização.

A Psicologia, ao proporcionar o entendimento do “outro” como mediador e, assim, uma ponte para a formação da personalidade, contribuiu para a reflexão estabelecida acerca da presença de formas de família no amplo cenário da história humana, o que revelou uma função específica para a constituição do sujeito nas inter-relações criadas particularmente com os membros do grupo familiar, o qual forma-se de acordo com as reais condições de pertencimento e de apropriação do plano societário, objetivando-se, assim, diferentes arranjos familiares.

Constatou-se, então, a importância da família para a formação integral do homem por esta ser considerada agente social primário do homem e por tal formação referir-se a um processo essencialmente social. Nesta perspectiva reafirma-se a afirmação de Beatón (2010) que aponta a família como um espaço socioeducacional fundamental para a formação das bases das funções psicológicas superiores, incluindo o plano da afetividade, que irá acompanhar e determinar o sujeito em todas as fases do desenvolvimento.

Ao se verificar o caráter histórico das emoções e dos afetos na constituição da personalidade, chegou-se ao entendimento da influência predominante dos afetos, constituídos nas vivências familiares desde a tenra idade à prática individual, ou seja, à singularidade do indivíduo, bem como a formação de seus interesses, suas potencialidades e dificuldades, as quais podem ser exemplificadas pelos problemas emocionais formados nas vivências do sujeito que podem dificultar a formação de outras funções como o pensamento, a imaginação, a atenção e etc.

Tais impasses particulares geridos nos vínculos pessoais podem, portanto, dificultar e ou impedir o processo de individuação, fazendo com que a criança ou o adolescente apresente apenas motivos externos para as suas ações no mundo sem que

estas sejam vivenciadas internamente, ou seja, não fazendo parte de sua consciência, resultando-se, assim, em uma prática alienante.

Vygotsky (2004), ao tecer sua teoria das emoções, esclarece o processo histórico de sociabilização, presente no desenvolvimento humano, que promove uma transformação das emoções em sentimentos superiores. Nesta perspectiva, o autor chama a atenção para a importância da vivência dos afetos construídos no vínculo com o “outro”.

De acordo com Toassa (2009), os sentidos pessoais atendem às questões vivenciadas e constituídas não só de aspectos racionais, mas também emocionais e sentimentais. Assim, no decurso do desenvolvimento humano, as condições de estabelecimento da relação entre sentido pessoal, que está diretamente relacionado com os motivos que geram as ações no mundo, e o significado social, proposto nos apontamentos de Leontiev (2004) acerca da constituição da consciência, se fazem presentes na formação dos interesses, das inclinações e orientações pessoais de cada sujeito, e sua gênese é entretecida de maneira primordial em nossa cultura no entorno familiar.

Sendo assim, o movimento psicológico de constituição integral da personalidade promovido na teia vivencial da sociabilidade familiar não é uma formação estanque do meio social, pelo contrário, a constituição da cultura determina objetiva e subjetivamente gênero humano, produzindo-se as condições para as relações sociais, sendo, portanto, a consciência humana, o reflexo da realidade concreta.

Com o intuito, então, de responder aos problemas colocados até então, voltando-se em específico aos arranjos familiares na contemporaneidade, a discussão a partir da sétima arte possibilitou o levantamento de uma trajetória permeada de modificações que as formas de relacionamento familiar atingiram nas últimas décadas da sociedade Ocidental.

Neste trajeto observou-se que a moral conservadora inerente à gênese do modelo de família nuclear burguesa, assim como a ideologia patriarcal que predominou predominantemente até a primeira metade do séc. XX, impedindo que o papel da mulher tomasse outras formas além da figura de mãe e de esposa reduzida ao espaço doméstico, entrou em declínio ao longo das últimas décadas que se fizeram palco de infimas e riquíssimas discussões e embates os quais possibilitaram e ainda possibilitam que as

formas reais de sociabilidade familiar, constituídas por arranjos distintos ao modelo hegemônico nuclear, sejam consideradas como produções equivalentes ao processo de desenvolvimento da totalidade social.

Ainda pôde-se analisar que perante a moral conservadora baseada na defesa da linhagem e da reputação como elementos consagrados para a manutenção dos laços familiares, as relações afetivas eram não só deixadas de lado como também eram desprezadas.

As relações por conveniência formam um legado trazido da gênese da família burguesa praticada de forma predominante até a primeira metade do séc. XX, sendo que a valorização das escolhas individuais calcadas pelos afetos e sentimentos em detrimento dos interesses sociais e econômicos tornaram-se mais comuns na mesma medida em que houve modificações culturais referentes às relações de trabalho e aos ideais societários.

Neste processo, observou-se que os valores morais que embasavam um modelo de vida conservador, foram apropriados pelas classes sociais como uma ordem inalterada, na qual a família nobre exercia a sua soberania de maneira “natural” e os indivíduos que não se encaixavam nesta categoria também se sentiam “naturalmente” condicionados a servir as famílias ricas ou trabalhar como comerciantes, como operários ou empregados em diversas funções no campo e na cidade.

Isso foi se modificando com o processo de modernização no trabalho com o avanço das lutas de classes, em que as menos favorecidas se submetem às penosas condições de trabalho como forma de manterem sua sobrevivência. Observou-se que as inter-relações e a formações dos vínculos apresentam-se qualitativamente distintas em determinados grupos sociais a partir de suas práticas sociais. As décadas que marcaram os meados do séc. XX demonstram um horizonte de profundos embates e reivindicações por diversos segmentos da sociedade que lutavam por mudanças.

Como vimos, neste mesmo cenário consolidaram-se movimentos denominados de pós-modernos os quais defendem o rompimento total do pensamento contemporâneo com os antigos valores da tradição e dos “bons costumes” marcados pelo ascetismo, pela disciplina e valorização ao trabalho. Com o chamado pós-modernismo a negação de uma ética coletiva acentuou-se devido à consagração da busca pela felicidade individual, de caráter hedonista, em prol dos interesses e das realizações pessoais que

caracterizam ainda mais a efemeridade dos relacionamentos, o descompromisso com as entidades coletivas, inclusive, com o próprio trabalho, demonstrando-se um desligamento quase que total com as construções históricas do plano ético-moral a partir dos quais se torna possível a vida comunitária.

Com a então formação de valores pós-modernos junto aos desdobramentos da ideologia neoliberal, consolidados no horizonte regido pelos ditames do capital, a aproximação afetiva e sentimental que outrora inexistia, mas, que, passou a ser presente em exclusivo na vida privada, tomou, no entanto, formas específicas, ao longo das décadas mencionadas, que revelam valores e crenças voltadas ao imediatismo dos vínculos e a busca pelo trabalho com o objetivo puro e exclusivamente direcionado à capacidade de consumo material, fragmentando-se seu papel formador da essência humana.

O esvaziamento das inter-relações familiares, neste aspecto, é expressivo, portanto, devido às implicações do próprio meio socioeconômico, refletido nas relações humanas, que não oferece condições efetivas para a humanização plena, o que diz respeito à formação integral da personalidade, incluindo o desenvolvimento histórico das emoções em sentimentos superiores, como já discutidos, pois, o esvaziamento das relações diz respeito a um esvaziamento de “si mesmo”, o que se tornou um atributo expressivo de um modelo cultural baseado nas relações mercantilizadas.

Nesta medida, entende-se que a reiteração de um estilo de vida baseado no consumo, no *status* e na acumulação de bens como um fim em si mesmo confere a uma imagem de sucesso e de estética priorizada por um ideal do “ter” em detrimento do “ser” e da qualidade das relações produzidas.

Ainda assim, concluiu-se que a dimensão da intimidade da vida privada distinta da vida pública criada na cultura moderna colocou a família como uma unidade social de convivência particular de criação e compartilhamentos da afetividade, aspecto psicológico que era definitivamente formado de outra maneira, sobretudo direcionados à vida pública. Com base nos postulados de Vygotsky verificou-se que o desenvolvimento histórico dos afetos e das emoções consiste em um processo fundamental para a formação das outras funções psicológicas e, portanto, da humanização do indivíduo.

As famílias, com o advento da vida moderna, configurando-se na relação de mediação entre vida pública e privada, possibilitou o desenvolvimento de uma proximidade maior entre seus membros a princípio, contando com uma valorização inédita que os pais, culturalmente, passaram a investir sobre o desenvolvimento de seus filhos, baseados na afetividade e em cuidados físicos e educacionais dentro das condições sociais que os mesmos se encontram.

Entretanto, a crítica presente se deu com base na constatação de que o cenário capitalista, inerente aos movimentos ideológicos em prol de sua prática consumista e negação ao pensamento coletivo, implica necessariamente na intensificação da desigualdade social e em práticas desumanas de exploração econômica as quais geram grandes e profundos entraves para um desenvolvimento pleno das relações sociais e, portanto, à constituição do psiquismo, resultando-se em relações afetivas, embora eminentemente imprescindíveis aos arranjos familiares contemporâneos, marcadas mais pelo individualismo do que pelo coletivismo e pela valorização do “outro” como construtor de “si mesmo”.

A ciência psicológica nos coloca, então, que os aspectos socioafetivos das relações familiares são estruturais para o desenvolvimento ontogenético e, a partir da análise sócio-histórica realizada, observou-se ademais que esta dimensão da afetividade humana pautada, sobretudo, na convivência, admite o reconhecimento de sua função social na estrutura dos laços familiares predominantes, concluindo-se que os diferentes arranjos presentes na realidade atual pautam-se mais pelo vínculo do que pelaconsanguinidade.

O reconhecimento da dimensão socioafetiva das famílias contemporâneas, mesmo que os vínculos, de uma forma geral, sejam marcados pela ideologia neoliberal do sistema econômico atual, permite-nos avançar para um entendimento mais profundo e realdas potencialidades que os indivíduos têm de se constituírem conjuntamente e, sobretudo, de “desnaturalizar” a ideia de família como uma instituição fadada a repaginar um padrão soberano “normatizador” de uma classe hegemônica.

O exercício de análise desta proposta pode ser alcançado, de maneira efetiva, a partir de investigações consistentes acerca das bases culturais das diferentes formas de família existentes e de sua essência social, cujas manifestações são indícios não de um desvio da ordem natural, mas, de fenômenos sócio-históricos que têm o gênero humano seu construtor.

Desse modo, e a título de tecer proposições sobre novos estudos acerca deste tema, verificou-se no desenvolvimento desta pesquisa a existência de poucos materiais que abordam a relação específica entre família e cultura, e suas múltiplas determinações para a constituição do psiquismo a partir de uma perspectiva histórico-cultural.

Sendo assim, a presente investigação buscou trazer o panorama geral a que se encontram tais questões no intuito de desmistificar o papel das relações familiares como algo natural ou pouco influente para a formação humana, trazendo para o campo da análise teórica os seus determinismos para a formação da personalidade, cuja importância não deve ser subestimada ou mesmo isolada de estudos que se pretendem pesquisar a formação integral do sujeito psicológico.

Com base nisso, conferiu-se por meio da Psicologia Histórico-Cultural, que os últimos estudos da obra vyotskyana, como afirmou Toassa (2009), apresenta como defesa teórica a superação de um pensamento reducionista e retrospectivo da afetividade, muitas vezes associada a vida infantil ou ao instinto animal como uma não racionalidade, propondo que é necessário que se compreenda que o processo de humanização se dá justamente na transformação de funções biológicas em funções sociais pela atividade cultural que só se forma a partir do “outro” (Leontiev, 2004).

O conteúdo das vicissitudes sentidas no decorrer do desenvolvimento humano é, então, transformado em sentimentos complexos mediado pelo “outro”, sendo que estes, como solidariedade, gratidão, altruísmo e persistência são aquisições que se constroem de maneira embasada na qualidade das vivências promovidas com o “outro” junto à formação das outras funções psicológicas superiores, do que por vias exclusivamente intelectualizantes do sujeito.

A qualidade das inter-relações familiares constitui-se como instrumento social que, dadas às diversas circunstâncias, pode aumentar as condições positivas de desenvolvimento psicológico em um contexto de pouco recurso material ou pode limitar este processo, mesmo em um espaço familiar economicamente abastado. É neste sentido que a qualidade das formas de vínculo desde a tenra idade deve ser levada em consideração, sem deixarem de ser contextualizadas em seu movimento histórico-cultural, para se compreender o caráter psicológico real da formação das vivências inerente ao seu determinado arranjo e sociabilidade particular genérico.

Por meio deste viés pode-se assinalar um cenário no qual se deve admitir que as famílias sejam formadas pelas possibilidades e necessidades conforme sua posição na estrutura social e suas condições de se administrar o movimento de reprodução social e de transmissão de valores. Os papéis de pais, filhos, marido e esposa, vão se apresentando de acordo com suas práticas na realidade atrelada com a busca de se manter e organizar um projeto familiar específico de acordo com o contexto social, político, educacional e cultural.

BIBLIOGRAFIA

Anderson, P. (1998). "Balanço do neoliberalismo". In: Sader, E., Gentili, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Alves, A. M. (2010). O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. Revista de Psicologia da UNESP, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Assis. vol. 9, n. 1, p. 1-13.

Asbahr, F. S. F. (2005) Sentido pessoal e projeto político-pedagógico: análise da atividade pedagógica a partir da psicologia histórico-cultural. Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo.

Ariès, P. (2012). História social da criança e da família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC.

Brandão, H. S. M. (2008) "A Fábrica das imagens" O cinema como arte plástica e rítmica. Dissertação (mestrado) – Departamento de Filosofia da Universidade de Lisboa, Portugal.

Barroco, S. M. S. (2007). Psicologia Educacional e Arte: uma leitura histórico-cultural da figura humana. Maringá: Eduem.

Barroco, S. M. S. (2004). A Família fetichizada da ideologia educacional da sociedade capitalista em crise, uma questão para a psicologia da educação. In Duarte, N. Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas, SP: Autores Associados.

Barros, A. G., Gasparin, J. L. (2009) A função educativa da arte. In Seminário de Pesquisa do PPE, Maringá, 08-09 Junho de 2009. Universidade Estadual de Maringá, UEM.

Beatón, G. A. (2001). Evaluación y Diagnóstico en la Educación y el Desarrollo desde el enfoque Histórico-Cultural. São Paulo: Laura Marisa C. Calejón.

Cavazotti, M. A. (2010). Educação e conhecimento científico: inflexões pós-modernas. Campinas: Autores Associados.

Duarte L. F. D. (1995). Horizonte do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: Família em processo contemporâneo: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola.

Duarte, N. (1993). A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados.

Duarte, N. (2003). Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados.

Elkonin, D. (1987). Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico en la infancia. In: Davidov, V; Shuare, M. (Org.). La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS (antología). Moscou: Progreso.

Engels, F. (2012). A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte.

Engels, F. (1986). Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. São Paulo: Global.

Facci, M. G. D. (2004). A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vygotsky. Campinas: Cade Cedes. vol. 24, n. 62, p. 64-81.

Facci, M. G. D., Mascagna, G. C. A. (2014). Atividade principal na adolescência: uma análise pautada na psicologia histórico-cultural. In: Leal, Z. F. R. G., Facci, M. G. D., Souza, M. P. R. Adolescência em foco, contribuições para a psicologia e para a educação. Maringá: Eduem.

Ferry, L. (2010) Famílias, amo vocês: política e vida privada na época da globalização. Rio de Janeiro: Objetiva.

Gusmão, M. S. (2008) O Desenvolvimento do cinema: algumas considerações sobre o papel dos cineclubes para formação cultural. In IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 28-30 maio de 2008. Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, UFBA.

Heller, A. (1989). A herança da ética marxista. In: Hobsbawm, E. História do marxismo. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e terra.

Hobsbawm, E. (1995). A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras.

Hobsbawm, E. J. (1977). A era do capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). Síntese de Indicadores Sociais 2015 - uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE.

Kumar, K. (1997). Da Sociedade pós-industrial à pós-moderna – Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lazaretti, L. M. (2009). Aprendizagem e desenvolvimento na primeira infância: destaque para os instrumentos culturais. In: IX Congresso nacional de educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 26 a 29 de outubro de 2009. PUCPR – Curitiba-PR.

Lessa, S. (2002) O Mundo Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social. São Paulo: Boitempo.

Lessa, S. (2014) O Revolucionário e o Estudo, Porque não estudamos? 1ª ed. Instituto Lukács. São Paulo, 2014.

Leontiev, A. N. (2004) O desenvolvimento do psiquismo. 2ª ed. São Paulo: Centauro.

Leontiev, A. N. (1983). Actividad, Consciencia y Personalidad. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre.

Martins, L. M. (2004) A natureza histórico-social da personalidade. Campinas: Cad. Cedes. vol. 24, n.62, p. 82-99.

Marx, K. (1999) Prefácio à crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural.

Marx, K., Engels, F. (1980) A ideologia alemã. 4ª ed. Brasil/Portugal: Martins Fontes/Presença.

Marx, K., Engels, F. (1981) Manifiesto del partido comunista. Moscú: Progreso.

- Mezàros, I. (1983) Marx “filosófico”. In: Hobsbawm, E. História do marxismo. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Nagel, L. H. (2005). A Educação dos Alunos (ou filhos) da pós-modernidade. In Conferência no CRM de Maringá, 27 de julho de 2005. Centro Universitário de Maringá (CESUMAR) – Maringá - PR.
- Nagel, L. H. (2007) Coletividade e subjetividade na sociedade contemporânea: questões educacionais afetam a educação especial. In: Barroco, S. M. S.; Leonardo, N. S. T.; Silva, T. S. A. Em defesa da humanização do homem. Maringá: EDUEM.
- Projeto de lei n. 6583, 16 de outubro de 2013 (2013). Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional.
- Reis, J. R. T. (1984) Família, emoção e ideologia. In: Lane, S. T. M., Codo, W. (orgs.) Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense.
- Romanelli, G. (1995). O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. vol. 184, n.76, p.445-476.
- Romanelli, G. (2002). Autoridade e poder na família. In M. C. B Carvalho (Org.), A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez.
- Silva, R. (2011). A Biologização das emoções e a medicalização da vida- Contribuições da psicologia histórico-cultural para a compreensão da sociedade contemporânea. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá: Maringá.
- Silva, G. L. R. (2004) Literatura, Psicologia e Educação: reflexões históricas sobre situações familiares. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá: Maringá.
- Tocqueville, A (1987) A democracia na América. São Paulo: EDUSP.
- Toassa, G. (2009) Emoções e vivências em Vygotsky: investigação para uma perspectiva histórico-cultural. Tese (doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo.

Vygotsky, L. S. (2004). Teoría de las emociones: estudio histórico-psicológico. Madrid: Akal.

_____ (2000). A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1996). Obras escogidas. 4ª. Madri: Visor Distribuciones.

_____ (1998). O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1993). Pensamento e Linguagem. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

_____ (2001). Psicologia da Arte. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1997). La imaginación y el arte en la infancia. 6ª. Edição. Madri: AkalEdiciones.

REFERENCIAS DOS FILMES

Bertolucci, B. (1976). 1900. Duração: 320 min. Itália: Paramount Pictures.

Fellini, F. (1953). Os boas vidas. Duração: 103 min. Itália: Versátil.

Fellowes, J. (2010). Downton Abbey. Série. Inglaterra: Universal Pictures.

Mendes, S. (1999). Beleza Americana. Duração: 121 min. EUA: Paramount.

Newell, M. (2003). O sorriso de Mona Lisa. Duração: 125 min. EUA: Red OM Films.

Truffaut, F. (1956). Os incompreendidos. Duração: 99 min. França: Versátil.